

Isabel Azevedo Ribeiro de Melo

**Tradução e revisão de artigos científicos para publicação em
inglês na área da Saúde**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos, orientada
pelo Professor Doutor Thomas Hüsgen

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015

Tradução e revisão de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde

Isabel Azevedo Ribeiro de Melo

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Tradução e Serviços Linguísticos, orientada
pelo Professor Doutor Thomas Hüsgen

Membros do Júri

Professor Doutor Thomas Hüsgen
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Joana Guimarães
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Isabel Galhano Rodrigues
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores

Sumário

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	6
Abstract.....	7
Índice de tabelas.....	8
Lista de abreviaturas e siglas.....	9
Introdução.....	10
Capítulo 1 – Tradução, revisão e a problemática destes serviços por não nativos da língua de chegada.....	12
1.1.Tradução e revisão.....	12
1.1.1. Tradução.....	12
1.1.2. Revisão.....	21
1.2.Problemática da tradução para uma língua não nativa e da revisão por não nativos.....	26
1.2.1. Tradução para uma língua não nativa – o caso do inglês.....	26
1.2.2. Revisão de inglês por não nativos.....	34
Capítulo 2 – Tradução e Revisão de artigos científicos para publicação na área da Saúde.....	37
2.1. Tradução e revisão na área da Saúde.....	37
2.1.1. Competências do tradutor.....	38
2.1.2. Competências do tradutor enquanto revisor.....	42
2.1.3. Tradução por médicos ou por tradutores?	45
2.1.4. Obstáculos à qualidade.....	46
2.1.5. O processo de tradução na área da Saúde.....	48
2.1.6. O processo de revisão de textos originais.....	51
2.1.7. A realidade da tradução na área da Saúde.....	53
2.2. Artigos científicos para publicação na área da Saúde.....	53
2.3. Preparação de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde.....	55
2.3.1. Estrutura e conteúdo.....	56
2.3.2. Escrita científica.....	63
Capítulo 3 – Publicação de artigos científicos – estudo sobre a área da Neurologia.....	69

3.1. Introdução.....	69
3.2. Seleção do material para análise.....	72
3.2.1. Seleção das revistas.....	72
3.2.2. Seleção dos géneros de artigo.....	76
3.2.3. Recolha das Instruções para Autores.....	76
3.2.4. Nomenclatura das Instruções para Autores.....	77
3.3. Análise das Instruções para Autores das revistas estrangeiras.....	77
3.4. Análise das Instruções para Autores das revistas portuguesas.....	85
3.5. Recomendações do ICMJE para a preparação e submissão de manuscritos.....	90
3.6. Requisitos mais frequentes na publicação de artigos científicos na área da Neurologia.....	93
Conclusões.....	97
Referências bibliográficas.....	100
Anexos.....	104
Anexo 1. Número de publicações de cada autor por cada uma das 51 revistas que tinham 3 ou mais publicações e 2 ou mais autores.....	105
Anexo 2. Número de cada tipo de artigo selecionado por revista selecionada.....	108
Anexo 3. Lista de termos traduzidos.....	109

Agradecimentos

Em primeiro lugar, devo agradecer ao Professor Doutor Thomas Hüsgen por todo o apoio ao longo da elaboração deste trabalho, tendo-me ajudado a organizar as ideias, a ter uma perspetiva mais realista do que poderia fazer e a perceber como poderia relacionar a teoria com a prática. Devo agradecer-lhe ainda por ter sido para mim uma inspiração desde o primeiro ano da Licenciatura em Línguas Aplicadas, ao ensinar-me a relação entre a teoria da tradução e a prática profissional e fazer-me acreditar que o tradutor tem um lugar no mundo do trabalho.

De uma forma geral, devo também um agradecimento a todos os meus colegas do Mestrado e a todos os professores que tive ao longo dos últimos cinco anos de Licenciatura e Mestrado na FLUP, que, consciente ou inconscientemente, contribuíram para a confiança que tenho atualmente nas minhas capacidades e no meu trabalho.

Aos meus pais, agradeço pela educação que me deram, por terem sido desde sempre um exemplo para mim, por me terem permitido mudar para aquele que mostrou ser o curso certo para mim e seguir para este Mestrado, por nestes últimos anos terem apostado no meu trabalho e confiado nas minhas capacidades e por terem sido um grande apoio na realização desta dissertação.

Devo também agradecer aos meus irmãos por toda a paciência que tiveram comigo nas fases mais difíceis deste trabalho. Em particular à minha irmã, agradeço a partilha de experiências e desabafos nestes meses em que também ela realizou e defendeu a sua dissertação de mestrado.

Aos restantes membros da minha família em geral, e especialmente aos meus avós, devo um agradecimento pelo apoio, pela orientação e pela contribuição para que me tornasse na pessoa que sou hoje.

A três amigas em particular (a Mariana, a Inês e a Mariana), agradeço todo o apoio que me deram, ao partilhar as suas experiências, ao ouvirem-me quando eu mais precisava e ao ajudarem-me a abstrair do trabalho quando precisei.

Por último, devo um agradecimento especial ao meu namorado, Paulo, pela paciência, pelo apoio incondicional, pelo respeito, pela admiração e por toda a força que me deu ao longo deste período em que desenvolvi a minha tese, especialmente nos momentos mais difíceis.

Resumo

Os profissionais de saúde são cada vez mais pressionados a publicar os resultados das suas investigações em inglês para que tenham o reconhecimento devido. Contudo, as revistas internacionais com maior impacto são muito exigentes com o nível de inglês requerido a estes profissionais, chegando a rejeitar a publicação de artigos com base na sua fraca qualidade linguística. Neste contexto, o tradutor, devido às suas competências, pode ser uma ajuda valiosa para que o profissional de saúde português consiga transmitir corretamente a mensagem pretendida em inglês e, conseqüentemente, ter maiores hipóteses de ver o seu artigo publicado numa revista internacional de impacto.

No entanto, os serviços de tradução e revisão de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde exigem competências específicas e o conhecimento dos vários fatores que os influenciam. Portanto, para que o tradutor português possa de facto oferecer serviços de qualidade neste contexto, é necessário que perceba as características dos serviços de tradução e revisão relativamente a este tipo de texto, a esta área em específico, ao processo de publicação e à situação de trabalho com uma língua não nativa. Além disso, deve ter noção das tarefas que poderá oferecer nestes serviços e ser capaz de perceber quais são os fatores a ter em conta para ser capaz de realizar estes serviços com qualidade. Partindo desta perspetiva, nesta dissertação procurou-se criar uma base que ajudasse o tradutor a perceber todos estes componentes.

Palavras-chave: tradução, revisão, artigos científicos, publicação, Saúde.

Abstract

Health professionals are increasingly being pressured to publish the results of their investigations in English, in order to have them adequately acknowledged. However, the international journals with highest impact factors demand a high level of English from these professionals, and even reject papers due to poor linguistic quality. In this context, translators may be a valuable help for Portuguese health professionals, as they have the required skills to assure that the intended message is properly conveyed in English. Thus, by collaborating with translators, health professionals may have a higher probability of seeing their paper published in a high-impact international journal.

Nonetheless, the services of translation and editing of scientific papers to be published in English within the Health area require specific skills and the comprehension of several relevant factors. Therefore, in order for Portuguese translators to actually be able to offer quality services within this context, they must understand the characteristics of translation and editing services regarding this type of text, this specific area, the publication process and the situation of working with a non-native language. Furthermore, they must understand the tasks that they may offer within these services, and must be able to determine which factors they should have in mind in order to conduct these services with the adequate quality. Thus, in this dissertation we intended to create a basis that would help the translator understand all the previously-mentioned components.

Keywords: translation, editing, scientific papers, publication, Health.

Índice de tabelas

Tabela 1. Revistas estrangeiras selecionadas para o estudo, de acordo com o número de autores e o número de artigos.....75

Tabela 2. Revistas nacionais selecionadas para o estudo, de acordo com o número de autores e o número de artigos.....75

Lista de abreviaturas e siglas

Norma Europeia: EN15038:2006, “Serviços de Tradução – Requisitos para a prestação de serviços”

Norma Internacional: ISO 17100:2015, “Translation services – Requirements for translation services”

Norma Americana: F 2575 – 06, “Standard Guide for Quality Assurance in Translation”

IAPTI: *International Association of Professional Translators and Interpreters*

EAC: *Editors’ Association of Canada*

IMIA: *International Medical Interpreters Association*

SfEP: *Society for Editors and Proofreaders*

ICMJE: *International Committee of Medical Journal Editors*

EASE: *European Association of Science Editors*

BMJ: “British Medical Journal”

IMRaD: *Introduction, Methods, Results, and Discussion* (Introdução, Métodos, Resultados e Discussão)

MeSH: “Medical Subject Headings”

SI: Sistema internacional de unidades

Introdução

Hoje em dia, considera-se que, para o trabalho de um profissional de saúde ser reconhecido, tem de ser publicado numa revista internacional indexada. Contudo, estas revistas são maioritariamente publicadas em inglês e as suas exigências linguísticas têm vindo a aumentar, sendo requerido que os textos entregues tenham um nível de inglês elevado para que o artigo seja devidamente compreendido. Consequentemente, a língua representa um obstáculo para profissionais de saúde cuja língua nativa não é o inglês, como é o caso dos portugueses.

Neste contexto, o tradutor pode ser uma importante ajuda para que o profissional de saúde consiga formular corretamente o seu trabalho, visto que domina a língua nativa do autor e a língua em que o artigo tem de ser publicado, para além de conhecer todo o processo de adaptação do texto de uma língua para a outra. Deste modo, o tradutor pode ser uma mais-valia no processo de publicação de artigos científicos em inglês na área da Saúde e facilitar o reconhecimento internacional do trabalho do profissional de saúde português. Contudo, será importante o tradutor estar devidamente preparado e ter as competências necessárias para prestar serviços adequados neste contexto. Portanto, é relevante determinar que papel pode o tradutor ter ao longo do processo de publicação de um artigo em inglês por um profissional de saúde português e identificar as características dos serviços que poderá prestar e os fatores que deve ter em conta.

A decisão de realizar a dissertação de mestrado dentro deste tema partiu exatamente da identificação da necessidade de explorar melhor esta oportunidade de colaboração entre o tradutor e o profissional de saúde no âmbito dos artigos científicos para publicação. Além disso, contribuiu também o facto de esta situação ser do interesse da mestranda, por ter experiência profissional, conhecimentos específicos e uma preferência pela área da Saúde, nomeadamente no trabalho com artigos científicos para publicação.

Nesta dissertação propõe-se analisar todos os aspetos que um tradutor português deve ter em conta quando considera realizar o serviço de tradução ou o serviço de revisão de artigos científicos para publicação em inglês, escritos por profissionais de saúde portugueses. Com esta análise pretende-se criar uma base que permita ao tradutor português estar melhor preparado para este tipo de serviços, conhecer todas as tarefas que pode propor no serviço que oferece ao cliente neste contexto e ser capaz de justificar as suas competências para prestar um serviço de qualidade neste âmbito perante potenciais clientes. Deste modo, a colaboração entre tradutores e profissionais de saúde no contexto da publicação de artigos científicos poderá ser mais segura e mais frequente, trazendo vantagens para ambas as partes.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos focados naqueles que se consideraram ser os aspectos principais a analisar. O primeiro capítulo aborda os serviços de tradução e revisão em geral e as características particulares da tradução para uma língua não nativa e da revisão de textos em inglês por não nativos. No segundo capítulo são analisadas as características específicas dos serviços de tradução e revisão na área da Saúde e em particular no caso de artigos científicos para publicação dentro desta área. Por último, o terceiro capítulo foca-se na publicação de artigos científicos em revistas da área da Saúde, sendo apresentado um estudo sobre os requisitos das revistas de especialidade de Neurologia em específico.

1. Capítulo 1 – Tradução, revisão e a problemática destes serviços por não nativos da língua de chegada

1.1. Tradução e revisão

O profissional de tradução muito raramente se limita ao trabalho de traduzir. Na realidade, o próprio processo de tradução, como será descrito abaixo, pode envolver muitas fases de revisão e verificação que são frequentemente realizadas por tradutores. Além destas fases inerentes ao processo da tradução, o tradutor também pode prestar o serviço de revisão de textos originais e pode ainda fazer a revisão de provas de textos deste tipo.

Nesta dissertação serão apenas considerados os serviços de tradução e de revisão de textos originais. Embora estes serviços prestados pelos tradutores sejam uniformes a um nível global, importa defini-los, nomeadamente porque a nomenclatura utilizada para os representar é variável.

1.1.1. Tradução

Na presente dissertação, a nomenclatura utilizada no contexto do projeto de tradução baseia-se nos termos propostos pela norma europeia “Serviços de Tradução – Requisitos para a prestação de serviços”, também designada EN15038:2006 (daqui em diante referida como Norma Europeia) (EU, 2006). Porém, deve-se indicar que quando esta dissertação já estava a ser elaborada, em maio de 2015, foi apresentada a norma internacional ISO 17100:2015, intitulada “Translation services – Requirements for translation services” (daqui em diante referida como Norma Internacional) (ISO, 2015), que se prevê que substitua a Norma Europeia. Ainda assim, como os termos dos serviços prestados pelo tradutor são muito semelhantes entre estas duas normas, manteve-se a nomenclatura da Norma Europeia. Visto que a versão em inglês da Norma Europeia de 2006 apresenta os mesmos termos que a de 2004, e apenas foi conseguido acesso à versão portuguesa da Norma Europeia de 2004 (EU, 2004), serão utilizados os termos em português desta norma, exceto quando referida outra proveniência.

Apesar de a terminologia a ser utilizada estar já estabelecida, devemos apresentar e comparar as definições das nomenclaturas dos serviços do tradutor das duas normas referidas, e ainda analisar as diferenças relativamente à norma “Standard Guide for Quality Assurance in Translation”, com a designação F 2575 – 06 (daqui em diante referida como Norma Americana), desenvolvida pela entidade *American Society for Testing and Materials* dos Estados Unidos da América (ASTM-International, 2006). Esta última comparação é importante

por a terminologia da Norma Americana não ser coerente com a da Norma Europeia nem com a da Norma Internacional e por os termos apresentados nessa norma serem utilizados por grandes associações de tradutores, como é o caso da IAPTI (*International Association of Professional Translators and Interpreters*).

Relativamente ao ato de traduzir, a Norma Europeia apresenta a seguinte definição para o equivalente em inglês “*translate*”: “*render information in the source language into the target language in written form*” (EU, 2006, p. 6). Além disso, refere os deveres do tradutor durante o processo de tradução, que são iguais aos da norma de 2004:

“*O tradutor deve transferir o significado da língua de partida para a língua de chegada, para produzir um texto que esteja de acordo com as normas do sistema linguístico da língua de chegada e que respeite as instruções recebidas.*” (EU, 2004, p. 11).

A Norma Europeia de 2006 acrescenta apenas que estas instruções são as indicadas pelo cliente (ou intermediário) na entrega do projeto. Explica também que o tradutor deve ter em atenção a terminologia, a gramática, o léxico, o estilo, as particularidades locais (“*locale*”), a formatação, o público-alvo e o propósito da tradução (EU, 2006, pp. 10,11).

Por sua vez, a Norma Internacional define o verbo “traduzir” como “*render source language content into target language content in written form*”, sendo que “*source language content*” representa o conteúdo linguístico a ser traduzido, “*target language content*” o conteúdo linguístico que foi traduzido do “*source language content*” e “*content*” qualquer coisa que represente informação ou conhecimento com significado (ISO, 2015). Comparando esta definição à da Norma Europeia, e tendo também em conta os deveres do tradutor referidos, podemos perceber que estas normas têm noções muito semelhantes do ato de traduzir.

Por último, a Norma Americana apresenta a tradução como produto e a tradução como processo, desenvolvendo a seguinte definição para a segunda instância:

“*translation, n—<process> process comprising the creation of a written target text based on a source text in such a way that the content and in many cases, the form of the two texts, can be considered to be equivalent.*” (ASTM-International, 2006, p. 4).

Acrescenta ainda a seguinte definição de competência em tradução:

“*translation competence, n—ability to translate the source text into the target language completely and accurately by choosing an equivalent expression in the target language that both fully conveys and best matches the meaning intended in the source language for the intended audience and purpose*” (*ibid.*).

Além disso, a Norma Americana indica que o fator mais importante para conseguir uma boa tradução é a seleção adequada do tradutor e das ferramentas para o projeto (ASTM-International, 2006, p. 10). Neste sentido, esta norma inclui uma secção específica para ajudar

na seleção do prestador do serviço de tradução, referindo-se às diferentes competências necessárias (ASTM-International, 2006, pp. 5-7). Contudo, este aspeto não será abordado nesta fase da dissertação.

Como se pode verificar, tanto a Norma Europeia como a Norma Americana¹ realçam que a tradução envolve a criação de um texto adaptado ao público-alvo e ao propósito pretendido e que deve haver transferência de significado ou equivalência de conteúdo entre o texto de partida e o texto de chegada. O papel do tradutor também é apontado em ambas, sendo indicados os seus deveres na Norma Europeia e as competências que deve ter na Norma Americana.

Comparando as noções de tradução destas duas normas, notamos que a Norma Europeia realça mais especificamente a importância da produção de um texto que funcione individualmente, considerando os aspetos linguísticos e terminológicos da língua de chegada, ao passo que a Norma Americana dá mais destaque à relação entre o texto de chegada e o texto de partida. Particularmente, na definição da competência em tradução apresentada pela Norma Americana não existe sequer referência à criação de um texto, mas apenas à escolha de expressões equivalentes na língua de chegada com base no contexto e no propósito do texto de chegada. Esta postura poderia sugerir que a Norma Americana tem uma perspetiva do ato de traduzir mais baseada nas teorias da equivalência, por oposição à Norma Europeia, que reflete uma abordagem mais funcional. Contudo, é importante realçar que, como veremos em seguida, o termo “equivalência” e seus derivados são utilizados na área da tradução, muitas vezes, sem estarem necessariamente associados às teorias que lhe dão um estatuto de referência para a tradução. Interessa, portanto, apresentar concisamente estas duas perspetivas da teoria da tradução, para que o termo “tradução” a ser utilizado nesta dissertação seja devidamente definido.

Teorias da tradução com base na equivalência

As teorias da tradução com base na equivalência foram iniciadas por Roman Jakobson em 1959, e posteriormente abordadas e desenvolvidas principalmente por Eugene Nida, John C. Catford, Peter Newmark e Werner Koller (Kenny, 2001; Munday, 2001).

Jakobson, em 1959, estabelece a noção geral de que os termos e campos semânticos apresentam diferenças interlinguísticas, ao concluir que normalmente não existe uma equivalência total entre palavras de línguas diferentes. Deste modo, introduz a ideia de que a tradução envolve a substituição das mensagens numa língua por mensagens noutra língua, e não por unidades codificadas independentes (Munday, 2001, p. 36). Com esta ideia, determina ainda

¹ Para efeitos de análise, a Norma Europeia e a Norma Internacional serão consideradas equivalentes, e a última não será referida nesta discussão por não ter sido possível o acesso à sua versão completa.

que o significado de uma palavra na língua de partida não tem obrigatoriamente de ser transmitido por apenas uma palavra na língua de chegada, podendo ser utilizada, por exemplo, mais do que uma palavra ou uma expressão para transmitir o mesmo significado (Munday, 2001, p. 37).

Nida, em 1964, desenvolve uma definição funcional do significado, defendendo que uma palavra adquire significado de acordo com o seu contexto, podendo ainda produzir diferentes respostas consoante a cultura do seu público-alvo (Munday, 2001, p. 38). Quanto à noção de “equivalência”, Nida defende que esta pode ser de dois tipos: formal e dinâmica. A equivalência formal é mais orientada para a estrutura do texto de partida, devendo o texto de chegada corresponder, tanto quanto possível, aos seus diferentes elementos (Munday, 2001, p. 41). Por sua vez, a equivalência dinâmica tem como objetivo principal produzir um texto de chegada perfeitamente natural para o seu público-alvo, que deverá interpretá-lo do mesmo modo que o público-alvo do texto de partida; isto implicará adaptações ao nível da gramática, do léxico e das referências culturais. De qualquer modo, Nida indica que deve ser sempre dada prioridade à correspondência em significado em detrimento da correspondência em forma para que se consiga um efeito de equivalência (Munday, 2001, p. 42).

Além das noções de “significado” e “equivalência”, Nida também propôs a utilização de técnicas de análise componencial para esclarecer ambiguidades e identificar diferenças culturais. Com base nestas técnicas, Nida descreve o processo de tradução através de um sistema de tradução em três fases: análise, transferência e reestruturação. Segundo este sistema, a tradução envolve uma primeira fase de análise do texto de partida com base nos seus elementos mais simples, uma segunda fase de transferência destes elementos através da tradução e uma terceira fase de reestruturação semântica e estilística do resultado desta transferência, construindo-se assim o texto de chegada (Munday, 2001, p. 39). Para que a tradução seja bem-sucedida, segundo Nida, deve respeitar quatro requisitos básicos: fazer sentido, transmitir o espírito e a atitude do original, ter uma forma de expressão natural e fácil e produzir uma resposta semelhante à do original (Munday, 2001, p. 42).

Catford, em 1965, introduz a noção de equivalência textual como ocorrendo entre dois textos ou partes de texto em línguas diferentes que se reconhecem como sendo equivalentes. Para Catford, este é um fenómeno probabilístico e empírico, o que levou a que a sua perspectiva fosse muito criticada. Apesar disso, hoje em dia, as ideias de Catford vêm-se aplicadas na tradução automática e nos sistemas de memórias de tradução (Kenny, 2001, p. 79).

Newmark, em 1981, desenvolveu as noções de tradução semântica e tradução comunicativa, que são muito semelhantes às noções de equivalência formal e equivalência dinâmica de Nida, respetivamente. Contudo, Newmark afasta-se da ideia de tradução orientada

para o público-alvo, muito presente no trabalho de Nida, ao defender que o efeito de “equivalência” é ilusório e não pode ser aplicado no caso de um texto de chegada que seja produzido num local e tempo diferentes dos do texto de partida (Munday, 2001, p. 44).

Koller, em 1979 e 1989, estudou em particular os termos “equivalência” e “correspondência”, e distinguiu-os ao atribuir o primeiro à área da tradução, relacionando-o com a competência em tradução, e o segundo à área da linguística contrastiva, associando-o à competência numa língua estrangeira (Munday, 2001, pp. 46-47). Quando desenvolve a noção de “equivalência”, Koller apresenta cinco tipos diferentes de equivalência na tradução que considera poderem ajudar o tradutor se forem ordenados hierarquicamente de acordo com a situação comunicativa em particular (Munday, 2001, pp. 47,49). Este teórico da tradução realçou ainda a diferença entre a relação de semelhança formal entre dois sistemas linguísticos e a relação de equivalência entre textos e frases reais. Esta ideia é apoiada por Toury, em 1980, que reconhece a “translatibilidade” como algo que se aplica a nível intertextual. Estas posições contribuem para uma alteração na perspetiva geral dos estudos da tradução com base na equivalência, passando esta a ser avaliada como uma relação entre dois textos em duas línguas diferentes, e não entre as línguas em si (Kenny, 2001, p. 78).

Kenny (2001, p. 77), partindo das ideias de Koller, resume vagamente os tipos de equivalência apresentados na teoria da tradução da seguinte forma:

- Equivalência referencial ou denotativa: entre palavras de línguas diferentes que supostamente se referem à mesma coisa;
- Equivalência conotativa: entre palavras de línguas diferentes que desencadeiam associações iguais ou semelhantes nas mentes dos falantes nativos das duas línguas;
- Equivalência texto-normativa: entre palavras de línguas diferentes que são usadas em contextos iguais ou semelhantes nas línguas respetivas;
- Equivalência pragmática ou dinâmica: entre palavras que têm o mesmo efeito nos seus leitores correspondentes;
- Equivalência formal: entre palavras de línguas diferentes que têm características ortográficas e fonológicas semelhantes.

Este autor conclui que, no geral, as teorias da tradução com base na equivalência interpretam normalmente “equivalência” como a relação entre um texto de partida e um texto de chegada que permite que este último seja considerado uma tradução do primeiro (*ibid.*).

Para além dos autores referidos, outros autores apresentaram a sua interpretação da noção de equivalência na área da tradução.

Bassnett, em 1980, critica a noção de equivalência, defendendo que a tradução envolve muito mais do que a substituição de unidades léxicas e gramaticais (Munday, 2001, p. 49).

Toury, em 1980, interpreta a existência da equivalência entre o texto de partida e o texto de chegada como algo certo, defendendo que o que deve ser questionado em cada situação é o tipo e grau de equivalência da tradução entre os dois textos. Mais tarde, em 1995, este teórico e Koller defendem ambos que a equivalência se refere a qualquer relação que tenha caracterizado a tradução sob um determinado conjunto de circunstâncias (Kenny, 2001, p. 80).

Em 1992, Mona Baker publica um livro de apoio à formação de tradutores, cujos capítulos consistem na análise da equivalência em várias partes e características de textos (ao nível da palavra, acima do nível da palavra, gramatical, textual e pragmática). Esta autora explica que faz esta divisão para facilitar a análise da tradução nos diferentes níveis, mas que, na prática, uma decisão tomada num nível é sempre influenciada pelos outros níveis. Além disso, indica que o termo “equivalência” é utilizado neste livro apenas por conveniência, por os tradutores estarem habituados a esta palavra e não por ter um estatuto teórico. Baker realça que, embora a equivalência possa de facto ser obtida de certa forma na tradução, é influenciada por uma série de fatores linguísticos e culturais, sendo sempre relativa (Baker, 1992, pp. 5-6).

Anthony Pym, em 1992, apresenta uma perspetiva da tradução como uma transação em que a equivalência corresponde a uma entidade negociável, como um valor de câmbio. Mais tarde, em 1995, este teórico refere a existência de uma expectativa geral de que o texto de partida tenha alguma equivalência em relação ao seu texto de chegada (Kenny, 2001, p. 79).

Em 1994, Newman apresenta uma perspetiva de equivalência funcional na tradução, defendendo que o tradutor deve decidir que variáveis devem ser prioritárias em cada situação individual (Kenny, 2001, p. 77). Este autor descreveu a noção de “equivalência” no contexto da tradução de forma prospetiva e idealista, como sendo apenas um termo comum usado para descrever a relação ideal que o leitor espera que exista entre um original e a sua tradução (Kenny, 2001, p. 79).

Concluindo, a noção de “equivalência” não está bem definida na área da tradução, sendo interpretada de várias formas por estes e outros teóricos:

- como uma condição para a tradução, pelos que a apoiam;
- como um obstáculo para a progressão dos estudos da tradução, pelos que a rejeitam;
- como apenas um termo útil para descrever traduções, pelos que aceitam a sua utilização apenas neste sentido (Kenny, 2001, p. 77).

Teorias funcionais da tradução

As teorias funcionais da tradução distinguem-se por considerarem os fatores contextuais determinantes para a construção e interpretação do significado (Mason, 2001, p. 29). Os desenvolvimentos nesta área comumente referidos como sendo os mais importantes são o trabalho de Katharina Reiss sobre tipos de texto e funções linguísticas (em 1977 e 1981), a teoria da ação tradutória de Justa Holz-Mänttari (1984), a teoria do *skopos* de Hans J. Vermeer (1989), o modelo de análise textual de Christiane Nord (1988) (Munday, 2001, p. 73) e, mais recentemente, a noção de compreensibilidade desenvolvida por Susanne Göpferich (Göpferich, 2009).

Katharina Reiss parte das três funções da língua apresentadas por Karl Bühler e das respectivas dimensões linguísticas para classificar os tipos de texto em que são utilizadas. O texto informativo refere-se à dimensão lógica ou referencial e à função “comunicação simples de factos”, tendo como principal objetivo transmitir o conteúdo. Por sua vez, o tipo de texto expressivo está associado à função “composição criativa” e à dimensão estética, dando-se ênfase ao autor e à forma do texto. Por último, o texto operativo tem como base a função “induzir respostas comportamentais” e a dimensão apelativa, tendo como objetivo persuadir o leitor do texto a agir de determinado modo (Munday, 2001, p. 73). Reiss admite que um texto pode não representar apenas um destes tipos, podendo, por exemplo, ser informativo e operativo, mas que a prioridade deve ser transmitir a função predominante do texto de partida. Para que este objetivo seja conseguido, esta teórica da tradução propõe a utilização de diferentes métodos de tradução consoante o tipo de texto predominante. Assim, se o texto for informativo, o texto de chegada deve transmitir o conteúdo referencial ou conceptual total do texto de partida, devendo ser escrito em prosa simples, sem redundâncias e com o acréscimo de explicitações sempre que necessário. Por outro lado, se o texto for expressivo, o texto de chegada deve refletir a forma estética e artística do texto de partida e adotar a perspectiva do seu autor. Por fim, se o texto for operativo, o texto de chegada deve provocar a resposta desejada no seu público-alvo, devendo-se adotar o método “adaptativo”, para que o texto de chegada tenha um efeito equivalente ao do texto de partida (Munday, 2001, p. 75).

A teoria da ação tradutória de Holz-Mänttari tem como objetivo fornecer um modelo e um guia aplicáveis a múltiplas situações profissionais de tradução. Neste sentido, foca-se particularmente nos papéis dos participantes do processo de tradução – o iniciador, o tradutor, o utilizador e o público-alvo da mensagem, e nas condições contextuais – a data, o local e o meio (Nord, 2010, p. 121). De um ponto de vista geral, esta teoria interpreta a tradução como um processo comunicativo intercultural que deve ter em conta o público-alvo e o propósito específico (Mason, 2001, p. 33; Munday, 2001, p. 77).

A teoria do *skopos* centra-se no propósito da tradução, apontando-o como base para determinar os métodos e estratégias a serem utilizados para produzir um texto de chegada adequado à sua função (Munday, 2001, p. 79). A palavra *skopos* tem origem grega e significa propósito (Nord, 2010, p. 121). Neste sentido, importa destacar a anotação de Nord relativamente aos sinónimos desta palavra: do ponto de vista do emissor, “propósito” pode ter como sinónimo “intenção” (a intenção interpretada pelo leitor), mas da perspectiva do público-alvo será mais semelhante a “função”, que corresponderá ao propósito em específico para o qual o público-alvo utilizará o texto. Interessa também esclarecer que na teoria do *skopos* a palavra “adequação” e seus derivados se referem à qualidade do texto de acordo com um objetivo em específico, que será o propósito pretendido (Nord, 2010, p. 122). Deste modo, para que o tradutor possa produzir um texto adequado, deve ter acesso ao máximo de informação possível acerca do contexto em que a tradução irá ser utilizada. Para assegurar essa informação, o tradutor pode utilizar um documento de instruções para a tradução (“*translation brief*”²).

Esta teoria do *skopos* foi desenvolvida por Vermeer e posteriormente foi apresentada numa publicação elaborada por este autor em conjunto com Reiss, onde as teorias de ambos se complementam. Nesse trabalho, estes teóricos chegam a uma teoria geral de translação que tem como base seis regras:

- Um texto de chegada é determinado pelo seu propósito;
- Um texto de chegada é uma proposta de informação numa cultura e língua de chegada com base numa proposta de informação numa cultura e língua de partida;
- Um texto de chegada não inicia uma proposta de informação de forma evidentemente reversível;
- Um texto de chegada deve ser internamente coerente;
- Um texto de chegada deve ser coerente com o texto de partida;
- As cinco regras supracitadas encontram-se ordenadas hierarquicamente, sendo a regra do propósito a predominante (Munday, 2001, p. 79).

A noção de proposta de informação referida nestas regras foi introduzida por Vermeer e baseia-se na ideia de que a função ou significado de um texto depende do seu público-alvo. O texto é então visto como uma proposta de informação dirigida a um determinado público-alvo que selecionará os itens que pretende utilizar no seu contexto específico na sua cultura. Deste modo, um texto de partida poderá ter tantas traduções diferentes quanto propósitos na cultura de chegada (Nord, 2010, p. 122).

² O termo “*translation brief*” foi traduzido para “instruções para a tradução” pela mestranda.

O modelo de análise textual de Nord tem como base a organização textual a partir do nível da frase, considerando os conceitos de função e propósito, e deverá ser aplicável a todos os tipos de texto e situações de tradução (Munday, 2001, pp. 81,82). Este modelo classifica o processo e produto da tradução em tradução documental ou tradução instrumental. Na tradução documental, o texto de chegada representa um documento da cultura de partida para a comunicação entre o autor e o público-alvo da língua de partida. Deste modo, o público-alvo do texto de chegada tem acesso às ideias do texto de partida e tem perfeita noção de que o texto que lê se trata de uma tradução (Munday, 2001, p. 81). Por outro lado, a tradução instrumental tem como objetivo transmitir a mensagem de forma independente, funcionando como uma nova ação comunicativa na cultura de chegada que deve ser adequada ao propósito comunicativo sem que o público-alvo tenha noção de que está a ler uma tradução (Munday, 2001, p. 82).

Göpferich apresenta um modelo de avaliação de textos partindo do pressuposto de que a compreensibilidade é um dos fatores centrais para que um texto pragmático esteja adequado ao seu *skopos*, podendo funcionar como um original na cultura de chegada (Göpferich, 2009, p. 31). Por ter esta perspectiva, este modelo pode ser utilizado para a avaliação da qualidade de uma tradução seguindo uma abordagem funcionalista (Göpferich, 2009, p. 49). O modelo proposto por esta autora é apresentado através de três grandes critérios: a função comunicativa, as características que condicionam a produção textual e as dimensões de compreensibilidade (Göpferich, 2009, p. 34). Relativamente à função comunicativa, Göpferich defende que esta é crucial para a determinação da qualidade de um texto, tendo o texto maior qualidade quanto melhor cumprir a sua função comunicativa (*ibid.*). Para a avaliação dessa função, a autora sugere que se tenha em conta o propósito, o público-alvo e o emissor do texto (Göpferich, 2009, p. 35). Göpferich considera que a avaliação da função comunicativa durante a fase de criação de um texto irá ajudar a determinar as características que condicionam a produção textual (Göpferich, 2009, p. 36). Estas características são quatro: o modelo mental denotativo, que consiste na imagem mental dos objetos, processos, etc. representados no texto; o modelo mental convencionalizado, que está presente no processo de codificação do modelo mental denotativo por parte do autor e que tem como base as convenções do género de texto em questão; o meio através do qual é transmitida a mensagem; e os requisitos legais e guias/normas que o autor deve respeitar (Göpferich, 2009, pp. 36-38). Quanto às dimensões de compreensibilidade, Göpferich apresenta seis: a concisão, a correção, a motivação, a estrutura, a simplicidade e a perceptibilidade. Estes serão portanto os fatores de um texto que determinam a sua compreensibilidade (Göpferich, 2009, p. 40).

Nord (2010, pp. 123, 124) refere que as perspetivas funcionais da tradução mudaram as ideias acerca do processo da tradução, que passou a ter como fase inicial a interpretação das

instruções para a tradução e como fase final a avaliação da qualidade. Esta autora destaca ainda a nova importância atribuída à análise do texto de partida, que serve como base para a comparação da proposta de informação do texto de partida com a proposta de informação que deverá ser encontrada no texto de chegada, de acordo com as instruções para a tradução. Esta comparação servirá de base para a seleção do tipo de tradução adequado, de acordo com o modelo de análise textual de Nord (tradução documental ou instrumental), para a identificação dos problemas de tradução, e para o plano das estratégias e métodos de tradução a serem utilizados para resolver os problemas de tradução e obter um texto de chegada que cumpra as funções comunicativas pretendidas (Nord, 2010, p. 124).

Após terem sido analisadas as descrições das nomenclaturas da Norma Europeia, da Norma Internacional e da Norma Americana e apresentadas as perspectivas funcionais e as perspectivas com base na equivalência da teoria da tradução, podemos concluir que estas normas seguidas na prática atual têm como base muitas ideias das teorias funcionalistas. As noções de adequação e propósito são mencionadas frequentemente nas normas referidas e as descrições por elas apresentadas, tanto ao nível da tradução como ao nível da revisão, apontam, muitas vezes, a necessidade de o texto de chegada estar adequado a fatores contextuais e respeitar o propósito pretendido, o que é coerente com as teorias funcionais da tradução. Por outro lado, e considerando o referido, o termo “equivalência” e seus derivados, que surgem na Norma Americana, provavelmente não serão utilizados com base nas teorias da equivalência, mas sim como “apenas um termo útil para descrever traduções” – a terceira interpretação referida na conclusão das teorias da equivalência desta dissertação.

1.1.2. Revisão

“Revisão” é uma palavra utilizada recorrentemente no âmbito dos serviços do tradutor como referência a várias tarefas diferentes. A distinção principal que se fará aqui será entre a revisão no processo de tradução e a revisão de textos originais.

Revisão no processo de tradução

Os diferentes tipos de revisão passíveis de serem incluídos no processo de tradução são referidos com diferentes nomenclaturas pelas normas anteriormente apresentadas. Por este motivo, importa aqui analisar e comparar os termos e respectivas definições propostos pelas três normas.

A Norma Europeia refere as fases verificação (“*checking*”), revisão linguística (“*revision*”), revisão técnica (“*review*”), revisão de provas (“*proofreading*”) e verificação final

(“*final verification*”). Segundo esta norma, a verificação consiste numa revisão realizada pelo próprio tradutor à sua tradução, em que o mesmo confirma se existem omissões ou erros no texto traduzido e se as especificações do serviço foram respeitadas, realizando qualquer correção necessária (EU, 2006, p. 11). Por sua vez, a revisão linguística consiste na análise do texto traduzido em comparação com o texto original, com o objetivo de verificar a consistência a nível terminológico, a adequação ao propósito, ao registo e ao estilo pretendidos, assim como o respeito pelas convenções do domínio a que pertence. Esta tarefa deverá ser realizada por uma pessoa diferente da que efetuou a tradução e que tenha as mesmas competências gerais requeridas para o tradutor, as competências necessárias na língua de partida e na língua de chegada e experiência de tradução no domínio em questão. O revisor linguístico deve recomendar qualquer correção e, em casos extremos, pode até requerer uma nova tradução (EU, 2006, pp. 5,7,11). Relativamente à revisão técnica, consiste numa revisão monolíngue para avaliar a adequação da tradução ao propósito acordado, ao registo e às convenções do domínio em questão. Esta revisão deverá ser efetuada por um profissional especialista no domínio em questão na língua de chegada, que deve recomendar qualquer correção que considerar necessária (*ibid.*). Por fim, a revisão de provas consiste na verificação monolíngue de documentos finalizados antes da sua publicação e a verificação final envolve a certificação de que o serviço prestado respeita as especificações requeridas (EU, 2006, p. 11).

A Norma Internacional apresenta as fases verificação (“*check*”), revisão linguística (“*revision*”), revisão técnica (“*review*”), revisão de provas (“*proofread*”) e verificação final (“*verification*”). Analisando estes termos e respetivas definições em comparação com os da Norma Europeia, percebe-se que não existem muitas diferenças entre as duas. Quanto à verificação, a única diferença, que poderá ser considerada irrelevante, está relacionada com a nomenclatura – “*check*” em vez de “*checking*”. Em relação à revisão linguística e à revisão técnica, as nomenclaturas são idênticas e as definições são extremamente semelhantes, devendo ser apenas destacado o facto de esta norma aceitar o termo “*bilingual editing*” como sinónimo de “*revision*” e “*monolingual editing*” como sinónimo de “*review*”. Pode também ser relevante notar que a Norma Internacional não sugere quem deve realizar estas revisões, ao contrário da Norma Europeia. Contudo, uma vez que só se analisaram as definições e não a Norma Internacional como um todo, é possível que esta informação esteja presente em outra parte do documento. Relativamente à revisão de provas, para além da diferença irrelevante na nomenclatura – “*proofread*” em vez de “*proofreading*”, a Norma Internacional refere que esta tarefa deve ser efetuada antes da impressão dos documentos, ao passo que a Norma Europeia a colocava antes da publicação dos documentos. Por último, a verificação final tem o seu termo simplificado de “*final verification*” para “*verification*”, e é indicado que esta tarefa é realizada

pelo gestor de projetos, informação que não existia na Norma Europeia. No geral, o mais importante a realçar parece ser a apresentação e conseqüente aceitação de sinónimos para a revisão linguística e para a revisão técnica, que, como veremos em seguida, se assemelham bastante à nomenclatura da Norma Americana.

Na Norma Americana são apresentadas as fases edição (“*editing*”), formatação e compilação (“*formatting and compilation*”), revisão de provas e verificação (“*proofreading and verification*”), controlo de qualidade (“*quality control*”) e revisão pós-projeto (“*post-project review*”)³. A edição tem o propósito de confirmar que as especificações do cliente foram respeitadas e engloba duas fases. A primeira fase da edição envolve a comparação do texto traduzido com o texto original para confirmar se está completo e preciso, se respeita a informação do texto original e se foi utilizada a terminologia adequada. Na segunda fase é analisado o texto traduzido isoladamente, sendo o texto original consultado pontualmente, para confirmar se a tradução está coerente e tem uma leitura fácil. Ainda relativamente à tarefa de edição, a Norma Americana indica que os fatores mais importantes para o seu sucesso são o agente e o método ou ferramenta selecionados (ASTM-International, 2006, pp. 2,10). Quanto à formatação e compilação, é apenas referido que os métodos variam muito consoante o projeto em particular e que poderá ser necessário aplicar alterações na tradução em relação ao original, dependendo do propósito e do meio de publicação do texto de chegada (ASTM-International, 2006, p. 10). Relativamente à descrição da revisão de provas e verificação, é feita uma distinção entre estes dois processos, sendo apontado que o último consiste na revisão de provas aliada à avaliação da funcionalidade do texto traduzido e que a revisão de provas só por si implica a verificação de erros tipográficos e ortográficos, hifenização incorreta e má formatação. É ainda realçado que a revisão de provas pode fazer parte do controlo de qualidade e que não deve substituir a edição, sendo realizada após ou mesmo durante essa fase, no caso de projetos simples (*ibid.*). Em relação ao controlo de qualidade, este consiste num método de garantia de qualidade que abrange todo o processo de tradução, podendo-se utilizar vários métodos para a sua realização (ASTM-International, 2006, pp. 10,11). Por fim, a revisão pós-projeto é realizada após o projeto ser entregue ao cliente e consiste na avaliação de todos os procedimentos ao longo do projeto com base nas especificações iniciais (ASTM-International, 2006, p. 11).

Tendo em conta as definições das três normas para as diferentes tarefas de revisão, é importante destacar a semelhança entre as duas fases do processo “*editing*” da Norma Americana e os processos “*revision*” e “*review*” da Norma Europeia e da Norma Internacional. É também de extrema relevância, como indicado anteriormente, realçar o facto de a nova Norma

³ A tradução dos termos apresentados na Norma Americana foi realizada pela mestranda.

Internacional ter resolvido uma lacuna ao aceitar os sinónimos “*bilingual editing*” e “*monolingual editing*”, deste modo aproximando as nomenclaturas das duas normas existentes.

A incoerência existente ao nível da revisão entre a Norma Europeia e a Norma Americana poderá contribuir para a atual utilização de termos diferentes para o mesmo significado. Muitas vezes, “*editing*” é referido como correspondente de “*reviewing*”, mas outras vezes é também utilizado como equivalente de “*revising*”, o que poderá levantar dúvidas. Do mesmo modo, “*proofreading*” é, por vezes, utilizado como sinónimo de “*editing*” ou de “*reviewing*”, o que, de acordo com as definições de ambas as normas, está errado. Relativamente aos termos “*bilingual editing*” e “*monolingual editing*”, introduzidos pela Norma Internacional, seria interessante se quem prefere utilizar o termo “*editing*” passasse a utilizar os mesmos, já que facilitaria muito a compreensão da natureza dos serviços.

Nesta dissertação, para as referências ao processo de tradução, será utilizada a nomenclatura segundo a Norma Europeia. Uma vez que não foi possível o acesso à Norma Europeia de 2006 em português, serão utilizados os termos equivalentes da Norma Europeia de 2004 em português: “verificação”, “revisão linguística”, “revisão técnica”, “revisão de provas” e “verificação final”. A terminologia utilizada será então “tradução”, de acordo com a descrição da Norma Europeia e segundo as perspetivas funcionalistas, “verificação” para a revisão pelo tradutor do texto por si traduzido, “revisão linguística” para a revisão comparativa de uma tradução com o original, “revisão técnica” para a revisão isolada de uma tradução enquanto texto independente, “revisão de provas” para a revisão geral de um texto finalizado e “verificação final” para a última confirmação antes do envio do documento final. Os termos “revisão de provas” e “verificação final” serão utilizados para as tarefas respetivas aplicadas tanto a uma tradução como a um texto original.

Revisão de textos originais

A revisão de textos originais é referida em inglês com o termo “*editing*” (EAC, 2009; Mossop, 2014; SfEP). De facto, segundo os dicionários online de inglês britânico e de inglês americano da Oxford Dictionaries, “*edit*” é, acima de tudo, definido como “preparar (material escrito) para publicação, através da sua correção, condensação ou outro tipo de modificação”⁴ (http://www.oxforddictionaries.com/definition/american_english/edit). Além disso, no seu livro sobre as tarefas de revisão efetuadas pelo tradutor, Mossop (2014) distingue claramente os termos “*revising*” e “*editing*”, respetivamente, em revisão de tradução e revisão de textos originais.

⁴ Tradução realizada pela mestranda.

Embora se possa afirmar que “*editing*” é o termo mais adequado em inglês, em português, “editar” não parece servir para o mesmo papel. Segundo o dicionário online Infopédia, “editar” é definido, acima de tudo, como “fazer a edição de”, sendo “edição” a “impressão e publicação de uma obra”, e só em segundo lugar como “preparar para publicação” (<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/editar>). Esta segunda definição poderá estar associada à definição de “*edit*” em inglês, mas também poderá estar relacionada com a função de um editor de uma revista ou de uma editora, que não fará um trabalho de correção equivalente ao qual nos queremos referir. Além disso, no dicionário inglês-português da Infopédia, o correspondente de “edit” em português, relativamente a um texto, é “rever”. Por estas razões, e por estarem já estabelecidos outros termos para as restantes tarefas de revisão relevantes, nesta dissertação iremos utilizar os termos “revisão de textos originais” ou apenas “revisão” e “revisor” para, respetivamente, “*edit*” e “*editor*”, que definiremos de seguida.

Segundo Brian Mossop, “*editing*”, no contexto aqui pretendido, significa: “*reading a text which is not a translation in order to spot problematic passages, and making any needed corrections or improvements*” (Mossop, 2014, p. 29). Por sua vez, a EAC (*Editors’ Association of Canada*) indica que essa tarefa envolve “*carefully reviewing material before it is published and suggesting or making changes to correct and improve it*” (EAC, 2009, p. 1). Deste modo, podemos concluir que o serviço “revisão de textos originais” consiste na revisão de textos que não são traduções e que se pretende serem publicados, devendo o revisor aplicar qualquer correção ou outra alteração que contribua para a sua melhoria. O objetivo da revisão de textos originais será obter um texto consistente e correto que respeite o propósito pretendido e as necessidades do seu público-alvo (EAC, 2009, p. 1).

Além da definição geral, importa referir que, tal como a tradução, o serviço de revisão de textos originais pode envolver várias tarefas diferentes, que serão ou não efetuadas consoante os requisitos de cada projeto em particular. Partindo da perspetiva da revisão de textos originais enquanto serviço de verificação e correção de um texto, existem quatro tarefas principais: revisão estrutural (“*structural editing*”), revisão estilística (“*stylistic editing*”), *copyediting* (“*copyediting*”) e revisão do conteúdo (“*content editing*”)⁵ (cf. EAC, 2009, p. 1; Mossop, 2014, pp. 30-31). No mesmo serviço pode ainda ser incluída a tarefa de revisão de provas (EAC, 2009, p. 1). Para que a referência a estas tarefas neste trabalho seja clara, as mesmas devem ser definidas. A tarefa de revisão estrutural consiste na análise e estruturação do texto no sentido de melhorar a sua organização e a sua compreensibilidade. Por sua vez, a tarefa de revisão estilística é uma revisão que tem como objetivo melhorar o texto ao nível da adequação do uso

⁵ As traduções dos termos foram realizadas pela mestranda. Optou-se por não se traduzir “*copyediting*” por não se ter encontrado um termo adequado em português.

da língua ao público-alvo, da compreensibilidade do texto e da clareza da mensagem. Quanto à tarefa de *copyediting*, distingue-se da última por se basear na correção do texto e não apenas na sua melhoria, servindo para garantir um texto correto, consistente, preciso e íntegro, tendo em conta as regras gramaticais e ortográficas, as convenções do tipo de texto em questão e as regras do meio de publicação (cf. EAC, 2009, pp. 6-10; Mossop, 2014, pp. 30-31). Por último, a tarefa de revisão do conteúdo consiste na análise do conteúdo do texto e potencial sugestão de adicionar ou retirar partes do mesmo, assim como na correção de erros fatuais, matemáticos e lógicos (Mossop, 2014, p.31).

Nesta dissertação serão utilizados os termos acima apresentados como referência aos respetivos serviços e tarefas aqui definidos.

1.2. Problemática da tradução para inglês e da revisão de inglês por não nativos

1.2.1. Tradução para uma língua não nativa – o caso do inglês

A tradução para uma língua não nativa é um assunto bastante controverso no mundo da tradução (cf. Hernández, 2014; John, 2003; Lonsdale, 2001; Pokorn, 2011). Embora se realize desde há muitos séculos, a sua aceitação foi mudando ao longo dos tempos. Na realidade, no início da era cristã a maioria das traduções na Europa eram feitas para uma língua não nativa – o latim, que era na altura uma língua franca de grande poder (Lonsdale, 2001, p. 64). A alteração de postura posterior poderá ter tido como causa inicial a perspetiva romântica de que a língua de uma nação representa o seu espírito e, portanto, apenas os nativos teriam acesso à “essência” da sua língua (Pokorn, 2011, p. 37). De facto, a partir do século XVI as traduções inversas terão passado a ser vistas pela teoria da tradução apenas como exercícios pedagógicos (Lonsdale, 2001, p. 65). Com o passar do tempo, apesar de a noção de uma relação transcendental entre a nação e a sua língua ter sido abandonada no século XX, a ideia consequente de que a tradução não deveria ser feita para uma língua não nativa manteve-se (Pokorn, 2011, p. 37), e, hoje em dia, verificam-se perspetivas muito diferentes relativamente à sua prática.

No entanto, deve ser salientado que estas posições fortes em relação à tradução para uma língua não nativa são apenas observadas entre profissionais da área, já que a ideia do público em geral, e, muitas vezes, dos próprios clientes, é que a competência linguística é simétrica numa ou na outra direção e que um tradutor não deverá ter dificuldade em traduzir em ambas as direções (Lonsdale, 2001, p. 64). Por este motivo, é o próprio tradutor quem tem a

responsabilidade de decidir se é ou não capaz de realizar uma tradução inversa⁶, dependendo de cada contexto em particular e das suas competências.

Por um lado, ainda existem muitos profissionais que se opõem de forma mais ou menos radical à tradução inversa, havendo inclusive associações de tradutores que defendem que a sua prática deve ser evitada. Como exemplo próximo, muito recentemente (em fevereiro de 2015) a Associação Portuguesa de Tradutores enviou um email a todos os seus sócios indicando a sua posição radical contra a tradução para uma língua não materna, considerando-a como desrespeitadora das boas práticas da profissão e indicadora de um tradutor não profissional. Na literatura sobre o tema são apontadas três entidades relacionadas com a tradução que se mostram relutantes relativamente à tradução para uma língua não nativa: a UNESCO, que no documento “Recommendation on the Legal Protection of Translators and Translations and the Practical Means to Improve the Status of Translators” de 1976 indica que o tradutor deve, sempre que possível, traduzir para a sua língua materna ou para uma que domine de forma equivalente (Lonsdale, 2001, p. 64); a *Translators’ Guild of Great Britain*, que no seu código de ética profissional defende que o tradutor apenas deve traduzir para línguas nativas (John, 2003, p. 2); e o *Institute of Linguists*, que para entregar o “Diploma in Translation” apenas avalia a capacidade de tradução para a língua nativa (Lonsdale, 2001, p. 64). A literatura inclui ainda outras opiniões que importa realçar. Peter Newmark é referido por John (2003, p. 1) por defender que mesmo que o tradutor viva durante muito tempo noutro país, nunca conseguirá sentir o mesmo por uma língua que não a sua nativa. O mesmo autor é citado por Lonsdale (2001, p. 64) numa afirmação de que o tradutor apenas conseguirá traduzir com naturalidade, precisão e máxima eficácia se o fizer para a sua língua materna. Também é apontada uma posição semelhante por parte de outros autores como Ladmiral (cf. Lonsdale, 2001, p. 64) e Cay Dollerup (cf. John, 2003, p. 2). Mona Baker é citada por John (2003, p. 2) como defensora de que a competência numa língua estrangeira nunca será idêntica à da língua nativa na situação específica de utilização de expressões idiomáticas e frases feitas. O autor concorda que a utilização destas expressões e, em geral, de vocabulário e estilo de texto muito raramente ou nunca serão interpretados com a mesma sensibilidade por um falante não nativo (*ibid.*).

Por outro lado, alguns profissionais e teóricos da tradução defendem que a tradução para uma língua não nativa é uma opção viável, ainda que não deva ser prioritária em relação à tradução para a língua nativa. Além disso, alguns autores interpretam a tradução inversa como algo inevitável, devido sobretudo a três fatores principais: necessidades económicas, globalização e domínio do inglês como língua franca (cf. Hernández, 2014; John, 2003;

⁶ Nesta dissertação, o conceito de “tradução inversa” será utilizado como sinónimo de “tradução para uma língua não nativa”.

Lonsdale, 2001). Este último fator é o mais referido e até poderá estar na origem dos outros dois. Lonsdale (2001) consegue descrever a grande importância do inglês a um nível global em duas frases:

“English is the language of international trade, multinational companies, science, technology and the mass media, and books, magazines, radio, television and films in English are available in most parts of the worlds. English is probably the most widely taught foreign language, and many learners reach high levels of proficiency” (Lonsdale, 2001, p. 65).

Este excerto reflete bem a necessidade de redigir vários tipos de documentação em inglês em qualquer parte do mundo para que a mesma seja reconhecida internacionalmente, acompanhando as exigências da globalização. Esta situação implica naturalmente uma vasta quantidade de traduções para esta língua, maior do que para qualquer outra (Campbell citado por John, 2003, p. 3; Lonsdale, 2001, p. 65). Tendo isto em conta, o facto de haver falta de tradutores nativos de inglês em muitos contextos onde estas traduções são procuradas leva a que as mesmas sejam necessariamente traduções inversas realizadas por não nativos (Lonsdale, 2001, p. 65). Contudo, isto não significa que o resultado sejam traduções más, já que, como apontado no excerto, muitos falantes não nativos de inglês conseguem alcançar níveis de proficiência elevados, algo que deverá ser comum entre tradutores desta língua. De facto, Snell Hornby, citada por John (2003, p. 3), afirma que, considerando a importância do inglês no contexto da globalização, todos os tradutores deveriam ter a competência para trabalhar com o inglês como língua franca.

Esta noção do inglês como língua franca por oposição ao inglês utilizado por nativos é muito importante no contexto de traduções para um público internacional e multicultural. Lonsdale (2001, p. 66) refere a argumentação de McAlister de que, no contexto de um público internacional, a qualidade de ser nativo na língua de chegada e respetiva cultura perde importância. House (2013, p. 60) tem uma perspetiva semelhante, indicando que no inglês como língua franca as formas específicas do inglês nativo como expressões idiomáticas ou outras com referências culturais e históricas não têm importância. Esta autora acrescenta que, hoje em dia, o número de utilizadores do inglês como língua franca é muito superior ao de falantes nativos de inglês, e que por isso os segundos já não deveriam ter o sentido de propriedade desta língua internacional utilizada para comunicação intercultural (House, 2013, p.60). Neste contexto, a competência em traduzir para o inglês como língua franca não seria tão exigente como para o inglês nativo, já que as exigências do público-alvo seriam menores e haveria um interesse substancialmente maior no conteúdo da mensagem do que na sua correção absoluta. Contudo, convém referir que, para que o público-alvo compreenda o conteúdo, é necessário que o texto

esteja bem escrito e, conseqüentemente, o domínio da língua a um nível profissional não deve deixar de ser importante.

A perspectiva da tradução inversa como necessidade económica, assim como uma forma de manter a identidade cultural dos países de línguas minoritárias, é defendida por McAlester (citado por Hernández (2014, p. 230)), que a justifica devido à escassez de tradutores nativos de línguas maioritárias (como é o caso do inglês) que dominem línguas minoritárias (no seu caso, o finlandês). Seguindo a mesma perspectiva, Pokorn (2011, p. 38) chega a afirmar que atualmente a tradução para uma língua não nativa é, por vezes, predominante em países onde a língua falada tem poucos falantes além dos nativos. Por sua vez, John (2003, p. 3) defende que a tradução inversa se tornou numa necessidade económica devido à globalização e acrescenta opiniões semelhantes de Campbell, que refere que a tradução para uma língua não nativa é uma prática inevitável em determinados contextos, e de Snell Hornby, que aponta este tipo de tradução como um facto da vida atual.

Para justificar a tradução para uma língua não nativa, Pokorn (2011, pp. 38-39) faz um pequeno resumo de aspetos a favor desta prática, com base na investigação na área. Nesse estudo conclui que já foi comprovado que a qualidade de falante nativo não garante uma melhor qualidade em tradução e interpretação, que existe uma necessidade de tradução e interpretação para uma língua não nativa em vários mercados e que existe a necessidade de ensinar os futuros tradutores a trabalharem para a língua não nativa. Além disso, este autor acrescenta que se têm vindo a questionar as suposições teóricas tradicionais, que já têm sido estudados vários métodos de ensino e formação nesta área e que, hoje em dia, os tradutores e intérpretes têm acesso a ferramentas e materiais de apoio mais desenvolvidos para conseguirem realizar a tradução para uma língua não nativa com maior sucesso (*ibid.*).

Além destes resultados da investigação sobre a tradução para uma língua não nativa e das opiniões apresentadas, os inquéritos que se têm vindo a realizar nos últimos anos revelam que, de facto, uma percentagem significativa de tradutores realiza traduções para uma língua não nativa. Hernández (2014) faz uma análise dos resultados de estudos nesta área da qual se pode concluir que a tradução inversa é uma prática comum na Austrália, é realizada nos países nórdicos europeus em geral por falta de falantes nativos que dominem as suas línguas, é necessária na Dinamarca para divulgar os conhecimentos dinamarqueses e representa uma grande percentagem dos trabalhos de tradução na Alemanha. Além disso, este autor analisa especificamente estudos realizados em Espanha, concluindo que a tradução para uma língua não nativa também é muito realizada neste país, sendo as línguas com maior procura o inglês, o francês e o alemão, e o tipo de textos mais frequentes os técnicos, os legais, os financeiros, os comerciais e os científicos. Após esta análise, Hernández (2014) realiza o seu próprio estudo,

partindo de um inquérito feito em abril e maio de 2013 a tradutores de Espanha, dos quais 326 eram espanhóis, tinham respondido a todas as questões e tinham a tradução como principal fonte de rendimento. Destes, 233 traduziam pelo menos raramente para inglês, francês ou alemão, representando a amostra que interessa estudar. Desta amostra, a maioria tinha menos de 35 anos, era do sexo feminino, trabalhava como tradutor autónomo e tinha mais de 5 anos de experiência. Relativamente às traduções inversas, dos 162 que traduziam para inglês, a maioria fazia este trabalho com muita frequência, a área mais comum era a jurídica e a menos comum era a literária. Deste estudo conclui-se que a tradução para uma língua não nativa é algo real e comum, que varia com as áreas em questão e os tipos de texto, mas que nem todos os tradutores praticam.

Mais recentemente, em janeiro de 2015, também a IAPTI (IAPTI, 2015) realizou um inquérito sobre a tradução para uma língua não nativa, que revelou muita informação relevante e atual, com o número de respostas de várias partes do mundo a rondar as 780. No âmbito desta dissertação, considerou-se pertinente analisar este inquérito e retirar as informações relevantes, tendo sido dada particular atenção às línguas portuguesa e inglesa, que interessam para o presente trabalho. Na interpretação da informação relativa à língua portuguesa, é importante ter em atenção que, de entre os inquiridos, 23 tinham Portugal como país de origem e 26 como país de residência, e que estes números relativamente ao Brasil foram de 39 e 34, respetivamente. Esta distinção entre Portugal e Brasil, e conseqüentemente entre português europeu e português do Brasil, só é feita nesta fase do inquérito, o que significa que os resultados relativos ao português não correspondem apenas a tradutores falantes de português europeu. Além disso, para o propósito do inquérito, em algumas situações agruparam-se os nativos de português, francês, italiano, alemão e espanhol (cf. IAPTI, 2015).

Relativamente às respostas de todos os inquiridos da IAPTI, cerca de 46% não aceitaria traduzir para uma língua não nativa, aproximadamente 45% aceitaria traduzir para uma, 8% para duas e quase 2% para três, sendo a diferença entre traduzir para uma língua não nativa ou mais do que uma significativa. Quanto à sua prática, a maioria dos inquiridos de facto traduz para uma língua não nativa, sendo na maior parte dos casos traduções em determinadas áreas específicas. Porém, quase 83% dos tradutores afirmaram não traduzir entre línguas não nativas.

Analisando o grupo de nativos de português, francês, italiano, alemão e espanhol, que foi comparado aos nativos de inglês, cerca de 37% desses inquiridos traduzia apenas para a língua nativa, notando-se uma diferença significativa em relação às respostas dos nativos de inglês: quase 82% não fazia tradução inversa. Relativamente à prática da tradução inversa, representa para a maioria deste grupo 20-99% do seu volume de trabalho. Por outro lado, representa 0% do

trabalho para 29% dos inquiridos deste grupo, o que é uma percentagem baixa em comparação com os 71,5% entre nativos de inglês.

No caso de nativos de português em particular, a tradução para uma língua não nativa representa 20-99% do volume de trabalho para cerca de 46% e 0% do volume de trabalho para aproximadamente 23%. Quanto à revisão de traduções realizadas por não nativos da língua de chegada, quase 19% dos inquiridos nativos em português recusa fazê-lo, 37% estaria disposto a fazê-lo, e este trabalho não representa mais de 50% do total de revisões para nenhum destes inquiridos (cf. IAPTI, 2015).

É interessante destacar uma conclusão retirada dos comentários do inquirido: “*English was by far the most common target language for non-native speakers*” (IAPTI, 2015, p. 28), que comprova as noções anteriormente apresentadas nesta dissertação de que o inglês como língua franca é um fator crucial para a necessidade de tradução inversa. Além disso, importa apontar que a maioria dos inquiridos indicou que os trabalhos de tradução para uma língua não nativa envolvem “*proof-reading*” quer por parte do próprio, quer por parte do cliente/agência/empresa de tradução, o que ajudará a garantir uma maior qualidade (cf. IAPTI, 2015). Contudo, fica em aberto se o termo “*proof-reading*” se refere à revisão linguística, à revisão técnica ou à revisão de provas (problema abordado anteriormente nesta dissertação).

No inquérito da IAPTI é ainda questionado que erros esperariam os inquiridos encontrar com maior frequência em traduções por não nativos da língua de chegada em comparação com as de nativos. Os erros mais referidos são “*wrong collocation/usage*”, “*stylistic/register error*” e “*grammar or syntax error*”, e os menos referidos são “*misunderstanding of the source text*”, “*spelling error*” e “*addition/omission*”. Outra pergunta interessante foi sobre se haveria trabalhos de tradução para os quais tradutores não nativos da língua de chegada pudessem ser mais competentes do que nativos, à qual 25% dos inquiridos nativos de português responderam que sim. Por último, quando foi questionado se as associações deveriam recomendar que os tradutores traduzissem apenas para a sua língua nativa, 54,55% dos nativos de português responderam que sim, em comparação com 75,93% dos nativos de inglês (cf. IAPTI, 2015).

A maior intolerância dos nativos de inglês à tradução inversa em comparação com nativos de outras línguas é um facto que também é observado em outras fontes bibliográficas além do inquérito da IAPTI. Lonsdale (2001, p. 64), por exemplo, refere exatamente que a noção da tradução direta como única opção para um profissional é particularmente dominante em países onde a língua nativa é o inglês.

Concluimos então que a tradução para uma língua não nativa é uma realidade atual, que a investigação na área mostrou resultados a favor e que alguns teóricos da tradução apoiam a sua realização. Importa agora apontar alguns aspetos importantes que se devem ter em conta no

contexto da tradução para uma língua não nativa. De um modo geral, é referido na literatura específica que a tradução inversa pode ser influenciada por vários fatores contextuais como o par linguístico, a disponibilidade de tradutores que trabalhem com esse par linguístico, o grau de conhecimento do tradutor na área, o estatuto da língua, a quantidade de traduções que já existem para a língua em questão, a importância da tradução em questão, o tipo de texto, o prazo e potenciais limitações institucionais (John, 2003, p. 3; Lonsdale, 2001, pp. 66,67).

Relativamente à disponibilidade de tradutores que trabalhem com um determinado par linguístico, já se referiu neste trabalho que a falta de tradutores nativos numa língua de chegada maioritária que traduzam de uma língua de partida minoritária é uma situação comum em diversos contextos. Além da informação já apresentada em relação a este tema, é interessante referir a argumentação de Lonsdale (2001, p. 66) acerca da proximidade das línguas. Este autor indica que, se as línguas de partida e de chegada tiverem uma proximidade geográfica, comercial e cultural maior, haverá uma maior probabilidade de encontrar um tradutor nativo na língua de chegada. Por outro lado, a probabilidade será menor quando esta proximidade não existe, ou até quando existe numa só direção, como acontece frequentemente com o inglês, já que esta língua é ensinada até níveis de proficiência elevados em muitos países cuja língua nativa raramente é ensinada a nativos de inglês (*ibid.*). Consequentemente, os nativos dessas línguas minoritárias com elevada proficiência em inglês terão uma maior competência para traduzir da sua língua para o inglês do que nativos de inglês que não aprendam essas línguas, ou que atinjam níveis de proficiência muito baixos.

Quanto ao tipo de texto, é uma característica do projeto frequentemente indicada como fator importante no contexto da tradução para uma língua não nativa. John (2003, p. 3) afirma inclusive que para determinados tipos de texto até pode ser preferível que a tradução seja feita por um nativo da língua de partida e não da língua de chegada, indicando os textos técnicos e científicos como exemplos, onde a precisão é mais importante do que o estilo, e ainda a tradução médica, onde existem equivalentes diretos disponíveis e a exigência de domínio linguístico é menor. Este autor refere as opiniões de Snell Hornby, que, partindo da ideia já apresentada de que o inglês como língua franca não tem as mesmas exigências que o inglês nativo, afirma que a tradução de textos com linguagem para fins específicos (“*language for specific purposes*”) é adequada para a tradução inversa devido à utilização de linguagem mais precisa e clara e à quantidade limitada de construções possíveis (John, 2003, pp. 3,4). Por oposição, Snell Hornby aponta os textos expressivos como os menos adequados para este tipo de tradução (John, 2003, p. 4). No mesmo sentido, Lonsdale (2001, p. 66) acrescenta que nas áreas em que o discurso está muito estandardizado, como é o caso das áreas de negócios, ciência, tecnologia e administração pública, um tradutor que tenha acesso a documentação

suficiente, pode produzir traduções para uma língua não nativa com competência. Este autor ainda cita Snell e Crampton, que afirmaram que em domínios especializados poderá até ser mais adequada a tradução por um especialista na área, mesmo que não seja nativo na língua de chegada, principalmente se o texto ainda for sujeito a revisão posteriormente (*ibid.*).

A colaboração com um nativo na língua de chegada também foi apontada na literatura. No seu estudo, John (2003) analisa a importância de o trabalho de tradução para uma língua não nativa ser acompanhado por um nativo da língua de chegada que não tenha conhecimentos na língua de partida nem na área em específico. Este autor conclui que o papel do nativo neste contexto seria semelhante ao de uma fonte de informação (talvez como o é um dicionário ou um texto comparável), e que no seu estudo em particular os apoios principais que estes indivíduos deram ao tradutor foram correções gramaticais e opções mais naturais (John, 2003, p. 11). Pokorn (2011, p. 38) também refere o papel do nativo na língua de chegada no processo da revisão, apontando que a tradução para uma língua não nativa raramente é feita apenas pelo tradutor, sendo comum a colaboração com um revisor nativo na língua de chegada.

A grande preocupação na tradução para uma língua não nativa é o grau de competência do tradutor nessa língua de chegada. Contudo, alguns autores apontam que em determinados contextos poderá ser mais importante ter um maior conhecimento da língua de partida. John (2003, p. 2) cita Grosman no seu comentário sobre a falta de importância atribuída à compreensão da língua e cultura de partida por parte do tradutor não nativo nas mesmas, dizendo que, embora se insista que a tradução por um não nativo da língua de chegada deve ser revista por um nativo da mesma, não se recomenda igualmente que a tradução por um não nativo da língua de partida seja revista por um nativo. Lonsdale (2001, p. 67) também aponta esta situação e acrescenta que a revisão por um nativo da língua de partida pode ser particularmente importante num contexto em que os padrões de discurso variem muito entre as duas línguas/culturas.

No geral, além de todos os fatores indicados, deve-se salientar, embora seja um dado adquirido, que é fundamental que o tradutor seja capaz de produzir um texto final com qualidade e apropriado ao contexto, quer seja ou não nativo na língua de chegada (John, 2003, p. 3).

Por fim, consideram-se relevantes as recomendações finais de Lonsdale (2001, p. 67). Este autor sugere que os teóricos da tradução deveriam reconhecer que a tradução para uma língua não nativa é uma realidade e desenvolver documentação que servisse de apoio ao tradutor deste tipo de trabalhos. Deixa ainda o aviso de que os alunos de tradução devem ser alertados para as suas limitações na tradução para línguas não nativas, mas que devem ser ensinados a

reconhecer os tipos de texto e as áreas de discurso em que poderão traduzir de forma competente, assim como a prepararem-se para realizar este tipo de tradução (*ibid.*).

Embora a maioria dos tradutores, à partida, prefira traduzir para a sua língua nativa e se sinta mais confortável a fazer este tipo de trabalho, a verdade é que quando a oferta é muita, e o profissional tem formação e se sente capaz de realizar o trabalho, poderá acabar por fazê-lo. Neste capítulo pode-se concluir que a tradução para uma língua não nativa é uma realidade e que é praticada e aceite por nativos de português. Quanto ao caso da tradução de português para inglês, percebeu-se que este tipo de trabalhos pode facilmente surgir com maior frequência do que, por exemplo, de espanhol ou francês para inglês, já que a oferta de prestadores de serviços de tradução nativos em inglês e conhecedores de português será menor, principalmente no caso do português europeu (em comparação com o português do Brasil, cuja expressão é maior devido à potência que o país representa a nível mundial). Quanto ao caso da tradução não nativa de artigos científicos, uma das bases do presente trabalho, a literatura revela que esta área será uma das mais apropriadas para este tipo de tradução, desde que o tradutor seja competente, tenha noção das suas limitações e faça uso de todos os recursos que considerar necessários. Além disso, no caso específico de artigos científicos para publicação, os autores portugueses vão procurar tradutores em Portugal e encontrarão muito mais facilmente tradutores nativos em português que prestam este serviço. Neste contexto, a formação específica na área da tradução, incluindo formação para tradução inversa e um nível de inglês profissional, é um fator de extrema importância para que o tradutor seja capaz de realizar a tradução para o inglês como língua não nativa. Contudo, é necessária mais investigação nesta área e seria interessante investigar a opinião e a prática dos tradutores portugueses em relação às traduções de português europeu para inglês não nativo em particular, assim como a perspectiva que os clientes, reais e potenciais, têm deste trabalho, para comprovar se estas ideias são de facto verdadeiras.

1.2.2. Revisão de inglês por não nativos

Além da problemática da tradução para uma língua não nativa, atualmente também se tem vindo a debater a revisão por um não nativo de textos para publicação em inglês. A existência deste tipo de trabalho justifica-se pelas mesmas razões que a tradução para uma língua não nativa: necessidades económicas, globalização e domínio do inglês como língua franca. Do mesmo modo que se pode compreender a elevada necessidade de traduções para inglês com base nestes fatores, também se pode compreender a necessidade de escrever textos originais diretamente em inglês. Contudo, um autor não nativo em inglês sem formação na área das línguas e/ou sem um nível proficiente de inglês, provavelmente não escreverá de maneira correta e compreensível o suficiente nesta língua. É nesta situação que se justifica o trabalho do

revisor de textos originais, mesmo não sendo nativo em inglês, desde que tenha um nível de proficiência elevado nesta língua.

Dois artigos da literatura no âmbito da revisão em ciências abordam a revisão de inglês por revisores não nativos desta língua com algum pormenor e corroboram as ideias referidas (Aribisala, 2011; Joshi, 2011). Estes autores justificam o trabalho de revisão de inglês por não nativos principalmente devido ao estatuto do inglês como língua franca, que já foi mencionado neste trabalho. Além disso, referem que, embora os nativos de inglês estejam em vantagem neste tipo de trabalho, também cometem erros gramaticais e tipográficos, não devendo este ser o único fator de avaliação para a competência em revisão de textos para publicação (Aribisala, 2011, p. 2; Joshi, 2011, p. 39). Joshi (2011, p. 39) desenvolve esta perspectiva, destacando que, por o público das publicações internacionais em inglês ser maioritariamente não nativo nesta língua, utilizando o inglês como língua franca, as expectativas não serão tão exigentes como seriam as do nativo de inglês. De qualquer modo, não se deve menosprezar a compreensibilidade do texto, que apenas será garantida se o revisor tiver um nível elevado de competência em escrita na língua em questão.

Neste contexto, importa voltar a referir as perspectivas de John (2003) e Lonsdale (2001) sobre a relevância de o tradutor compreender a língua e a cultura de partida enquanto nativo, podendo nalguns casos ser até mais importante do que a qualidade de nativo na língua de chegada. Estas ideias aplicam-se no caso da revisão, particularmente em contextos em que os padrões de discurso difiram entre as duas línguas/culturas (Lonsdale, 2001, p. 67), já que o nativo da língua de partida com proficiência na língua de chegada reconhecerá os padrões de ambas as línguas e saberá adaptá-los de uma para a outra.

No inquérito publicado pela IAPTI este ano, previamente mencionado no âmbito da tradução inversa, também foi investigada a perspectiva dos tradutores quanto à tarefa de revisão de textos originais escritos por não nativos. Nesse inquérito concluiu-se que 15,38% dos nativos de português admite não aceitar este tipo de trabalhos, aproximadamente 42% revela que estaria disposto a realizar projetos deste tipo caso os recebesse, para cerca de 21% esta tarefa específica representa até 50% do trabalho de revisão que realiza e para 6% dos inquiridos representa mais de 50% das tarefas de revisão (cf. IAPTI, 2015). Portanto, apenas cerca de 27% dos nativos de português inquiridos realizam este serviço na sua prática.

Estando justificada a realização da revisão de textos originais por não nativos, e abordada a sua prática, importa apresentar alguns conselhos indicados por Aribisala (2011) para ajudar os revisores não nativos a atingirem um bom nível de competência na revisão de inglês. Acima de tudo, tal como na tradução para uma língua não nativa, destaca-se a necessidade de o revisor conhecer bem as suas limitações e erros mais comuns, assim como os mais frequentes de

autores nativos na sua língua quando escrevem em inglês, sendo até aconselhado criar uma lista destes erros como guia para a revisão. É também referida a necessidade de contacto com o inglês nativo diariamente, através da leitura de textos gerais ou específicos na área de trabalho, para conhecer quais as palavras mais usadas num determinado contexto, evitando uma escrita muito elaborada e pouco natural (*ibid.*).

De um ponto de vista geral, para a revisão de textos numa língua que não a sua materna, o revisor deve ter sempre competências linguísticas elevadas. Neste sentido, deve ter em conta a sua situação desvantajosa em comparação com o nativo, e trabalhar mais na manutenção de um nível elevado de competência em inglês para compensar a mesma. Contudo, existem muitas outras competências importantes que um revisor de textos para publicação deve ter, independentemente de ser ou não nativo na língua em que o texto será publicado. Por exemplo, o domínio na área do artigo a rever também é importante, devendo o revisor manter-se atualizado através da leitura frequente de artigos em inglês nessa área. Analisando em particular a revisão do inglês como língua franca, a qualidade de nativo em inglês poderá não ser tão relevante, desde que haja um nível de proficiência elevado nesta língua. De facto, nesta situação até poderá ser vantajosa a qualidade de nativo na língua de partida associada a essa proficiência, uma vez que possibilitará a compreensão de erros que sejam reflexo das diferenças entre as duas línguas. No caso particular do nativo de português, verificou-se pelo inquérito da IAPTI que a percentagem destes tradutores que revê textos redigidos em inglês por não nativos é inferior a 30%, mas que mais 42% estão dispostos a aceitar este tipo de trabalho. Portanto, além de se confirmar que esta tarefa é uma realidade, é provável que a revisão de textos redigidos em inglês por não nativos venha a aumentar, tendo em conta a crescente necessidade de publicar nessa língua e a exigência das revistas a esse nível. Neste sentido, é importante que os tradutores conheçam os requisitos deste tipo de trabalho e sejam responsáveis na decisão de o realizar ou não, avaliando todo o contexto do projeto em questão, juntamente com as suas competências.

2. Capítulo 2 – Tradução e revisão de artigos científicos para publicação na área da Saúde

2.1. Tradução e revisão na área da Saúde

A tradução médica refere-se a um tipo específico de tradução técnica e científica focada na área da Saúde (Montalt, 2011, p. 79). Como outros tipos de tradução, a tradução médica é uma atividade determinada por cada projeto específico, envolve a adaptação de diferenças culturais, implica a utilização de ferramentas informáticas e o seu objetivo principal é facilitar a comunicação entre diferentes comunidades linguísticas (Resurrecció, 2007, p. 19).

Contudo, devido ao papel importante da tradução na divulgação de conhecimentos da área da Saúde, que envolve vários públicos e vários tipos de textos (cf. Karwacka, 2014, p. 19), a tradução médica tem características específicas que a distinguem de outros tipos de tradução (Montalt, 2011, p. 79). Em primeiro lugar, este tipo de tradução está condicionado pelos códigos de ética da investigação biomédica e dos serviços de saúde (*ibid.*). Em segundo lugar, o tradutor nesta área deve cumprir três importantes critérios de ética que se lhe aplicam: tomar decisões de forma ponderada e competente, considerando sempre a importância da precisão e da legitimidade da informação; manter a confidencialidade, principalmente quando o trabalho envolve informações de pacientes; e promover a compreensão, o respeito e a empatia para com os diferentes pacientes, quando estes estejam envolvidos (Montalt, 2011, p. 79; Resurrecció, 2007, p. 22). Em terceiro lugar, a maioria dos seus conceitos, termos, géneros textuais, contextos sociais e recursos é específica do contexto dos serviços de saúde, o que implica que os tradutores da área da Saúde que trabalham com comunicações profissionais, além de terem uma competência considerável em tradução, tenham competência na área de conhecimento do trabalho em específico (Karwacka, 2014, p. 19; Montalt, 2011, p. 79).

As características específicas da tradução na área da Saúde acima descritas determinam os fatores para a qualidade nesta área, que vão além dos seguintes da tradução em geral: precisão e uso correto da língua, satisfação do cliente, cumprimento dos requisitos acordados com o cliente, respeito pelo tipo e função do texto e noção das expectativas da comunidade em relação à tradução (Karwacka, 2014, p. 22). A qualidade da tradução na área da Saúde é particularmente importante devido ao potencial para as mensagens serem alteradas durante este processo, o que, no contexto de documentos médicos, pode conduzir a graves consequências (Andriesen, 2006, p. 157). Por exemplo, no caso particular dos artigos científicos, os erros na tradução poderão afetar a reputação do autor. Além disso, se a tradução não for clara para o

leitor ou se uma parte fundamental da informação estiver mal traduzida, a prestação de cuidados de saúde, incluindo o diagnóstico e tratamento de pacientes, poderá ser afetada (Karwacka, 2014, p. 20).

Portanto, para evitar erros e garantir que as experiências publicadas podem ser repetidas e que a argumentação pode ser claramente seguida, a tradução médica de artigos científicos deve, acima de tudo, refletir precisão (Resurrecció, 2007, p. 23). Além disso, o texto de chegada deve ser natural, correto e adequado ao propósito do texto e do género em que se insere, uma vez que influenciará as decisões de pacientes e profissionais de saúde (Karwacka, 2014, pp. 20,29).

Relativamente à revisão de textos originais, embora este serviço não seja referido na literatura previamente analisada, o texto final resultante desse trabalho está sujeito às mesmas condições e aos mesmos requisitos de qualidade que o texto de chegada de uma tradução.

2.1.1. Competências do tradutor

Considerando a influência da escolha do tradutor na qualidade do texto de chegada, é relevante analisar em seguida as competências que o tradutor deve ter para trabalhar de forma eficiente e profissional na área da Saúde, e com artigos científicos em particular.

A própria tradução exige competências específicas, mas o trabalho do tradutor na área da Saúde vai muito além do ato de traduzir. De facto, Resurrecció (2007) realçam que os clientes na área da Saúde requerem aos tradutores trabalhos variados, como traduzir textos para uso interno e para publicação, traduzir artigos de investigação para inglês, rever traduções e rever textos originais, reescrever e adaptar textos e escrever textos originais a partir de informação entregue pelo cliente. Consequentemente, o tradutor deve ter várias competências. Visto que nesta dissertação apenas analisaremos os serviços de tradução e de revisão de textos originais, neste subcapítulo serão apresentadas as competências do tradutor para trabalhos relacionados com tradução e no próximo subcapítulo serão apresentadas as competências para a revisão de textos originais.

As competências do tradutor no contexto da tradução serão aqui analisadas do ponto de vista da área da Saúde, com base numa divisão adaptada da apresentada pela ASTM-International (2006, pp. 6-7) para as competências do tradutor: competência linguística, competência em tradução, competência na área da Saúde, competência no género e tipo de texto e competência informática.

Competência linguística

Segundo a ASTM-International (2006, p. 6), o tradutor deve ter competência na língua de partida e na língua de chegada, em particular na compreensão de textos escritos na língua de partida e na redação de textos na língua de chegada. Relativamente à tradução na área da Saúde em específico, além de concordar com o anteriormente referido, Karwacka (2014, p. 23) cita a *International Medical Interpreters Association* (IMIA), apontando que os tradutores devem ter um nível formal nativo ou quase nativo⁷ de proficiência linguística, capacidade analítica e conhecimentos culturais profundos relacionados com as línguas de partida e de chegada. Estas competências são particularmente importantes nos artigos científicos, para que o tradutor seja capaz de produzir um texto de chegada que transmita a mensagem de forma clara e concisa (cf. EASE, 2014, pp. 2-3; Lozano, 2014).

Competência em tradução

A ASTM-International (2006, p. 6) destaca que um nível proficiente nas duas línguas não garante necessariamente uma competência em tradução, já que esta também implica a capacidade de escolher a expressão na língua de chegada que transmitirá e corresponderá melhor ao significado pretendido na língua de partida, para o público e propósito específico daquela tradução. Relativamente aos artigos científicos em particular, Lozano (2014) segue a linha de pensamento anterior e conclui que a dificuldade da tradução de um artigo de investigação depende da capacidade do tradutor em transmitir as ideias.

Para avaliar a competência em tradução, Karwacka (2014, p. 29) vai de encontro ao defendido pela ASTM (cf. ASTM-International, 2006, p. 6), realçando a importância de o tradutor ter experiência considerável em tradução médica e a possibilidade de utilizar testes de tradução para provar competências e capacidades. No caso de o cliente não poder confirmar a competência em tradução, Karwacka (2014, p. 24) refere que devem ser os próprios tradutores a decidir se são suficientemente capazes de realizar o projeto de tradução especializada que estejam a ponderar aceitar.

Competência na área da Saúde

A ASTM-International (2006, p. 7) refere que é necessário um bom conhecimento da área para que a tradução seja precisa, já que textos associados a diferentes áreas envolvem características específicas ao nível da terminologia, de estruturas fráscas, de formatos e de práticas. Resurrecció (2007, p. 20) concordam que a compreensão factual é um elemento

⁷ Interpreta-se aqui um nível “quase nativo” como um nível de proficiência elevado.

fundamental de qualquer processo de tradução. Relativamente à tradução na área da Medicina em específico, Karwacka (2014, p. 24) afirma que o tradutor tem de facto de ter algum conhecimento na área para poder confirmar que a mensagem é transferida claramente.

No contexto da Saúde, importa referir a terminologia, já que é uma das características mais típicas da tradução nesta área e chega a requerer mais de metade do tempo do processo de tradução (cf. Montalt, 2011, p. 80; Resurrecció, 2007, p. 21). Montalt (2011, p. 80) defende que a tradução da terminologia médica tem duas tendências: a normalização e a variação. Relativamente à primeira, indica como exemplos a utilização de formas e termos com base no grego e no latim, que estão muito internacionalizados e variam pouco entre línguas, e a normalização de classificações e nomenclaturas internacionalmente utilizadas. Quanto à variação, explica que a criação de nomes para novas realidades é frequente em textos médicos e representa uma das características mais exigentes da tradução médica (*ibid.*). Portanto, a familiarização com a terminologia nas línguas de trabalho e a capacidade de resolver todos os tipos de problemas linguísticos (neologismos, sinonímia, polissemia, incompatibilidades) são atividades centrais da tradução médica e devem fazer parte da educação contínua do tradutor (Resurrecció, 2007, pp. 20-21). Os termos “cefaleia” e “dor de cabeça” são um exemplo em português de sinónimos que causarão um problema de tradução se forem utilizados em contextos errados, já que o primeiro deve ser preferido numa comunicação entre profissionais e o segundo quando a comunicação envolve pacientes ou leitores leigos na área.

Apesar da exigência de conhecimentos na área do texto a traduzir, Resurrecció (2007, p. 20) explicam que a falta de conhecimento prévio em Medicina pode ser ultrapassada se o tradutor for capaz de recorrer a estratégias para o adquirir. Contudo, é sempre essencial um vasto conhecimento dos fundamentos da área e uma capacidade de compreensão eficiente de outras noções conforme necessário. Neste sentido, Lozano (2014) refere várias recomendações:

- Manter-se atualizado sobre o que se passa na comunidade científica através da leitura de newsletters e de índices de revistas da área da Saúde;
- Ter disponíveis textos científicos sobre temas básicos para pesquisar pormenores que possa não compreender;
- Procurar compreender o assunto e os métodos utilizados na investigação;
- Manter o contacto com o autor e tirar todas as dúvidas que tiver em relação ao trabalho;
- Verificar tudo o que é referenciado no texto através de pesquisas online, o que também permitirá evitar potenciais erros e verificar se o próprio autor se enganou a transcrever algum nome.

Resurrecció (2007, p. 24) acrescentam que a leitura de textos menos especializados sobre o assunto abordado no texto poderá ajudar o tradutor a compreendê-lo melhor.

Competência no género e tipo de texto

A ASTM-International (2006, p. 7) defende que o tipo de texto exige diferentes requisitos do tradutor, devendo este ter competências específicas e, até, preferência por um tipo de texto em particular. Resurrecció (2007, p. 21) explicam que a variedade de situações comunicativas em que as traduções médicas podem ser requeridas é muito extensa, abrangendo não só comunicações entre investigadores, como qualquer tipo de interação comunicativa sobre Saúde que envolva profissionais de saúde, pacientes e o público em geral, o que implicará diferentes tipos de texto. Analisando em particular a tradução de documentos médicos cujo público-alvo consiste em profissionais médicos, Karwacka (2014, p. 23) destaca que esta requer o uso de marcadores discursivos típicos de textos semelhantes escritos na língua de chegada. Montalt (2011, p. 81) acrescenta que é preciso conhecer o modo como os textos funcionam a nível formal, social e cognitivo nas duas línguas e culturas para conseguir traduções adequadas e de confiança. Concluindo, se o tradutor estiver familiarizado com o género do texto, tanto a nível cultural como textual, incluindo as suas funções, as expectativas e necessidades dos participantes, a sua estrutura típica, o seu carácter, o uso terminológico e outras convenções, pode prever com maior confiança a progressão do texto, antecipar potenciais problemas de tradução e, conseqüentemente, conseguir uma tradução com equivalência funcional (Erten, 2012, p. 207; Montalt, 2011, p. 81).

Resurrecció (2007, pp. 21,30) referem que na tradução médica existe uma enorme gama de géneros textuais e dividem estes em quatro categorias de acordo com os seus principais papéis na sociedade: investigação, prática profissional, educação e comércio. Focando-nos nos géneros associados à investigação, que estão a ser analisados nesta dissertação, Resurrecció (2007, p. 30) descrevem-nos como aqueles utilizados por investigadores e médicos de qualquer especialidade para comunicar os seus achados e argumentos, representando fontes de informação em primeira mão que ainda não tenha sido publicada. Acrescentam que estes géneros são na sua maioria muito estandardizados, e entre os seus exemplos indicam os artigos de investigação, os artigos de revisão e os casos clínicos – todos artigos científicos (*ibid.*). Relativamente aos artigos científicos em geral, Lozano (2014) refere que a familiaridade com a estrutura do texto é essencial para conseguir uma tradução precisa e de qualidade elevada.

Competências informáticas

Segundo a ASTM-International (2006, p. 7), muitas vezes, as traduções têm de ser realizadas e enviadas apenas através de meios eletrônicos, devendo os tradutores ter competência no armazenamento e pesquisa de dados eletrônicos, no processamento de texto com fontes e formatos adequados, na utilização de ferramentas de apoio à tradução e na transferência eletrônica de dados. Karwacka (2014, p. 23) acrescenta que os tradutores na área da Medicina devem ser capazes de utilizar dicionários e glossários profissionais especializados. Resurrecció (2007, pp. 21-22) destacam em particular a capacidade de pesquisar fontes impressas, eletrônicas e pessoais como uma característica essencial na tradução na área da Saúde, devendo os tradutores nesta área ter constantemente acesso a fontes atualizadas de informação de vários tipos. Para tal, devem saber localizar fontes fiáveis online, incluindo bases de dados científicas, para a pesquisa de informação de apoio necessária e para a verificação de dados (Lozano, 2014). Lozano (2014), além de concordar com os requisitos apontados pela ASTM e por Karwacka, acrescenta que seria vantajoso se os tradutores de artigos científicos na área da Saúde soubessem trabalhar com software de gestão de referências bibliográficas. Esta capacidade seria vantajosa por este tipo de software ser muito utilizado por autores para registar, organizar e retirar referências bibliográficas de outras fontes e poder ajudar na adaptação do formato das referências bibliográficas ao requerido pela revista à qual o artigo será submetido (*ibid.*).

2.1.2. Competências do tradutor enquanto revisor

De uma forma geral, as competências que o tradutor deve ter para serviços associados à tradução também se aplicam ao serviço de revisão de textos originais, à exceção da competência em tradução. Os requisitos específicos para o revisor não nativo de textos originais escritos em inglês são desenvolvidos em quatro fontes bibliográficas referidas no capítulo anterior em relação a este tipo de trabalho (Aribisala, 2011; EAC, 2009; Joshi, 2011; SfEP). Em primeiro lugar, analisaremos como se aplicam as competências do tradutor ao contexto da revisão.

Relativamente à competência linguística, a revisão por um não nativo de textos originais escritos em inglês implicará obrigatoriamente uma competência elevada de escrita e compreensão em inglês. Além disso, será relevante a compreensão da língua nativa do autor do texto para esclarecer algumas estruturas que não pareçam naturais, já que, muitas vezes, o estilo da língua nativa do autor vê-se refletido na escrita em inglês. No caso específico de um autor português a escrever em inglês, este tipo de situação acontece por exemplo na ordem dos adjetivos, que, por vezes, o autor escreve em inglês de acordo com o estilo mais frequente em

português (depois do substantivo que adjetivam), quando tal não é adequado nessa língua, como no exemplo: “*the literature available defends*” em vez de “*the available literature defends*”.

Quanto à competência na área, aplicam-se os mesmos requisitos referidos para a tradução. Destaca-se apenas que, para desenvolver e manter esta competência, é importante adquirir conhecimentos através de formação ou experiência, assim como conhecer o estilo de escrita mais comumente utilizado, o que poderá ser conseguido através da leitura frequente de textos escritos em inglês dentro da área (Aribisala, 2011; Joshi, 2011).

Em relação à competência no género e tipo de texto, tendo em conta o artigo para publicação em particular, o revisor deve ter em atenção a estrutura e organização do artigo no geral, a apresentação de dados, tabelas e figuras, aspetos relacionados com estatística e conflitos de interesses, a lógica e consistência ao longo do texto, a correspondência entre as citações e a bibliografia, a coerência entre títulos e a formatação (Aribisala, 2011; Joshi, 2011). Além disso, o revisor deve saber analisar as informações para autores da revista para onde será enviado o artigo, e confirmar se o mesmo está de acordo com os requisitos daquela revista em específico (Joshi, 2011, p. 38). No caso particular da revisão de inglês por não nativos, o conhecimento das características do género e tipo de texto em inglês e na língua nativa do autor permitirá ao revisor detetar erros a este nível, já que o autor poderá tender a escrever em inglês respeitando as convenções do género e tipo de texto em questão na sua língua. No contexto do autor português a escrever em inglês artigos científicos para publicação na área da Saúde, existe, por exemplo, uma tendência para escrever frases complexas, que são interpretadas como sinal de eloquência em português, mas que não são adequadas em inglês, pois este tipo de texto nesta língua deve apresentar frases simples. São exemplos desta situação as construções “*It was subjected to polishing with*” e “*In addition to this factor*” em vez de “*It was polished with*” e “*Furthermore*”, respetivamente.

Por último, a competência informática também é importante na revisão de textos originais, sendo cada vez mais crucial o acesso à internet, as competências de pesquisa e o domínio de programas informáticos como o Microsoft Word (*ibid.*). O acesso à internet e as competências de pesquisa permitirão ao revisor confirmar qualquer dúvida que tenha durante a revisão. Por sua vez, a facilidade em trabalhar com as ferramentas de revisão do Microsoft Word pode ser muito importante, pois permitirá ao autor verificar as alterações realizadas pelo revisor e facilitará a comunicação de dúvidas através da utilização de comentários nas localizações específicas do texto a que se referem.

Tendo-se aplicado as competências do tradutor ao serviço de revisão de textos originais, apresentaremos em seguida as competências fundamentais do revisor de textos originais referidas nas “Professional Editorial Standards” da EAC e as competências específicas para a

tarefa de *copyediting*, referidas simultaneamente nesse documento e no “Code of practice” da SfEP (*Society for Editors and Proofreaders*).

De um ponto de vista geral, todos os revisores devem ter as seguintes competências:

- Conhecimento do processo de publicação em questão, incluindo as diferentes fases do processo e o seu papel no mesmo;
- Noção da importância do público-alvo e do propósito do texto, devendo tê-los sempre em atenção na tomada de decisões;
- Compreensão das implicações do âmbito do projeto para o processo de revisão, incluindo as características do projeto, o nível de intervenção requerido, o prazo, o orçamento e os diferentes intervenientes no processo e sua hierarquia;
- Conhecimento do meio de publicação, nomeadamente, das suas partes e dos seus objetivos;
- Compreensão da existência de requisitos éticos e legais na publicação e capacidade de verificar que os mesmos são respeitados;
- Noções básicas de design e do processo de produção, referentes a elementos textuais e não textuais;
- Capacidade de manter uma agenda de trabalho realista, que permita fazer revisões de qualidade e respeitar os prazos;
- Capacidade de definir e aplicar as intervenções de revisão necessárias, tendo sempre em conta o âmbito do projeto e a importância da qualidade;
- Domínio de ferramentas de edição de texto;
- Capacidade de comunicar claramente com o cliente/autor e explicar qualquer alteração;
- Capacidade de realizar o trabalho corretamente sem introduzir novos erros (EAC, 2009, pp. 2-5).

Relativamente à tarefa de *copyediting* em específico, além das competências acima referidas, os revisores devem ser capazes de garantir que o texto fica:

- Correto, ao nível da gramática, da ortografia, de pontuação, do uso da língua e do estilo;
- Consistente, devendo o revisor confirmar que o mesmo estilo é mantido ao longo de todo o texto, que as referências bibliográficas respeitam todas o mesmo estilo, que os elementos não textuais são consistentes entre eles (apresentados do mesmo modo) e que qualquer inconsistência é identificada e corrigida;

- Preciso, devendo o revisor eliminar estruturas irrelevantes e repetições desnecessárias, corrigir ambiguidades e confirmar a exatidão de informações fatuais referente a nomes, datas, eventos, locais, materiais, citações e referências, corrigindo ou alertando o cliente no caso de detetar erros;
- Completo, apresentando todas as informações necessárias (EAC, 2009, pp. 10-11; SfEP, pp. 12-13).

Para respeitar as competências indicadas neste subcapítulo, é referido na literatura que o revisor deve, acima de tudo, ter atenção ao detalhe, uma grande capacidade de análise visual, persistência e concentração (Joshi, 2011, p. 38). Aribisala (2011) descreve ainda outros fatores, para além da competência linguística, que contribuem para a credibilidade do revisor aos olhos do autor e para a consequente vontade de iniciar a colaboração. São eles os seguintes:

- Confiança do revisor nas suas competências;
- Conhecimentos na área;
- Capacidade de justificar de forma lógica as alterações aplicadas;
- Capacidade de apresentar dúvidas bem fundamentadas;
- Gosto pelo trabalho que faz;
- Vontade de apresentar o melhor trabalho possível.

2.1.3. Tradução por médicos ou por tradutores?

A tradução na área da Saúde é efetuada tanto por tradutores como por médicos, havendo vantagens e desvantagens associadas ao trabalho de cada um. Por um lado, critica-se a escolha de tradutores para a tradução médica por estes não terem os mesmos conhecimentos teóricos que os médicos. Porém, Resurrecció (2007, p. 35) realçam a diferença entre compreensão teórica e competência e conhecimentos práticos, defendendo que o tradutor não precisa de saber fazer, por exemplo, uma operação para tratar um texto sobre esse tópico, necessitando “apenas” de compreender o processo. Assim, para a tradução, o tradutor pode recorrer a fontes de informação e estratégias específicas que lhe permitam compreender o texto e certificar-se de que transmite a mensagem adequadamente (*ibid.*). Por outro lado, critica-se a escolha de médicos para a tradução médica por estes não terem formação em tradução. De facto, a tradução requer competências de escrita e conhecimento de estratégias de tradução que não estão presentes na formação do médico, podendo o texto de chegada neste contexto não ser suficientemente legível (Karwacka, 2014, p. 23). Contudo, com formação adequada, os médicos podem conseguir desenvolver as competências de escrita necessárias (Resurrecció, 2007, p. 35).

No geral, com base na informação analisada, o mais importante é o responsável pela tradução ter as competências apresentadas neste capítulo. Além disso, o problema da falta de determinadas competências de uma parte e da outra pode ser contornado através da colaboração entre os dois grupos de profissionais num mesmo projeto. Neste sentido, Karwacka (2014, p. 31) defende que, idealmente, o processo de tradução na área da Saúde deveria consistir na tradução feita por tradutores com experiência e especialização na área da Saúde, na posterior revisão realizada por profissionais de saúde e finalmente na revisão de provas realizada por uma terceira pessoa.

Relativamente à revisão de textos originais, tendo em conta a falta de competências linguísticas dos médicos previamente indicada, será importante que os textos redigidos por médicos sejam revistos por profissionais com essas competências, como é o caso do tradutor.

2.1.4. Obstáculos à qualidade

Apesar de a competência do tradutor, como vimos, ter tanta importância para a qualidade da tradução e, conseqüentemente, para a interpretação do texto final por parte dos leitores, a mesma, muitas vezes, não é considerada, quer pelos clientes quer pelos próprios tradutores. Na realidade, um cliente inexperiente pode acabar por contratar tradutores ou empresas de tradução que preferem não rejeitar trabalho e que por isso aceitam projetos independentemente da sua competência (Andriesen, 2006, p. 158). Noutras situações, é o próprio cliente que menospreza a importância da competência do tradutor e prefere contratar alguém que faça o trabalho a um preço mais baixo (*ibid.*). Portanto, é importante que os tradutores sejam responsáveis, tenham consciência das suas competências e tenham o cuidado de sensibilizar os clientes.

Para além do problema em encontrar um tradutor altamente competente, por vezes também é difícil encontrar um que tenha disponibilidade para realizar o trabalho de forma adequada dentro do prazo proposto pelo cliente (Andriesen, 2006, p. 158). Isto acontece porque os trabalhos com prazos apertados ou feitos de um dia para o outro podem comprometer a qualidade, já que, muitas vezes, o tradutor não tem tempo para prestar todo o cuidado requerido por uma tradução de qualidade elevada (Andriesen, 2006, p. 158; Karwacka, 2014, p. 29). Além disso, como referido por Karwacka (2014, p. 29), em alguns casos pode ser necessário repartir o texto por diferentes tradutores de forma a respeitar o prazo, o que afetará a qualidade do texto final, principalmente se não for feita uma última revisão por uma só pessoa. Esta autora conclui que, em todos os casos, a negociação de prazos e orçamentos realistas é essencial para garantir a qualidade da tradução.

Outro fator que influencia a qualidade da tradução é a qualidade do texto de partida. Os tradutores poderão fazer um trabalho melhor e de forma mais eficiente se não tiverem de

resolver problemas do texto de partida (Andriesen, 2006, p. 158). Neste sentido, seria ideal se os autores fossem sempre capazes de escrever de forma a transmitir muito claramente as ideias que pretendem partilhar com a comunidade científica (Lozano, 2014). Contudo, na maioria dos casos, os autores médicos não têm competências específicas de escrita e não escrevem na sua língua materna, sendo frequente a má qualidade dos textos de partida nesta área (Resurrecció, 2007, p. 22). Esta situação pode contribuir para textos mal redigidos ou com partes pouco claras, que dificultam a leitura em geral e a tradução em particular, não só por causa da língua e dos termos utilizados, mas também por causa de erros gramaticais e ortográficos que podem confundir o tradutor (Karwacka, 2014, p. 25; Lozano, 2014). Por estes motivos, os tradutores não devem confiar sempre na qualidade do texto original para decidir acerca da coerência e estilo da tradução, devendo estar sempre preparados para lidar com autores que têm competências de escrita insuficientes (Lozano, 2014; Resurrecció, 2007, p. 22).

Ainda relativamente à falta de qualidade do texto de partida, Andriesen (2006, p. 158) indica que os principais problemas encontrados estão relacionados com três aspetos: conteúdo, internacionalização e formato. Em relação ao conteúdo, refere que podem existir problemas como erros tipográficos, uso incorreto de termos, erros ortográficos e gramaticais, ambiguidade e uso excessivo de abreviaturas e acrónimos. Quanto à internacionalização, indica que o texto deve estar livre de contextos e referências locais ou nacionais, exceto se estes também forem relevantes para o público-alvo. Por fim, este autor explica que o formato pode afetar a qualidade da tradução se restringir os espaços físicos para o texto, que será mais extenso em algumas línguas, ou se o texto de partida e/ou as suas imagens não forem enviados num formato editável, por exemplo (*ibid.*). Em relação a este aspeto, Lozano (2014) acrescenta que o tradutor tem de estar atento a possíveis problemas que o programa que utiliza possa ter com o documento enviado pelo autor e que deve avisar imediatamente o autor caso detete algum problema neste contexto. Este autor alerta ainda para o facto de, por vezes, a ferramenta de apoio à tradução não conseguir processar partes do manuscrito, como gráficos, tabelas ou figuras. Para prevenir que os problemas associados ao texto de partida afetem a tradução, Karwacka (2014, p. 25) sugere que o processo de tradução inclua uma fase de pré-tradução em que esses problemas sejam resolvidos, para garantir que o texto com que o tradutor trabalha é uma versão final do texto de partida.

Embora nas referências bibliográficas analisadas apenas seja referida a tradução, os fatores indicados também se aplicam à qualidade na revisão de textos originais. Em primeiro lugar, a qualidade da revisão também pode ser afetada pela falta de competência do tradutor para realizar este trabalho, que não deve ser menosprezada, quer pelo próprio quer pelo cliente. Em segundo lugar, a questão dos prazos apertados pode afetar muito a qualidade da revisão, por

esta tarefa requerer uma atenção máxima a pormenores, o que implica tempo adequado para tal. Em último lugar, os problemas potenciais da falta de qualidade do texto de partida justificam a necessidade da revisão de textos originais.

Considerando o anteriormente referido, é necessário educar o cliente para que este perceba a importância da qualidade do trabalho e da competência do tradutor, e para que compreenda que a tradução e a revisão de um texto requerem tempo, e que uma boa revisão e um texto original de qualidade podem trazer muitas vantagens (Karwacka, 2014, p. 30).

2.1.5. O processo de tradução na área da Saúde

Resurrecció (2007, p. 23) destacam que, embora a produção do texto de chegada seja o passo mais visível, existem outras tarefas extremamente importantes para que todo o processo de tradução seja bem-sucedido, com as quais os tradutores na área da Saúde poderão vir a deparar-se. Neste sentido, Karwacka (2014, p. 25) refere que o delineamento de um processo de tradução pode ajudar a melhorar a qualidade da tradução na área da Saúde.

Embora já se tenham analisado as diferentes fases do processo de tradução no primeiro capítulo desta dissertação, importa agora analisar as características específicas do processo de tradução no contexto da área da Saúde.

A primeira fase do processo de tradução será a análise dos requisitos dos clientes e o planeamento do projeto, incluindo a determinação do público-alvo e do propósito do texto (Karwacka, 2014, p. 29; Resurrecció, 2007, pp. 23-24). Nesta fase, pode ser importante desenvolver um documento com as instruções para a tradução, seguindo as recomendações de Nord (2010, pp. 123-124), visto que, de acordo com as teorias funcionalistas, o texto de chegada dependerá do cumprimento dos requisitos indicados pelo cliente no momento da definição do projeto, que deverão ser anotados nesse documento (Resurrecció, 2007, p. 28). Deve-se realçar que o tradutor é responsável por requerer qualquer informação em falta, já que, muitas vezes, o cliente não sabe de que informação necessitam os tradutores e não a fornece à partida (Resurrecció, 2007, p. 29). Para que não falte informação, Resurrecció (2007, pp. 28-29) recomendam que os tradutores tenham em conta os seguintes pontos na elaboração do documento com as instruções para a tradução:

- De que produto ou serviço precisa o cliente?
- Qual é o perfil do público-alvo?
- Em que contexto e situações comunicativas será utilizado o texto de chegada?
- Qual é o propósito do texto de chegada?

- Qual é o perfil da organização que utilizará o texto de chegada? Existem normas de estilo internas?
- Existem requisitos legais que possam afetar a produção do texto de chegada?
- O cliente ou a organização que utilizará a tradução tem preferências terminológicas?
- O cliente possui glossários terminológicos e/ou outra documentação que possa ser útil para o projeto?
- Qual é o formato requerido para a entrega?
- Qual é o prazo para a entrega?

Ainda na primeira fase, e antes de acordar as especificações com o cliente, o tradutor deve analisar o texto de partida para confirmar se tem ou não competência para o traduzir, ou seja, para transmitir corretamente o seu significado (Karwacka, 2014, p. 25). Nesta situação, deve-se entender que a leitura atenta e a compreensão adequada do texto de partida como um todo, e não apenas dos termos específicos, são fatores essenciais para a tradução correta de um texto médico (Resurrecció, 2007, p. 24).

Outra tarefa que poderá estar presente nesta fase do processo de tradução é a compilação de um glossário. Esta tarefa nem sempre é necessária, já que, por vezes, o cliente fornece este material, e pode ter lugar em diferentes partes do processo, dependendo do tradutor ou do contexto específico do projeto. Os glossários ajudam a garantir que a terminologia é utilizada de forma consistente num determinado projeto e em diferentes projetos para um mesmo cliente. Além disso, pode ser vantajoso para outros projetos do tradutor, já que, tendo essa base terminológica para um determinado contexto, não necessitará de pesquisar e confirmar novamente os mesmos termos em contextos semelhantes (cf. Resurrecció, 2007, p. 24).

A segunda fase do processo de tradução é a própria tradução. Segundo Karwacka (2014, p. 25), a tradução na área da Saúde deve ser baseada no significado e não nas palavras, o que vai de encontro às teorias funcionalistas analisadas nesta dissertação. Além disso, esta autora acrescenta que o texto de chegada deve ser preciso, exato, natural e correto ao nível da sintaxe, da gramática, da ortografia e da terminologia (*ibid.*). Por sua vez, Resurrecció (2007) interpretam a tradução como envolvendo uma série de etapas em que são produzidas diferentes versões do texto de chegada, subsequentemente melhoradas até atingir a versão final. De acordo com esta perspectiva, os aspetos mais importantes a ter em conta na produção da primeira versão do texto são a estrutura e o conteúdo, e nas versões posteriores devem ser resolvidos os detalhes conceptuais e formais e analisados os microelementos do texto, como por exemplo as conexões frásicas, a ordem das palavras e as escolhas terminológicas (Resurrecció, 2007, pp. 24-25). As

últimas versões deste processo serão resultado da revisão da tradução pelo próprio tradutor, que, como verificámos no primeiro capítulo, se denomina verificação. Relativamente a esta tarefa, Karwacka (2014, pp. 27-28) indica que o tradutor pode melhorar o nível de qualidade da tradução se fizer uma verificação crítica antes de enviar o texto, considerando os seguintes aspetos:

- Confirmar sempre a terminologia encontrada em glossários e em recursos online;
- Confirmar que o uso da terminologia é consistente no texto todo;
- Comparar atentamente o texto de chegada com o texto de partida, para confirmar que a tradução é exata;
- Confirmar que o texto de chegada está traduzido com base no sentido e não nas palavras, tendo sido evitada a tradução literal;
- Evitar ambiguidade e linguagem figurativa desnecessária;
- Confirmar que as figuras e os símbolos foram corretamente mantidos;
- Confirmar que o texto de chegada cumpre os requisitos do cliente e do leitor.

A terceira fase do processo de tradução consiste na revisão da tradução, tanto linguística como técnica. Segundo Resurrecció (2007, p. 25), neste ponto deve-se confirmar se o texto se encontra completo, preciso, claro, coeso e correto ao nível sintático, gramatical e ortográfico, se é coerente no uso de terminologia, abreviaturas, números, nomes próprios, etc., e se respeita o estilo requerido. Karwacka (2014, pp. 25,30), além da precisão e qualidade linguística, acrescenta que no processo de revisão deve-se verificar se o texto respeita as convenções e os requisitos específicos do tipo de texto e da função do texto em questão, os requisitos do leitor e as instruções do cliente em geral. Para verificar todas estas condições, pode ser útil realizar a revisão linguística e técnica seguindo uma sequência lógica de passos, começando no conteúdo e terminando na ortografia e pontuação, devendo-se obter um texto final independente (Resurrecció, 2007, p. 25). Quanto ao agente, Karwacka (2014, p. 25) indica que a revisão da tradução deve ser feita por um profissional diferente do que realizou a tradução, com mais conhecimentos na área do texto e mais experiência do que esse.

As duas últimas fases referidas – tradução e revisão da tradução, compõem aquela que será a parte fundamental do processo de tradução. Com o objetivo de melhorar a qualidade do resultado final das traduções, têm sido desenvolvidos vários modelos focados nessas duas fases, que diferem nos agentes e na metodologia e organização da tradução e da revisão da tradução. No seu trabalho, Karwacka (2014, pp. 29-31) sugere um modelo do processo de tradução com o objetivo de promover melhores padrões de qualidade na tradução médica e ajudar tradutores, gestores de projeto e profissionais de saúde que procuram serviços de tradução. Segundo o seu

modelo, o processo de tradução envolveria três etapas focadas em áreas fundamentais que devem ser cumpridas. Na primeira etapa – a pré-tradução, deve-se considerar o propósito, o público-alvo, a equipa, o orçamento, o prazo e a versão final do texto de partida. Na segunda fase – a tradução, deve-se assegurar a precisão e a exatidão, uma utilização natural da língua, o cumprimento das instruções do cliente, a gestão terminológica e a gestão do projeto. A última fase – a pós-tradução, envolve a revisão da tradução e a conciliação, a avaliação cognitiva, o feedback do cliente, o feedback para os tradutores e a atualização da memória de tradução e da base de dados terminológica (cf. Karwacka, 2014, p. 30).

Seguindo com as diferentes fases do processo de tradução, a quarta fase consiste na revisão de provas e na verificação final. Segundo Resurrecció (2007, p. 25), nesta fase deve-se garantir que o texto é fácil de ler, prestando especial atenção à pontuação, à ortografia e a expressões numéricas, por exemplo. Karwacka (2014, p. 25) acrescenta que a revisão de provas deve ser realizada por uma pessoa diferente da que traduziu e da que reviu a tradução.

O processo de tradução poderá ainda incluir uma quinta fase de revisão pelo cliente, em que este analisaria a versão final do texto de chegada antes da sua formatação e impressão. Esta avaliação seria favorável para tradutores e revisores, pois os comentários do cliente seriam uma grande ajuda para cumprir as suas expectativas e para que estes profissionais pudessem melhorar a qualidade dos seus trabalhos na área (Karwacka, 2014, p. 30; Resurrecció, 2007, p. 25). Além disso, a revisão por parte do cliente também seria útil para atualizar memórias de tradução e bases de dados terminológicas com segurança, garantindo precisão e consistência em futuros projetos (Karwacka, 2014, p. 30).

2.1.6. O processo de revisão de textos originais

Como referido no primeiro capítulo, o processo de revisão de textos originais pode incluir cinco tarefas: revisão estrutural, revisão estilística, *copyediting*, revisão do conteúdo e revisão de provas. Contudo, nem todos os revisores realizam todas estas tarefas e nem sempre é necessário realizar todas no serviço de revisão de textos originais, dependendo, por exemplo, da qualidade do texto, do propósito e público-alvo do texto, do prazo e do orçamento (EAC, 2009, p. 1). No caso dos tradutores em particular, Mossop (2014, p. 31) indica que estes profissionais têm maior probabilidade de realizar as tarefas de *copyediting* e revisão estilística. Além destas tarefas, analisando o caso dos artigos científicos para publicação, também poderão ser relevantes a tarefa de revisão estrutural, para que o texto respeite a estrutura requerida pela revista em questão, e a tarefa de revisão de provas, visto que o passo seguinte será enviar o texto para a revista, devendo estar finalizado. Portanto, para o serviço de revisão de artigos científicos

para publicação realizado pelo tradutor, apenas não será considerado o serviço de revisão do conteúdo.

Tal como a tradução, a revisão de textos originais também pode seguir um processo pré-definido. Porém, neste caso iremos analisar o processo realizado apenas por uma pessoa, o tradutor. Partindo da informação apresentada sobre o processo de tradução, podemos desenvolver um processo de revisão de textos originais.

No processo de revisão de textos originais, a primeira fase também será para a análise e planeamento do trabalho. Neste contexto, a SfEP (p. 12) destaca a importância de desenvolver um documento com as especificações do projeto em questão (semelhante às instruções para a tradução) e de analisar a adequação do prazo ao trabalho requerido. Além disso, tal como no processo de tradução, aqui também será importante o tradutor avaliar a sua competência para realizar o projeto nas condições requeridas (EAC, 2009, p. 2).

A segunda fase consistirá no trabalho de revisão requerido. Como analisado anteriormente, as tarefas a realizar nesta fase dependem do projeto em questão. Visto que a revisão de provas será realizada apenas no final do projeto, nesta fase poderão ser realizadas as tarefas de revisão estrutural, revisão linguística e/ou *copyediting*. Na revisão estrutural, o revisor deve avaliar a adequação da organização e conteúdo do texto ao contexto em que será utilizado, reorganizar a estrutura de elementos textuais e não textuais, e a sequência de ideias se necessário, e identificar a necessidade de omitir e/ou adicionar conteúdo (EAC, 2009, pp. 6-7). Relativamente à revisão estilística, o revisor deve fazer alterações de modo a garantir que o significado é claramente transmitido ao longo do texto, que a leitura e compreensão do texto são facilitadas pela sua fluência e que o uso da língua é adequado ao contexto em que o texto será utilizado (EAC, 2009, pp. 8-9). Por fim, na tarefa de *copyediting* o revisor deve certificar-se de que o texto fica correto do ponto de vista gramatical, ortográfico, da pontuação e do uso da língua; consistente ao nível do estilo, da utilização de referências bibliográficas, do conteúdo factual, dos elementos não textuais e do uso da língua; preciso relativamente às referências a pessoas, datas, eventos, citações, materiais, etc.; e completo, incluindo toda a informação necessária (EAC, 2009, pp. 10-11). Quer o revisor realize todas, algumas ou apenas uma destas tarefas, quando considerar necessário, deve comunicar de forma clara e educada qualquer dúvida que tenha ao cliente o quanto antes (cf. EAC, 2009, pp. 7,9,11).

A terceira fase deste processo envolverá a revisão de provas e a verificação final. Estas tarefas serão semelhantes às realizadas no processo de tradução, sendo importantes para garantir a qualidade do texto.

Após efetuar o trabalho, o revisor deve apresentá-lo de forma clara e educada e indicar qualquer dúvida que não tenha conseguido resolver (EAC, 2009, pp. 7,9,11). Dependendo das

condições acordadas com o cliente, o revisor poderá enviar o documento com as alterações aplicadas sem a confirmação do cliente, poderá enviar o documento com as alterações marcadas no texto e/ou em forma de comentários para que o cliente as analise, ou poderá enviar um documento à parte com sugestões e questões relativas a alterações necessárias (Mossop, 2014, p. 31).

Por fim, tal como no processo de tradução, também seria importante uma última fase de revisão pelo cliente. Neste sentido, a SfEP (p. 12) realça a importância de um feedback construtivo do cliente ao responsável pela revisão (neste caso, o tradutor), com referência à qualidade e à satisfação em relação ao trabalho realizado.

2.1.7. A realidade da tradução na área da Saúde

Karwacka (2014, p. 24) apresenta os resultados de um inquérito realizado por Marla O'Neil em 1998 para perceber como funciona na realidade a tradução médica realizada por tradutores especializados na área mas que não são profissionais de saúde. Destes resultados, esta autora percebeu que, na maioria dos casos, as traduções quase nunca eram revistas e que quando existia um processo de revisão, o mesmo não era realizado por um profissional de saúde. Concluiu ainda que, na área da tradução médica, os tradutores tendem a ter de assumir responsabilidade total pela qualidade e precisão das traduções, o que poderá contribuir para a baixa qualidade e para o menosprezo da qualidade que considera existirem atualmente nesta área (Karwacka, 2014, p. 24). Além disso, Karwacka (2014, p. 27) destaca que as diretrizes da IMIA de 2009 sugerem que os tradutores também são responsáveis por avaliar se o seu nível de competência é suficiente para as tarefas que lhes sejam propostas.

2.2. Artigos científicos para publicação na área da Saúde

As perspetivas funcionalistas da tradução, nas quais se baseia esta dissertação, defendem que a tradução deve, acima de tudo, respeitar o propósito pretendido. Como verificámos no primeiro capítulo, o propósito de um texto baseia-se na função pretendida para o mesmo, que por sua vez é determinada pelo público-alvo e pelo género e tipo de texto. Relativamente a este último aspeto, no ponto “Competência no género e tipo de texto” pudemos confirmar que esta característica é de facto extremamente importante para a competência geral do tradutor e para a qualidade da tradução. No âmbito deste estudo serão apenas considerados e analisados artigos científicos para publicação em revistas de especialidade na área da Saúde. Tendo isto em conta, podemos assumir que o público-alvo destes artigos será constituído por médicos, cuja especialidade provavelmente será a mesma da revista em questão. Esta situação implica que a

comunicação será feita entre profissionais de uma mesma área. Assim, sabendo o público-alvo, importa agora definir os artigos científicos para publicação na área da Saúde quanto ao tipo de texto e ao género textual.

A ASTM-International (2006, p. 4) define a noção de tipo de texto como “*class to which a text is assigned based on its function, format, or the specific intention of the author with respect to the target audience*”. Por outro lado, a noção de convenções do tipo de texto apresentada pela ISO (2015), consiste em: “*subset of specifications for the target language content (2.3.3) related to the content (2.3.1) type and domain (2.3.10)*”, sendo o domínio “*subject field, sphere of knowledge or activity having its own specialized culture, social context, and linguistic characteristics*”. Podemos concluir que as duas entidades apresentam perspetivas diferentes da noção de tipo de texto, sendo a segunda definida pelo seu conteúdo e pelo domínio em que se insere e a primeira mais próxima da noção apresentada pela teórica funcionalista Katharina Reiss, que se baseava nas funções da língua e nas dimensões linguísticas, não referindo o domínio. Como nesta dissertação o domínio já foi definido como sendo a área da Saúde, podemos completar a definição do tipo de texto com base nas categorias de Reiss, que foram apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação: texto informativo, texto expressivo e texto operativo. Como referido por Resurrecció (2007, p. 30), os artigos científicos na área da Saúde são utilizados pelos investigadores e médicos para comunicar os seus achados e argumentos. Deste modo, a sua principal função será transmitir informação, podendo ser definidos como informativos. Porém, deve-se ter em conta que, como os seus autores recorrem à argumentação para explicar ao público a sua perspetiva e, por vezes, persuadi-los a seguir, por exemplo, uma determinada metodologia, poderão ser considerados simultaneamente textos operativos.

A noção de género textual não é abordada nas normas referidas. Contudo, a partir da análise da informação apresentada por Resurrecció (2007) e por Montalt (2011), podemos retirar algumas conclusões. Em primeiro lugar, percebemos que esta noção será mais específica do que o tipo de texto. Em segundo lugar, em Montalt (2011, p. 81) podemos depreender que o género de um texto é determinado pelas suas funções, pelas expectativas e necessidades dos participantes, pela sua estrutura típica, pelo seu carácter, pelo uso terminológico e por outras convenções do texto. Por último, Resurrecció (2007, p. 30) indicam claramente que os artigos de investigação, os artigos de revisão e os casos clínicos são exemplos de géneros de texto, acrescentando que se inserem na categoria de investigação, de acordo com a sua função social (*ibid.*). Será com base nestas ideias que a noção de género textual será considerada nesta dissertação.

Analisando a informação apresentada, podemos estabelecer que os artigos científicos na área da Saúde envolvem diferentes géneros textuais e que representam um tipo de texto informativo incluído na área da Saúde. Neste trabalho realizou-se uma análise, descrita no subcapítulo “Seleção do material para análise” do terceiro capítulo, para decidir que géneros de artigo científico seriam considerados, tendo-se selecionado as publicações originais (referentes a publicações de investigação original), as revisões, os casos clínicos e as cartas ao editor.

2.3. Preparação de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde

Tendo sido apresentadas as características específicas da tradução e revisão na área da Saúde e estando definido o artigo científico na área da Saúde como tipo de texto, importa agora analisar as características deste tipo de texto, especificamente no contexto da pré-publicação, que o tradutor deverá conhecer para conseguir obter resultados de qualidade na tradução ou na revisão. Deve-se realçar que, embora nesta dissertação não se analise a tarefa de escrita de textos originais, o conhecimento da preparação do tipo de texto em específico está também implicado na tarefa de tradução e na tarefa de revisão de textos originais, já que estas podem requerer a adaptação do texto ao propósito e ao contexto em específico. Além disso, não devemos esquecer que a produção de texto é parte da tradução.

Para definir que informação deve ser considerada e incluída na preparação de artigos científicos para publicação, em primeiro lugar recolheram-se e analisaram-se as informações disponibilizadas por duas instituições de revisores de artigos científicos: o ICMJE (*International Committee of Medical Journal Editors*) e a EASE (*European Association of Science Editors*). O documento do ICMJE analisado intitula-se “Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals”, e estudou-se em particular o seu subcapítulo sobre a preparação de manuscritos para submissão a revistas médicas, incluído no capítulo IV: “Manuscript Preparation and Submission” (ICMJE, 2014, pp. 12-16). O documento da EASE analisado foi o “EASE Guidelines for Authors and Translators of Scientific Articles to be Published in English”, que contém instruções generalizadas para ajudar autores, tradutores e revisores que trabalham com artigos científicos para publicação em inglês (EASE, 2014). Também se recolheram e analisaram as informações relevantes para este contexto incluídas no livro “How to Write a Paper” inicialmente publicado pela editora BMJ Books, que está associada a uma das revistas mais conceituadas na área da Medicina – a BMJ (“British Medical Journal”) (*How to Write a Paper*, 2013). Portanto, além de serem fiáveis, estas fontes são relevantes para este estudo, visto que as três abordam artigos científicos para

publicação, as duas últimas focam-se explicitamente na publicação em inglês e a primeira e a última focam-se na área da Medicina em específico. Além destas três fontes bibliográficas principais, utilizou-se ainda informação de um artigo publicado numa revista portuguesa da área da Saúde (“Nascer e Crescer”) sobre a conceção de artigos científicos para publicação (Lima, 2013).

2.3.1. Estrutura e conteúdo

Em primeiro lugar, analisaremos os aspetos a ter em conta na elaboração de cada parte individual dos artigos científicos. Embora não sejam apresentados segundo essa ordem, a organização lógica de um artigo científico é: título, resumo, palavras-chave, texto principal, agradecimentos e referências bibliográficas (cf. EASE, 2014; *How to Write a Paper*, 2013; ICMJE, 2014). O manuscrito a ser submetido para publicação deve incluir ainda outros elementos, que variam entre revistas, que serão analisados no terceiro capítulo desta dissertação.

Texto principal

Normalmente os artigos de investigações originais e respetivos resumos devem ser divididos segundo a estrutura denominada “IMRaD”, que implica as secções: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão (cf. EASE, 2014, pp. 2-3,7; Hall, 2013b, p. 1; ICMJE, 2014, p. 12; Lima, 2013, p. 50). Por sua vez, outros géneros de artigo, como revisões e casos clínicos, poderão requerer outras estruturas ou nenhuma em específico (EASE, 2014, p. 3; ICMJE, 2014, p. 12). Existem ainda géneros de artigo com características particulares, como por exemplo os ensaios clínicos e as meta-análises, mas para os quais existem guias com estruturas definidas para a sua redação (ICMJE, 2014, p. 13; Lima, 2013, pp. 51,58).

Partindo da estrutura IMRaD supramencionada, as quatro fontes bibliográficas referem o que deve ser considerado e abordado em cada uma das secções do corpo de texto de um artigo. Contudo, a informação apresentada refere-se maioritariamente a publicações originais. Apenas o livro *How to Write a Paper* (2013) e Lima (2013) abordam especificamente as revisões, os casos clínicos e as cartas ao editor.

Publicações originais

As publicações originais têm como objetivo descrever resultados inéditos da investigação (Lima, 2013, p. 57).

Introdução

A Introdução deve incluir uma breve contextualização do tema, a partir da qual se explica por que foi realizado o estudo e qual é a sua importância, indicando os objetivos da investigação

ou as hipóteses testadas (cf. EASE, 2014, p. 2; ICMJE, 2014, p. 14; Lima, 2013, p. 56; Smith, 2013, p. 14). Esta secção do artigo deve ser curta, começando por uma abordagem mais geral e focando-se gradualmente na questão da investigação, e deve cativar o leitor desde o início (cf. EASE, 2014, p. 2; Smith, 2013, p. 14). Além disso, na Introdução apenas devem ser citadas referências diretamente pertinentes e não devem ser incluídos dados ou conclusões do trabalho a ser apresentado (Hall, 2013b, p. 2; ICMJE, 2014, p. 14).

Métodos

A secção Métodos deve apresentar informação sobre o modo como o estudo foi realizado e a razão para ter sido desenvolvido desse modo, referindo todos os fatores que possam ter afetado os resultados (cf. EASE, 2014, p. 2; Hall, 2013b, p. 2; ICMJE, 2014, p. 14). Nesta secção deve também ser explicado como foi desenhado o estudo e como foram analisados os dados (Drummond, 2013, p. 18; cf. Lima, 2013, p. 56). As informações fornecidas devem ser suficientes para que um leitor com acesso às mesmas seja capaz de reproduzir os resultados (Hall, 2013b, p. 2; ICMJE, 2014, p. 14). Consequentemente, se forem utilizados métodos descritos em publicações inacessíveis ou que não estejam em inglês, os mesmos devem ser detalhadamente explicados no manuscrito (EASE, 2014, p. 2). O anterior também se aplica a métodos novos ou que consistam em variações de métodos já publicados (Hall, 2013b, p. 3; ICMJE, 2014, p. 14). Contudo, em geral, os Métodos devem apenas incluir informação disponível no momento em que o plano ou protocolo para o estudo tenha sido desenvolvido, sendo a informação obtida durante o estudo reservada para os Resultados (ICMJE, 2014, p. 14).

Mais em específico, nos Métodos deve ser descrito claramente o método de seleção dos participantes no estudo, incluindo os critérios de inclusão e exclusão (cf. Drummond, 2013, p. 18; ICMJE, 2014, p. 14; Lima, 2013, p. 56). Além disso, deve ser apresentada uma descrição da população de origem e pelo menos dados descritivos dos participantes para variáveis demográficas, como por exemplo a idade, o sexo e a etnia. Caso seja selecionada uma população exclusiva (por exemplo, apenas de uma faixa etária), esta seleção deve ser justificada (ICMJE, 2014, p. 14). Quanto à informação técnica, devem ser devidamente identificados os métodos, materiais (nome de fabricante e morada), procedimentos e fármacos ou químicos (nomes genéricos, doses e vias de administração) utilizados (cf. Drummond, 2013, p. 18; ICMJE, 2014, p. 14; Lima, 2013, p. 56). Em relação à análise estatística, devem ser indicados os testes específicos utilizados para a mesma (Drummond, 2013, p. 18). Os programas estatísticos utilizados, assim como as respetivas versões, também devem ser referidos (ICMJE, 2014, p. 14).

Além da informação indicada, nesta secção deve ser devidamente identificada qualquer organização que tenha sido contratada para ajudar na investigação, assim como as fontes de materiais experimentais utilizados (EASE, 2014, p. 2; ICMJE, 2014, p. 14). Caso se aplique, os

autores devem ainda incluir uma declaração de que a investigação foi aprovada ou isenta da necessidade de revisão pelo comité de ética responsável institucional ou nacional (EASE, 2014, p. 2; ICMJE, 2014, p. 14). No caso de não estar disponível um comité de ética formal, deve ser acrescentada uma declaração de que a investigação foi realizada segundo os princípios da Declaração de Helsínquia (ICMJE, 2014, p. 14).

Resultados

Os Resultados devem ser apresentados de forma clara e concisa, segundo uma sequência lógica com texto, tabelas e/ou figuras, destacando os achados principais (Hall, 2013b, p. 3; ICMJE, 2014, p. 14). Nesta secção devem ser apresentados todos os resultados primários e secundários e não se pode criar ou distorcer nenhuma informação, nem excluir qualquer dado importante, podendo isto constituir fraude científica (EASE, 2014, pp. 2-3; ICMJE, 2014, p. 14). A interpretação dos resultados deve ser feita apenas na Discussão (Hogue, 2013, p. 23). O ICMJE (2014, p. 15) recomenda a apresentação de informação separada por variáveis demográficas, para facilitar a seleção de dados para subgrupos em outros estudos, a menos que haja razões convincentes para não o fazer. Acrescenta que nesta secção em particular a utilização não técnica de termos técnicos de estatística, como “*random*”, “*normal*”, “*significant*”, “*correlations*” e “*sample*”, deve ser evitada por uma questão de clareza.

As tabelas e figuras, que são maioritariamente apresentadas nesta secção, devem ser mencionadas no texto e numeradas pela ordem de referência (cf. EASE, 2014, p. 2; Hogue, 2013, pp. 25,27; ICMJE, 2014, p. 16). Para que a informação seja clara, os dados apresentados não devem ser repetidos em tabelas, figuras e/ou texto, podendo apenas ser destacadas no texto as observações mais importantes (cf. EASE, 2014, p. 2; Hall, 2013b, p. 3; Hogue, 2013, pp. 23,25; ICMJE, 2014, p. 14). Apenas deve ser apresentado o mínimo de tabelas e figuras necessárias para explicar o argumento do artigo e avaliar os dados que o apoiam, sendo aconselhada a utilização de gráficos como alternativa a tabelas com muitas entradas (EASE, 2014, p. 3; ICMJE, 2014, p. 15). Os títulos e legendas de tabelas e figuras devem ser curtos mas informativos, resumindo o conteúdo de modo a que o leitor não tenha de recorrer ao texto para o compreender (EASE, 2014, p. 3; Hogue, 2013, pp. 25,27; ICMJE, 2014, p. 16). Se forem apresentados dados semelhantes em várias tabelas ou figuras, a construção das suas legendas ou títulos também deve ser semelhante (EASE, 2014, p. 3). As informações explicativas, incluindo a definição de abreviaturas, devem ser incluídas em notas de rodapé no caso das tabelas, ao passo que nas figuras devem estar incluídas nas legendas (cf. EASE, 2014, p. 4; Hogue, 2013, p. 25; ICMJE, 2014, p. 16). Caso sejam utilizadas figuras ou tabelas de outra fonte, a mesma deve ser devidamente mencionada e deve ser obtida permissão para a sua utilização (Hogue, 2013, p. 27; ICMJE, 2014, p. 16).

Discussão

Idealmente, a Discussão não deve corresponder a mais do que um terço do manuscrito (Hall, 2013b, p. 3). Nesta secção, de um ponto de vista geral, deve-se realçar os achados principais e compará-los objetivamente com outros dados publicados, discutir as limitações e as implicações do estudo e retirar conclusões no contexto da melhor evidência disponível, indicando a significância prática do estudo (cf. EASE, 2014, p. 3; Hall, 2013b, p. 4; ICMJE, 2014, p. 15; Lima, 2013, p. 56). Em específico, devem ser apresentadas respostas às questões da investigação indicadas na Introdução, associando as conclusões aos objetivos do estudo, mas não se deve colocar declarações que não sejam adequadamente suportadas pelos dados (EASE, 2014, p. 3; ICMJE, 2014, p. 15). Além disso, nesta secção deve-se ter cuidado para não repetir detalhadamente informações apresentadas previamente no manuscrito, deve-se identificar claramente o levantamento de novas hipóteses, deve-se evitar fazer declarações sobre benefícios económicos e gastos (exceto se diretamente relevante para o estudo) e não se deve reivindicar prioridade ou aludir a trabalhos que não tenham sido finalizados (ICMJE, 2014, p. 15). Analisando a estrutura da informação na Discussão, Hall (2013a, p. 30) sugere o seguinte formato:

1. Apresentação dos principais achados;
2. Avaliação dos métodos utilizados;
3. Comparação com trabalhos anteriores;
4. Análise das implicações clínicas e científicas;
5. Referência a possíveis trabalhos subsequentes;
6. Conclusão.

Revisões

As revisões têm como objetivo resumir a informação atual mais relevante presente na literatura sobre uma questão ou um assunto importante (Glasziou, 2013, p. 89; Lima, 2013, p. 57). As revisões podem ser sistemáticas ou não sistemáticas. Nas revisões sistemáticas, o autor começa por colocar determinadas questões e depois procura sistematicamente a melhor informação na literatura que responda a essas questões. Nas revisões não sistemáticas, o autor utiliza fontes das quais já tem conhecimento para abordar um assunto ou responder a determinadas questões (cf. Glasziou, 2013, p. 90).

A estrutura de um artigo de revisão sistemática com uma única questão normalmente segue o mesmo formato que as publicações originais – a estrutura IMRaD. Os restantes artigos de revisão poderão ou não apresentar esta estrutura, mas aconselha-se a partir das bases da

mesma, podendo-se depois acrescentar subsecções para facilitar a compreensibilidade do artigo. A estrutura IMRaD aplica-se ao artigo de revisão da seguinte maneira:

- Introdução: apresentação do problema e das questões abordadas na revisão;
- Métodos: descrição dos métodos de pesquisa e de avaliação, incluindo o número de estudos analisados e selecionados;
- Resultados: descrição da qualidade e dos resultados dos estudos elegíveis;
- Discussão: resumo dos achados, das suas limitações e das suas implicações para a prática e para a investigação (cf. Glasziou, 2013, p. 91).

Casos clínicos

Os casos clínicos servem para descrever casos individuais distintos, incluindo doenças muito raras, associações de doenças, manifestações pouco comuns de doenças, efeitos secundários de intervenções terapêuticas, resultados de novos tratamentos, erros ou até novas doenças (cf. Lima, 2013, p. 57; Rossor, 2013, pp. 83-84). Nestes artigos, visto que são sempre referidos pacientes, há um maior destaque para a importância de manter o anonimato dos mesmos, devendo-se evitar a referência a detalhes pessoais sempre que possível, desfocar o rosto em imagens e ter cuidado na referência aos pacientes, fazendo-o, por exemplo, através de iniciais codificadas (cf. Rossor, 2013, p. 86).

Normalmente as revistas esperam que os casos clínicos sigam a estrutura: Introdução, Caso Clínico, Discussão e, por vezes, Conclusão. Na Introdução deve-se explicar a escolha do caso a apresentar, fazendo um breve enquadramento introdutório. Na secção do Caso Clínico deve-se começar por indicar a história da condição manifestada, a história de fármacos administrados, e a história médica, social e familiar do paciente. De seguida, descreve-se o exame físico, investigações e o diagnóstico diferencial, e, por fim, o tratamento e o resultado. É importante manter esta sequência cronológica (cf. Rossor, 2013, p. 85). Na Discussão deve-se esclarecer questões relevantes, referir outros casos e até fazer um breve resumo da literatura sobre o assunto. No final, deve-se apresentar uma conclusão resumida, na Discussão ou numa secção própria (cf. Rossor, 2013, p. 86). Nem todas as revistas requerem um resumo para este género de artigo (Rossor, 2013, p. 85).

Cartas ao editor

As cartas podem ser de vários tipos, variando entre revistas e até numa mesma revista. Contudo, a maioria das cartas são comentários sobre publicações prévias publicadas na mesma revista, dirigidos ao editor (cf. Doherty, 2013, pp. 71,73). Nesta dissertação apenas se irão

abordar esse tipo de cartas ao editor. O objetivo das mesmas é apoiar ou criticar os fundamentos, os métodos, as análises ou as conclusões de um estudo previamente publicado (Doherty, 2013, p. 73).

Quando se escreve uma carta ao editor deve-se ter atenção a dois parâmetros em particular: a extensão e o conteúdo. Em relação ao primeiro, as cartas ao editor devem ser curtas, estando, muitas vezes, sujeitas a limites no número de palavras, referências, tabelas e/ou figuras e até autores, dependendo das revistas (cf. Doherty, 2013, p. 71). Deve-se por isso procurar manter as frases curtas, omitir descrições e detalhes desnecessários, ir diretamente ao assunto e organizar as diferentes argumentações separadamente (cf. Doherty, 2013, p. 73). Relativamente ao conteúdo, tendo em conta o propósito da carta, Doherty (2013, p. 73) recomenda respeitar os seguintes pontos:

- Ser educado e mostrar interesse no trabalho a que se refere;
- Fazer comentários específicos;
- Apresentar argumentos bem sustentados;
- Não repetir aspetos apresentados no artigo em discussão;
- Introduzir uma perspectiva diferente ou dados adicionais ao assunto;
- Tentar apresentar apenas um ou muito poucos pontos específicos;
- Ser conciso.

Título

O título dos artigos deve consistir numa descrição clara e específica, que reflita o conteúdo do artigo e seja compreensível por especialistas de outras áreas. A informação do título não tem de ser repetida no resumo, mas deve incluir informação que, juntamente com a daquele, facilite a pesquisa eletrónica do artigo (cf. EASE, 2014, p. 2; ICMJE, 2014, p. 13).

Resumo

O Resumo deve refletir o conteúdo do artigo, visto que é a única parte substancial do mesmo indexada em muitas bases de dados eletrónicas e, conseqüentemente, a principal fonte de informação sobre o estudo para a maioria dos leitores (cf. EASE, 2014, p. 2; Hall, 2013b, p. 4; ICMJE, 2014, pp. 13-14). Por este motivo, no Resumo deve-se indicar claramente o que o leitor pode esperar do artigo e por que razão terá o leitor interesse em continuar a ler (Eva, 2013, p. 35). Além disso, deve-se confirmar se toda a informação apresentada no Resumo também aparece no texto principal do artigo (EASE, 2014, p. 2). Esta confirmação pode ser realizada num processo de revisão, quer no contexto da tradução quer no contexto da revisão de textos

originais (ICMJE, 2014, p. 14). Outro método para facilitar a pesquisa do artigo é utilizar todas as palavras-chave no Resumo (EASE, 2014, p. 2).

Relativamente à estrutura do Resumo, Lima (2013, p. 50) refere que a estrutura básica e o conteúdo do Resumo devem refletir a estrutura e os aspetos mais relevantes do texto principal do artigo. Neste sentido, o ICMJE (2014, p. 13) indica que, geralmente, em publicações originais, revisões sistemáticas e meta-análises, o Resumo deve seguir uma estrutura específica, que normalmente se baseia na IMRaD. De forma geral, nestes casos, o Resumo deve apresentar o objetivo e a razão para se ter realizado o estudo, os procedimentos básicos utilizados na realização do estudo, os principais achados e as principais conclusões, realçando os aspetos novos e as limitações relevantes (cf. EASE, 2014, p. 2; ICMJE, 2014, p. 13). No caso de revisões, meta-análises e outros artigos de escopo alargado, o Resumo deve ser apenas indicativo, não referindo as conclusões (EASE, 2014, p. 2). Contudo, a estrutura específica ou ausência da mesma dependerá sempre da revista à qual o artigo irá ser submetido (ICMJE, 2014, p. 14).

Por fim, a EASE (2014, p. 2) ainda indica que no Resumo não se deve incluir referências bibliográficas, exceto em casos que o exijam, devendo ser indicada toda a informação entre parênteses. Também não deve ser feita referência a figuras e/ou tabelas. Algumas publicações requerem Resumos em mais do que uma língua e, por vezes, com extensões diferentes (EASE, 2014, p. 3), que poderão ser elaborados e/ou revistos por tradutores profissionais.

Palavras-chave

No caso de as revistas requererem uma secção para palavras-chave, a EASE (2014, p. 2) recomenda que sejam seleccionadas palavras-chave específicas e, no caso de artigos médicos, que estejam presentes na ferramenta de pesquisa MeSH (“Medical Subject Headings”).

Agradecimentos

No caso de a revista não indicar onde devem ser referidos os conflitos de interesse e as fontes de financiamento do estudo, esta informação deve ser colocada na secção Agradecimentos (Hall, 2013a, p. 31). A EASE (2014, p. 3) aconselha a referir as fontes de financiamento através da estrutura: “*This work was supported by the Medical Research Council [grant number xxx]*”, ou, na sua ausência, com a frase: “*This research received no specific grant from any funding agency in the public, comercial, or not-for-profit sectors*”. Além desta informação, nos Agradecimentos deverão também ser mencionadas todas as pessoas que tenham contribuído substancialmente para o estudo mas que não possam ser consideradas coautores, incluindo profissionais da área das línguas (por exemplo, revisor ou tradutor), estatísticos,

técnicos, etc., devendo os mesmos consentir a sua menção e ficar evidente que não são responsáveis pela versão final do artigo (cf. EASE, 2014, p. 3; Hall, 2013a, p. 32).

Referências Bibliográficas

As Referências Bibliográficas devem corresponder às fontes de pesquisa originais sempre que possível e não devem conter referências inacessíveis, coercivas e irrelevantes. Sempre que apropriado, é ainda preferível citar artigos de investigação principais em vez de revisões (EASE, 2014, p. 3; ICMJE, 2014, p. 15).

Antes da submissão do manuscrito, deve-se confirmar se são apresentadas fontes para todas as informações extraídas de outras publicações e se a secção Referências Bibliográficas contém todos os dados necessários para que as mesmas possam ser encontradas numa biblioteca ou na internet, já que estes dados nem sempre são verificados pelas revistas (EASE, 2014, p. 3; ICMJE, 2014, p. 15). No caso da citação de publicações que não estejam redigidas em inglês, a EASE (2014, p. 3) explica que se deve indicar o título original seguido da sua tradução para inglês entre parênteses retos. Esta entidade também avisa que as fontes não publicadas não devem ser incluídas na secção Referências Bibliográficas, devendo ser mencionadas apenas no texto, com toda a informação relevante e permissão do autor para a sua citação. O ICMJE (2014, p. 15) indica o mesmo tratamento para a citação de comunicações pessoais, e acrescenta que não se devem utilizar resumos de conferências como referências. Além disso, informa que às referências de artigos aceites mas ainda não publicados deve-se acrescentar “*in press*” ou “*forthcoming*” e às de manuscritos submetidos mas não aceites “*unpublished observations*”, devendo o autor ter uma permissão por escrito da fonte.

Visto que a forma de apresentação das Referências Bibliográficas varia entre revistas, deve-se verificar sempre os requisitos da revista em questão antes da submissão do manuscrito (cf. Hall, 2013b, p. 4; ICMJE, 2014, p. 15).

2.3.2. Escrita científica

Analisada a estrutura formal dos artigos científicos e o conteúdo que deve ser considerado em cada uma das suas partes, apresentaremos agora informação relacionada com o estilo de escrita de um artigo científico na área da Saúde. Antes de mais, é importante destacar algumas características da língua inglesa, um dos parâmetros principais desta dissertação.

Inglês

No primeiro capítulo concluiu-se que a publicação de artigos em inglês tem uma presença e uma importância particularmente significativas em relação às restantes línguas. Montalt (2011,

p. 80) indica que a língua inglesa é a principal língua de partida da tradução médica por a maioria da investigação biomédica ser publicada originalmente nesta língua. Acrescenta que o inglês é também uma importante língua de chegada por a publicação nesta língua facilitar o conhecimento dos resultados das investigações pela comunidade internacional. Tendo esta informação em conta, importa apresentar algumas características que devem ser consideradas na tradução e revisão de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde.

Numa fase inicial, deve-se sempre confirmar se o inglês pretendido é o britânico ou o americano, já que estes são muito diferentes e o texto deve ser consistente na utilização de um ou do outro (EASE, 2014, p. 5).

Quanto à utilização de termos, muitas vezes, as traduções literais estão erradas, portanto deve-se sempre confirmar que são utilizados termos científicos corretos em inglês. Além disso, as traduções ou textos escritos por não nativos frequentemente apresentam palavras que não são comuns em textos escritos por nativos de inglês, devendo-se substituir as mesmas por um termo mais conhecido com um significado semelhante (EASE, 2014, p. 4). Os termos científicos ambíguos ou pouco comuns devem ser devidamente definidos na primeira ocorrência no texto. Caso um termo científico não tenha sinónimo em inglês, deve-se defini-lo de forma o mais concreta possível e poderá ser apresentada uma tradução para inglês. Sempre que não for necessário utilizar termos científicos, deve-se preferir palavras mais conhecidas pelo público em geral (*ibid.*). Contudo, deve-se optar por usar termos mais específicos do que termos mais gerais, como por exemplo “*rabbits*” em vez de “*animals*” (Leng, 2013, p. 136).

As expressões coloquiais e idiomáticas, assim como *phrasal verbs*, devem ser evitados, visto que podem ser difíceis de compreender por leitores não nativos de inglês (EASE, 2014, p. 4; Leng, 2013, p. 135). Também não se deve contrair palavras, mantendo “*do not*” em vez de “*don’t*”, por exemplo (Leng, 2013, p. 135). No caso de adjetivos compostos, deve-se utilizar um hífen para indicar claramente que palavra está a ser adjetivada, como em “*small-bowel tumour*” (Leng, 2013, p. 136).

Deve-se ter cuidado com determinados prefixos em inglês, como “*non*”, “*pre*” e “*post*”, que são frequentemente mal colocados quando poderiam ser utilizadas estruturas mais simples ou, no caso dos dois últimos, “*before*” e “*after*” (Leng, 2013, p. 135). Do mesmo modo, deve-se ter em atenção algumas palavras que são frequentemente utilizadas com significados que não são exatamente o seu, como por exemplo (Leng, 2013, pp. 136-137):

- “*Parameter*” e “*variable*”, que não devem ser utilizados como sinónimos, já que o primeiro se refere a um valor numérico específico que classifica uma variável e o segundo se refere a algo que é medido num estudo;

- “*Significant*”, que apenas deve ser utilizado com o significado estatístico e deve ser acompanhado de uma indicação explícita do teste utilizado e dos grupos comparados;
- “*Increased*” e “*decreased*”, que devem ser utilizados para alterações dentro de um grupo, por oposição a “*higher*” e “*lower*”, que devem ser utilizados para comparações entre grupos.

Por uma questão de precisão e ética, na referência a pacientes com determinadas doenças deve-se preferir estruturas como “*patient with cancer*” a estruturas que classifiquem o paciente pela doença, como “*cancer patient*” (Leng, 2013, p. 136).

Relativamente à apresentação de dados, deve-se utilizar um ponto decimal e não uma vírgula, e em números superiores a quatro dígitos deve-se utilizar um espaço curto para separar grupos de três dígitos. Além disso, não deve ser esquecido que em inglês não se utiliza numeração romana para séculos (EASE, 2014, p. 4).

A EASE (2014, pp. 2-3) afirma que, para que a comunicação científica internacional seja mais eficiente, os artigos científicos para publicação devem principalmente ser completos, contendo toda a informação necessária, concisos, de forma a poupar tempo a avaliadores e leitores, e claros, para facilitar a sua compreensão. Por sua vez, Leng (2013, p. 133) destaca que o objetivo principal na produção de um artigo científico é conseguir que a mensagem seja compreendida claramente. Esta autora defende que, para que tenha o máximo impacto, um artigo deve ser lógico, claro, preciso e conciso. Lima (2013, p. 51) indica que a clareza, a precisão e a fluência são características essenciais para que um artigo seja cativante e fácil de compreender pelos seus leitores. As qualidades “completo” e “lógico” estão diretamente relacionadas com a informação apresentada anteriormente, devendo o artigo conter toda a informação referida e seguir a ordem indicada. Quanto aos aspetos a ter em consideração para que o artigo científico seja claro, conciso e preciso, serão analisados em seguida.

Concisão

De um ponto de vista geral, os autores não podem copiar partes de publicações anteriores suas, exceto publicações preliminares (como resumos de conferências), nem submeter o mesmo manuscrito simultaneamente a mais do que uma revista, podendo ser responsabilizados por publicação redundante. Contudo, isto não se aplica no caso de publicações secundárias para públicos completamente diferentes (por exemplo, com línguas diferentes ou especialistas e

público geral), desde que a primeira publicação seja referenciada e os editores de ambas as revistas aprovem a situação (EASE, 2014, p. 3).

Para que um artigo científico seja conciso, apenas se deve incluir informação necessária, devendo-se evitar informação que não seja diretamente relevante para o estudo, assim como declarações óbvias (por exemplo, “*Forests are very importante ecosystems*”) ou redundantes. Além disso, não se deve repetir informação apresentada numa secção em outras secções, exceto nos casos do resumo, das legendas de figuras e da conclusão (*ibid.*).

A concisão pode também ser aplicada ao nível do número de palavras de determinadas estruturas, o que contribuirá para que o texto se torne mais legível, através da redução das palavras, como no caso de “*The majority of*” para “*Most*”, ou da omissão da estrutura, como no exemplo “*it is of the interest to note that*” (cf. EASE, 2014, p. 12; Leng, 2013, p. 138). O mesmo ocorre na expressão de dúvidas, em que se deve evitar usar demasiadas restrições, podendo, por exemplo, “*may possibly be potential*” ser substituído por “*are potential*” (EASE, 2014, p. 3).

A utilização de abreviaturas e acrónimos também é um método de tornar o artigo conciso. Deve-se recorrer aos mesmos particularmente quando essa forma é mais conhecida do que o termo por extenso ou quando um termo muito longo é repetido pelo menos quatro vezes no texto. Contudo, deve-se evitar abreviaturas e acrónimos desnecessários, já que podem quebrar a fluidez do texto. Estas estruturas devem ser definidas na primeira ocorrência e utilizadas de forma consistente ao longo do artigo (cf. EASE, 2014, pp. 3-4; ICMJE, 2014, p. 16; Leng, 2013, p. 138).

Clareza e precisão

Para que as fontes de informação sejam transmitidas de forma precisa, os dados e as ideias originais dos autores devem ser bem distinguidos dos de outras pessoas e das suas publicações anteriores. Para referir texto de outras fontes, o ideal será resumir ou parafrasear o mesmo. No caso de citações, na língua original ou traduzidas literalmente, as mesmas devem estar sempre entre aspas, evitando-se o risco de cometer plágio ou auto-plágio (EASE, 2014, pp. 3,4).

Ao nível da estrutura do artigo, a precisão pode ser conseguida através da utilização de estruturas frásicas e vocabulário o mais simples possível (cf. Leng, 2013, pp. 133,136). Em específico, a EASE (2014, p. 4) aconselha a escrever frases curtas, a colocar o sujeito perto do verbo correspondente, a não utilizar demasiadas construções passivas e a evitar nomes abstratos, preferindo, por exemplo, “*X was measured...*” a “*Measurements of X were carried out...*”. No caso de traduções, esta entidade lembra que pode ser necessário alterar a estrutura da frase para

transmitir a mensagem corretamente ou de forma mais clara. Leng (2013, p. 136) indica ainda que não se deve começar frases com um número expresso em algarismos.

Para que o artigo seja claro, devem-se evitar palavras ou estruturas pouco claras que requeiram ao leitor adivinhar o que se quer dizer. Um exemplo disto são as palavras “vazias”, como é o caso de “*important*”, que não acrescentam informação quando são utilizadas sem outras palavras ou estruturas que ajudem a defini-las. A utilização recorrente destas estruturas pode prejudicar a credibilidade do artigo (cf. EASE, 2014, pp. 4,8). Também as palavras ambíguas podem contribuir para a falta de clareza, devendo o significado das mesmas no contexto do texto estar explícito (EASE, 2014, p. 5). Contudo, não se deve exagerar nas explicitações, já que a redundância causada pela utilização de diferentes palavras com o mesmo significado, como por exemplo “*24-h time period*” em vez de “*24-h period*”, também deve ser evitada (Leng, 2013, p. 135).

No caso de se apresentarem listas longas, os seus tópicos devem ser claramente separados por um ponto e vírgula (EASE, 2014, p. 4). A pontuação do restante texto pode ser verificada através da leitura do texto em voz alta (cf. EASE, 2014, p. 5).

Por uma questão de clareza, os autores devem ser referidos na primeira pessoa ou através de expressões como “*in this study*”, “*our results*” ou “*in our opinion*”, e nunca na terceira pessoa. Também se deve ter em atenção que o pronome demonstrativo “*this*” deve ser utilizado com referência apenas ao estudo que está a ser apresentado, enquanto o “*that*” e o “*those*” devem referir uma publicação ou autores anteriormente mencionados. Deve-se ainda verificar se todos os verbos concordam em número com os sujeitos correspondentes e se as referências de todos os pronomes são claras (EASE, 2014, p. 5).

Apresentação de dados

No contexto dos artigos científicos é de extrema importância que os dados sejam claramente compreendidos. Relativamente à utilização de números por extenso ou em algarismos, são referidos estilos diferentes. A EASE (2014, p. 3) aconselha a utilizar algarismos para todos os números, exceto no caso do zero, do um (se não representar uma unidade de medida) e em situações em que possam ser mal interpretados, como o início da frase ou antes de abreviaturas com números. Por outro lado, Leng (2013, p. 137) recomenda a utilização de números por extenso até ao 9 e algarismos a partir do 10, exceto no caso das unidades de medida, que devem ser sempre apresentadas em algarismos. Esta autora recomenda ainda arredondar os números de forma a manter duas casas decimais relevantes (por exemplo, 0,035722 seria arredondado para 0,36).

Quanto às unidades de medida, geralmente é preferível utilizar as unidades do Sistema Internacional (SI), os graus Celsius, o sistema métrico e, para pressões sanguíneas, os milímetros de mercúrio (cf. EASE, 2014, p. 4; ICMJE, 2014, p. 16; Leng, 2013, p. 137).

Coesão e coerência

Segundo a EASE (2014, pp. 4,9), um texto coeso e organizado de forma lógica pode facilitar a adesão e a compreensão por parte dos leitores, ajudando-os a focar-se nas mensagens principais, e aumentando a credibilidade do trabalho. Para que o texto seja coeso, cada nova frase, parágrafo e secção deve estar conectado àquele imediatamente anterior, de modo a que todo o texto esteja ligado. No final, o fim do texto deve ser conectado ao início. Isto pode ser conseguido através da utilização de palavras e frases conectoras e da repetição de palavras e frases chave em vez de usar sinónimos (EASE, 2014, p. 9). É importante realçar que na escrita científica, especificamente na língua inglesa, o recurso à repetição e a construções paralelas favorece a compreensão do texto (EASE, 2014, p. 4).

Quanto à organização das ideias num parágrafo, a EASE (2014, p. 4) sugere que a primeira frase introduza o tópico e as frases seguintes o desenvolvam. Em relação a descrições, Leng (2013, p. 136) recomenda adotar uma determinada descrição e utilizá-la consistentemente ao longo do artigo, evitando usar diferentes nomes para o mesmo conceito. No caso de variáveis categorizadas, aconselha a que estas sejam indicadas entre aspas quando são referidas no texto com este significado; por exemplo, se for medido o nível de aderência, indica-se “os resultados de ‘aderência’ foram superiores”.

A utilização dos tempos verbais também deve ser coerente (*ibid.*). No geral, deve-se utilizar o tempo pretérito perfeito (ou *past tense* em inglês) para descrever métodos, resultados e informação recolhida da literatura, mas o tempo presente (ou *present tense* em inglês) para declarações e interpretações dos autores e para escrever sobre o conteúdo do artigo (EASE, 2014, pp. 2,4-5).

3. Capítulo 3 – Publicação de artigos científicos – estudo sobre a área da Neurologia

3.1. Introdução

A publicação científica biomédica, acima de tudo, é importante para a divulgação de conhecimentos entre profissionais e consequente desenvolvimento da Medicina em geral, ao contribuir para a qualidade da prática médica e da investigação. Porém, a publicação científica na área da Saúde também é importante para o reconhecimento e prestígio do próprio autor e da instituição que este representa, tendo importantes implicações profissionais, acadêmicas, sociais e financeiras. De facto, a relevância da publicação na comunidade científica biomédica é tal que até existe a expressão de referência: “*publish or perish*” (Lima, 2013, p. 51; Marinho, 2014, p. 1).

Uma vez que a pressão para publicar é global, a única forma de um médico divulgar investigações ou perspectivas com sucesso e reconhecimento pelos pares é publicar em inglês. Como já vimos, o inglês tem-se imposto como língua franca e esta situação observa-se claramente no âmbito das publicações na área das ciências em geral, onde o número de revistas com publicações nesta língua está em constante aumento (Lozano, 2014; Shomoossi, 2013, p. 1). Consequentemente, os autores não nativos de inglês estão predispostos a enfrentar dificuldades linguísticas quando publicam a nível internacional. Estas desvantagens no processo de publicação científica para o autor que tem o inglês como língua estrangeira são confirmadas pela literatura, tendo sido inclusive comprovada uma elevada taxa de rejeição de artigos escritos por autores nesta situação devido a erros ao nível do inglês no seu manuscrito (Shomoossi, 2013, pp. 1-2). Esta situação justifica a necessidade de revisão por um profissional da área das línguas com um nível de proficiência elevado em inglês, como pode ser o caso do tradutor. Contudo, a publicação de artigos científicos também depende de outros fatores além dos linguísticos.

O processo de submissão de um artigo a uma revista especializada é bastante rigoroso e varia entre revistas, inclusive dentro de uma mesma especialidade. Em geral, o artigo (denominado “manuscrito”/“*manuscript*” durante o processo de submissão) é enviado numa primeira fase para aprovação, com base principalmente no seu conteúdo, mas também na sua forma e estilo. Após a submissão, o manuscrito será avaliado pelo editor, que decidirá se o mesmo é adequado à revista ou não. Se o editor aceitar o manuscrito, enviá-lo-á para avaliação por revisores da mesma área (revisores pares ou “*peer reviewers*”). Após analisarem o

manuscrito, os revisores podem aceitá-lo sem requerer alterações, o que é raro, podem pedir que o autor o reveja para que seja aceite, ou podem rejeitá-lo. No segundo caso, os revisores enviarão o manuscrito com comentários e revisões sugeridas para o autor correspondente, para que este corrija o necessário, esclareça qualquer questão e o envie de volta corrigido (cf. Lozano, 2014). A fase de aceitação pode ser mais ou menos longa consoante a quantidade de alterações requeridas pelos revisores.

Tanto para as revistas como para os autores, é melhor que o artigo seja aceite o mais cedo possível. Para facilitar o processo, os autores devem conhecer e respeitar desde logo os requisitos das revistas. Este cuidado é importante para que as revistas possam manter a coerência entre as estruturas e a informação apresentada nos diferentes artigos publicados, assim como ter o trabalho de formatação facilitado pelo autor. Para o autor, é vantajoso entregar o manuscrito nas condições requeridas pela revista, já que isto facilitará a análise do conteúdo do manuscrito e colocará menos obstáculos formais à sua aceitação. A descrição do processo e dos requisitos para a submissão de um artigo para publicação (ou, mais especificamente, para aprovação para publicação), é disponibilizada por todas as revistas em documentos ou páginas Web denominados, por exemplo, “Guidelines for Authors” ou “Instructions for Authors” (daqui em diante denominados “Instruções para Autores”), que os autores devem analisar. Deve-se realçar que, mesmo que o artigo esteja bem redigido e apresente conteúdo científico original, pode ser rejeitado por não estar em conformidade com os requisitos das Instruções para Autores (Lima, 2013, p. 52).

Considerando a informação apresentada, atualmente é importante um médico saber estruturar, rever e submeter artigos. Sem estas competências, provavelmente construirá maus manuscritos, que serão rejeitados ou cujo processo de submissão demorará muito tempo devido às correções necessárias (Marinho, 2014, p. 1). Portanto, embora a publicação de artigos seja muito vantajosa para os médicos, implica um processo bastante exigente. Shomoossi e Shomoossi (2013) realizaram um estudo que teve como objetivo principal recolher e definir as motivações e os obstáculos para a publicação de artigos de investigação, do ponto de vista de investigadores iranianos com vasta experiência na submissão de trabalhos a revistas publicadas em inglês. Embora este estudo tenha esta perspetiva particular como base, são abordados aspetos que se aplicam a qualquer investigador não nativo de inglês e que por isso importa ter em atenção. Os resultados desse estudo revelam os seguintes critérios de sucesso: correção por um supervisor, correção por pares, correção por profissionais linguísticos, utilização de serviços editoriais, oportunidades de promoção e motivações financeiras. Quanto às barreiras à publicação, foram referidas as seguintes: sobrecarga de trabalho, centros de investigação insuficientes, fundos e bolsas insuficientes, falta de motivação institucional, problemas

familiares e questões políticas. Os autores concluíram que a competência em Medicina não é o suficiente para conseguir publicar um artigo, mas que a colaboração com profissionais linguísticos e revisores aumentará a probabilidade de publicação (*ibid.*).

Tendo os aspetos referidos em conta, o tradutor pode ajudar o autor a submeter o seu artigo com maior sucesso, associando outras tarefas aos serviços de tradução e revisão. Para isto, além de cumprir as competências do tradutor apresentadas no segundo capítulo desta dissertação, o tradutor deve conhecer o processo de publicação (Lozano, 2014). Embora o conteúdo seja sempre da responsabilidade do autor, se o tradutor tiver conhecimento dos requisitos das revistas poderá estruturar o texto a nível formal e estilístico para que este fique mais adequado para a revista em questão. Além disso, poderá ajudar o autor a preparar todo o material necessário para a submissão, que normalmente é requerido em formatos, tamanhos e estruturas específicas. Deste modo, o tradutor poderá ter um papel ainda mais determinante na aceitação do artigo, apresentando um serviço muito vantajoso para o autor.

Numa primeira fase, o tradutor poderá oferecer o serviço de preparação do artigo para submissão, aliado à tradução ou revisão, que envolverá preparar outros componentes além do texto, como o Resumo, a Página de Título ou a Carta de Apresentação. Visto que, idealmente, se deve respeitar os requisitos da revista à qual será submetido desde a fase de preparação, o tradutor deve perguntar ao autor qual a revista proposta antes de começar o trabalho, para poder procurar as Instruções para Autores da mesma. Assim, contribuirá para que o processo de submissão se torne mais rápido e simples. Contudo, nem sempre o autor sabe nesta fase a que revista irá submeter o artigo. No caso de esta situação ocorrer, o tradutor pode sugerir fazer uma adequação do manuscrito à revista posteriormente. De qualquer forma, não sabendo a revista, deve-se manter o manuscrito com uma estrutura o mais geral possível, para que depois possa ser mais facilmente adequada (cf. Lozano, 2014). Neste contexto, como verificámos no segundo capítulo desta dissertação, a estrutura mais típica é a denominada IMRaD, que se divide em Introdução, Métodos, Resultados e Discussão.

Na fase de submissão, o tradutor poderá ajudar o autor através da revisão do texto e da verificação do cumprimento das Instruções para Autores. Isto envolverá a leitura deste documento da revista em específico, a verificação de todas as partes a serem enviadas, a correção de potenciais incoerências e a organização do material de forma a ficar preparado para ser enviado. O processo de submissão é normalmente realizado pelo autor correspondente, mas poderá ser realizado pelo tradutor caso lhe seja entregue toda a informação requerida durante o processo (cf. Lozano, 2014).

Na fase de aceitação, o tradutor poderá ajudar o autor a responder aos comentários dos revisores da revista, efetuando correções linguísticas, estilísticas ou estruturais requeridas pelos

revisores e/ou revendo novamente o texto com as alterações efetuadas antes de ser enviado de volta para a revista (cf. Lozano, 2014).

3.2. Seleção do material para análise

Com base nas informações referidas, para esta dissertação, considerou-se relevante analisar as Instruções para Autores de revistas de especialidade, estrangeiras e nacionais, relativas a uma subárea da Saúde específica, e posteriormente criar um guia geral com os requisitos mais comuns que permitisse preparar um artigo formalmente adequado ao maior número de revistas possível dentro dessa subárea. Para este trabalho selecionou-se a área da Neurologia, por a mestranda ter acesso a uma profissional da área que poderia dar apoio sempre que necessário.

Em Portugal existem apenas duas revistas de especialidade focadas na Neurologia: a “Sinapse” e a “International Journal of Clinical Neurosciences and Mental Health”. Contudo, com base na pesquisa efetuada para a seleção das revistas estrangeiras, descrita mais abaixo, concluiu-se que os médicos neurologistas que procuram publicar artigos em revistas nacionais, para além das revistas de especialidade, enviam manuscritos para duas revistas de âmbito geral dentro da Medicina: a “Acta Médica Portuguesa” e a “Arquivos de Medicina”. Tendo isto em conta, consideraram-se as Instruções para Autores destas quatro revistas.

A nível mundial, existem muitas revistas especializadas na área da Neurologia. Por este motivo, foi necessário selecionar uma amostra representativa de revistas estrangeiras. Visto que o objetivo deste trabalho é analisar o papel do tradutor na publicação de artigos em inglês por parte de profissionais de saúde portugueses, as revistas com maior interesse para o estudo são as mais procuradas por este tipo de autores. Portanto, primeiro selecionou-se uma amostra representativa de médicos neurologistas portugueses, e depois reuniu-se uma amostra das revistas estrangeiras com mais artigos publicados por um mínimo posteriormente definido dos autores da amostra. A metodologia utilizada para a seleção destas revistas, assim como do género de artigo a considerar na análise das Instruções para Autores, é descrita em seguida.

3.2.1. Seleção das revistas

Como referido anteriormente, a seleção baseou-se nas revistas com mais artigos publicados por um número mínimo de médicos neurologistas portugueses de uma amostra representativa. Consequentemente, o primeiro passo foi a seleção desta amostra. Para tal, começou-se por consultar uma médica neurologista que trabalha do Hospital de São João do Porto, é professora de Neurologia na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e publica

regularmente em revistas estrangeiras. Requeru-se a esta médica neurologista uma lista de médicos neurologistas portugueses de várias zonas do país que publicassem regularmente em revistas estrangeiras, que abrangesse médicos com subespecialidades diversas. A lista final entregue pela neurologista colaboradora continha 20 médicos neurologistas: cinco do Hospital de São João no Porto, um do Hospital de Pedro Hispano em Matosinhos, cinco do Centro Hospitalar do Porto, um do Hospital de Braga, um do Hospital de São Sebastião em Santa Maria da Feira, três dos Hospitais da Universidade de Coimbra, três do Hospital de Santa Maria em Lisboa e um do Hospital Garcia de Orta em Almada. Destes, 14 são professores universitários: cinco na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, uma na Universidade Fernando Pessoa, três no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, um na Cooperativa de Ensino Superior Politécnico Universitário, uma na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, dois na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e um na Universidade do Minho.

Partindo desta lista de médicos neurologistas portugueses, realizou-se uma pesquisa na base de dados *PubMed* (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/>) pelo nome dos autores, quer em extenso quer com o apelido seguido da inicial, entre aspas (por exemplo, “António Silva” e “Silva A”). Nesta pesquisa recolheram-se os títulos dos artigos publicados pelos autores e o nome da revista correspondente. Apenas foram elegíveis artigos publicados entre janeiro de 1990 e abril de 2015. Verificou-se a identidade do autor em todos os artigos, para evitar confusão com outros autores que tivessem o mesmo nome; quando não foi possível esta confirmação, não se contabilizou o artigo em questão. No processo de recolha de informação não se contabilizaram mais do que uma vez artigos que tivessem como autores mais do que um dos médicos neurologistas da lista inicial, evitando a repetição da contagem de artigos. Esta situação confirmou-se no final, quando todos os artigos se encontravam listados.

Efetou-se uma segunda pesquisa na base de dados da Universidade do Porto *Authenticus* (<https://www.authenticus.pt/pt/researchers/search>) pelo nome completo dos autores. Nesta base de dados consideraram-se apenas as publicações que tivessem sido confirmadas pelos autores. Aplicaram-se nesta pesquisa as mesmas regras da pesquisa anterior e não se contabilizaram artigos que já tivessem sido selecionados. A pesquisa na *Authenticus* foi particularmente relevante para o caso das revistas portuguesas selecionadas, já que destas apenas a “Acta Médica Portuguesa” aparece na *PubMed*, mas todas são contabilizadas na *Authenticus*.

Para a análise da informação recolhida, organizou-se a mesma no Microsoft Excel por autor. Sob cada nome de autor deixaram-se duas colunas: uma com os títulos dos artigos e outra com os nomes das revistas correspondentes. O número de artigos por autor variou muito, tendo o autor com mais artigos selecionados 208 e o autor com menos apenas dois (este número tão

baixo é justificado pelo facto de este autor ter publicado artigos com outros dos autores analisados e esses artigos terem sido contabilizados apenas para um dos autores, que não este). Ordenaram-se estas colunas alfabeticamente pelo nome da revista, com a opção do software de ordenação personalizada, para facilitar a contagem manual do número de artigos por revista por autor. Colocou-se esta contagem numa folha de cálculo nova do mesmo documento Excel, organizada por nome de revista (primeira coluna) e autor (primeira linha), onde se colocou na célula respetiva o número de artigos que um determinado autor tinha numa determinada revista. No total, recolheram-se os títulos de artigos de 224 revistas. Nesta nova folha, no final das colunas dos 20 autores, criou-se uma coluna com o número total de artigos por revista, utilizando a fórmula “=SOMA()” do Microsoft Excel e, novamente com a opção de ordenação personalizada, organizaram-se todas as colunas pela ordem decrescente desta coluna. Desta forma, foi possível excluir logo todas as revistas que tivessem apenas um ou dois artigos selecionados, restando 61 revistas, das quais 4 eram portuguesas. Posteriormente, numa nova coluna, contabilizou-se manualmente o número de autores por revista destas 61 e excluíram-se as que só tinham um autor, restando 51 revistas. Aplicou-se novamente a ordenação personalizada, desta vez segundo o número de autores por revista e o número total de artigos por revista, com esta ordem de preferência (esta lista ordenada encontra-se no Anexo 1). O número máximo de autores com artigos publicados numa revista estrangeira foi de nove, e na maioria dos casos – 18, apenas dois autores tinham artigos na mesma revista. Finalmente, estabeleceu-se que apenas seriam aceites revistas com um mínimo de cinco artigos publicados ao todo por pelo menos quatro autores diferentes, tendo resultado 17 revistas estrangeiras desta amostra. Uma vez que uma das revistas em questão é espanhola e publica artigos nesta língua ou em português, excluiu-se a mesma, ficando 16 revistas estrangeiras na amostra final.

A amostra selecionada de revistas estrangeiras encontra-se apresentada e ordenada segundo o número de artigos e o número de autores na Tabela 1.

Tabela 1. Revistas estrangeiras selecionadas para o estudo, de acordo com o número de autores e o número de artigos.

Nome da revista	Abreviatura ¹	Nº de artigos	Nº de autores
Journal of Neurology	<i>J Neurol</i>	40	9
Cerebrovascular Diseases	<i>Cerebrovasc Dis</i>	40	7
European Journal of Neurology	<i>Eur J Neurol</i>	23	6
Stroke	<i>Stroke</i>	29	5
JAMA Neurology (anteriormente, Archives of Neurology)	<i>JAMA Neurol</i>	16	5
Journal of Stroke and Cerebrovascular Diseases	<i>J Stroke Cerebrovasc Dis</i>	7	5
Movement Disorders	<i>Mov Disord</i>	7	5
Journal of Neurology, Neurosurgery and Psychiatry	<i>J Neurol Neurosurg Psychiatry</i>	19	4
Neurology	<i>Neurology</i>	16	4
BMJ Case Reports	<i>BMJ Case Rep</i>	12	4
Journal of Neurological Sciences	<i>J Neurol Sci</i>	8	4
Lancet Neurology	<i>Lancet Neurol</i>	8	4
Frontiers Neurology	<i>Front Neurol</i>	6	4
European Neurology	<i>Eur Neurol</i>	6	4
Brain	<i>Brain</i>	5	4
Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology	<i>J Clin Exp Neuropsychol</i>	5	4

¹Abreviatura utilizada no *Index Medicus*.

Da lista das 61 revistas que tinham pelo menos três artigos publicados pelos autores selecionados, faziam parte quatro revistas portuguesas. Estas encontram-se apresentadas na Tabela 2 com as respetivas informações.

Tabela 2. Revistas nacionais selecionadas para o estudo, de acordo com o número de autores e o número de artigos.

Nome da revista	Nº de artigos	Nº de autores
Acta Médica Portuguesa	32	13
Sinapse	12	5
Arquivos de Medicina	7	3
Revista Portuguesa de Cardiologia	7	2

Antes desta pesquisa, tinha sido já definido que as duas revistas portuguesas de especialidade “Sinapse” e “International Journal of Clinical Neurosciences and Mental Health”

seriam analisadas de qualquer forma. Esta última revista não terá surgido nos resultados da pesquisa provavelmente por se tratar de um projeto muito recente, tendo sido o primeiro volume da revista publicado em 2014. Relativamente às outras três revistas resultantes da pesquisa, selecionaram-se as duas de âmbito geral, por se ter considerado serem mais relevantes para um especialista na área de Neurologia. No final, resultou a seguinte amostra de 4 revistas portuguesas, apresentadas com a respetiva abreviatura entre parênteses:

- Sinapse (*Sinapse*)
- International Journal of Clinical Neurosciences and Mental Health (IJCNMH)
- Acta Médica Portuguesa (*Acta Med Port*)
- Arquivos de Medicina (*Arq Med*)

3.2.2. Seleção dos géneros de artigo

Para além de requisitos gerais que se aplicam a todos os géneros de artigo, as Instruções para Autores também incluem exigências específicas para diferentes géneros de artigo. Deste modo, foi necessário estabelecer à partida, antes de analisar os documentos, quais seriam os géneros de artigo a ser tidos em conta neste estudo.

Mais uma vez, recorreu-se aos artigos publicados pela amostra de médicos neurologistas portugueses em revistas estrangeiras. Visto que a amostra de revistas já tinha sido selecionada, pesquisaram-se todos os artigos publicados pelos autores selecionados nas revistas selecionadas. Esta pesquisa efetuou-se diretamente nas páginas Web das revistas, utilizando os títulos dos artigos que tinham sido recolhidos inicialmente. Depois, registaram-se os géneros de artigo e concluiu-se que os mais frequentes eram, por ordem, as publicações originais, os casos clínicos, as revisões e as cartas ao editor (no Anexo 2 encontra-se uma lista do número de publicações por género de artigo selecionado por revista). Portanto, na análise das Instruções para Autores, além da informação geral, recolheram-se informações apenas acerca destes géneros de artigo.

3.2.3. Recolha das Instruções para Autores

Numa primeira fase, recolheram-se para um documento do Microsoft Word todas as informações das Instruções para Autores das 16 revistas estrangeiras selecionadas (BMJ Case Reports; Brain - A Journal of Neurology; Cerebrovascular Diseases; European Journal of Neurology; European Neurology; Frontiers; JAMA Neurology, 2015; Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology, 2014; Journal of Neurology; Journal of Neurology Neurosurgery & Psychiatry; Journal of Stroke & Cerebrovascular Diseases; Journal of the Neurological Sciences; Movement Disorders; Neurology, 2013; Stroke: A Journal of Cerebral

Circulation, 2015; The Lancet Neurology, 2015). Imprimiu-se e analisou-se este documento, selecionando-se as informações potencialmente úteis para o tradutor. Foi muito difícil estabelecer um critério de seleção específico, tendo-se procurado identificar todas as informações que não estivessem diretamente relacionadas com o conteúdo científico do trabalho ou com a realização de estudos. No geral, selecionaram-se todos os requisitos relacionados com a forma e o estilo do texto, com as figuras e tabelas e com o material a entregar na submissão do manuscrito. Após a análise individual das instruções de cada revista estrangeira, comparou-se as informações selecionadas de todas, mantendo-se apenas aquelas que eram referidas num número relevante de revistas e que, conseqüentemente, poderiam ser generalizadas. Aplicou-se o mesmo procedimento às Instruções para Autores das revistas portuguesas (Acta Médica Portuguesa, 2013; Arquivos de Medicina, 2010; IJCNMH, 2013; Sinapse, 2011). Recolheram-se ainda as informações relevantes apresentadas pelo ICMJE (2014) para comparação e para complementar qualquer informação em falta.

Embora tenha sido recolhida muita informação de todas as revistas, como foi referido, consideraram-se relevantes para a análise aqui exposta apenas as informações mencionadas por um maior número de revistas, e que, por esse motivo, poderão ser generalizadas.

3.2.4. Nomenclatura nas Instruções para Autores

A nomenclatura das diferentes partes do artigo e do restante material requerido pelas revistas é, no geral, igual ou muito semelhante entre revistas. Por esta razão, a tradução dos termos foi baseada nas Instruções para Autores das revistas portuguesas. No Anexo 3 pode ser analisada a lista destes termos em inglês e em português.

3.3. Análise das Instruções para Autores das revistas estrangeiras

Antes de mais, é importante destacar que várias revistas indicam que não serão aceites manuscritos que tenham sido submetidos simultaneamente a outras revistas. Isto significa que o autor não pode enviar o manuscrito para várias revistas ao mesmo tempo, tendo de esperar pela resposta da primeira revista para saber se o manuscrito é aceite ou rejeitado, e só depois, caso seja rejeitado, tentar submeter a outra revista. Portanto, o artigo poderá ser sempre preparado de acordo com os requisitos de apenas uma revista em específico, desde que o autor saiba qual é a revista a que deseja submeter o artigo em primeiro lugar. Contudo, caso o autor não tenha ainda decidido a revista quando contrata os serviços do tradutor, será importante que o artigo esteja preparado para o máximo número de revistas possível. Assim, é relevante ter uma noção geral de quais são os requisitos mais comuns das revistas de uma determinada área, para que

posteriormente não seja necessário efetuar grandes alterações, quer numa primeira fase, quer mais à frente caso o manuscrito seja rejeitado e tenha de ser novamente preparado para uma revista diferente. Foi com esta perspetiva em mente que se reuniram as informações que se seguem.

Das 16 revistas analisadas, a maioria oferece muita informação nas Instruções para Autores. Porém, encontraram-se exceções em todas as categorias, havendo revistas com pouca informação ou nenhuma em algumas delas. Além da informação geral, a maioria das revistas indica requisitos específicos para os diferentes géneros de artigo que aceita. Convém por isso mencionar que nem todas as revistas aceitam todos os géneros de artigo que foram selecionados para este estudo, sendo o número de revistas por género de artigo o seguinte:

- Publicações originais: 15 revistas;
- Revisões: 15 revistas;
- Casos clínicos: 11 revistas;
- Cartas ao editor: 12 revistas.

É também importante indicar que uma das revistas (*BMJ Case Rep*) apenas publica casos clínicos, sendo a única que não publica revisões e publicações originais.

Material para a submissão

O processo de submissão é realizado em todas as revistas por via eletrónica, em particular por email ou através de uma página Web específica. Consequentemente, todos os documentos requeridos são enviados por este meio.

Quase todas as revistas analisadas (15 das revistas) indicam o material que será necessário enviar no momento da submissão. Para além do próprio manuscrito, 13 revistas requerem uma Página de Título, 8 uma Carta de Apresentação e 4 outras informações adicionais, sem indicação de um documento específico. No caso da Página de Título, a informação descrita pela maioria como sendo obrigatória é o título completo do artigo, as informações dos autores e as informações do autor correspondente. Quase metade das revistas indica ainda a necessidade de incluir um título abreviado, palavras-chave, informações acerca de conflitos de interesse, agradecimentos ou apoios financeiros/bolsas, e ainda o número total de palavras do manuscrito. Para a Carta de Apresentação, quase metade das revistas que a referem requerem a inclusão de uma confirmação de que todos os autores leram e aprovaram o manuscrito e de que o manuscrito não foi submetido simultaneamente a outra revista nem previamente publicado. O mesmo número de revistas pede a indicação de se alguma parte do manuscrito ou algum artigo relacionado foi submetido, aceite ou publicado. Mais de metade das

revistas exige declarações específicas em relação a outros assuntos. A indicação de nomes e meios de contacto de potenciais revisores é requerida por duas revistas como parte da Carta de Apresentação, e por outras duas revistas como informação adicional a ser indicada na submissão.

Relativamente à organização dos documentos a serem submetidos, apenas 10 revistas indicam claramente a ordem a seguir. A maioria refere que o manuscrito deve começar com a Página de Título, seguindo-se o Resumo, as Palavras-Chave, o Texto Principal do manuscrito, os Agradecimentos, as Referências Bibliográficas e as Tabelas. Tendo em conta todas as Instruções para Autores analisadas, conclui-se que entre o Texto Principal e as Referências Bibliográficas, para além dos Agradecimentos, normalmente também se encontram os Conflitos de Interesse, informação acerca dos contributos dos autores e informação acerca de apoios financeiros/bolsas. No final do manuscrito devem estar as Tabelas, as Legendas de Figuras e as Figuras, nos casos em que a revista não requeira este material em documentos separados.

Título

Das 16 revistas, 14 têm exigências específicas para o Título (exceto a *J Neurol Neurosurg Psychiatry* e a *Lancet Neurol*). As exigências mais frequentes referem-se à construção de um título conciso e informativo, à ausência de abreviaturas no título e à necessidade de apresentar um Título Abreviado. Relativamente a limitações concretas quanto à extensão, apenas 6 revistas indicam limites, que estão maioritariamente entre os 100 e os 120 caracteres.

Informação sobre os autores

A informação sobre os autores é referida por 13 revistas (exceto a *J Neurol*, a *Cerebrovasc Dis* e a *J Neurol Neurosurg Psychiatry*). Quase todas exigem a indicação do nome e da afiliação de todos os autores, e algumas pedem ainda o email e o endereço dos mesmos. No caso do autor correspondente, são requeridas todas estas informações pela grande maioria das revistas, e em alguns casos também os números de telefone e fax. Importa destacar que algumas revistas têm indicações específicas para a organização das informações dos autores, incluindo o que mencionar no caso de grupos de estudo, e uma minoria impõe limites ao número de autores em Casos Clínicos e Cartas ao Editor.

Resumo

Todas as revistas apresentam informações acerca do Resumo. De um ponto de vista geral, a maioria indica que se devem evitar ou não usar de todo abreviaturas e referências bibliográficas no Resumo. A restante informação refere-se a géneros de artigo específicos.

Relativamente às Publicações Originais, todas as revistas relevantes (15, como indicado anteriormente) impõem um limite de palavras, caracteres ou linhas. O número limite mais frequente (em 7 das revistas) corresponde a 250 palavras. A maioria das revistas (8) indica ainda estruturas específicas para o Resumo, começando normalmente por uma Introdução, seguida de Métodos, Resultados e Conclusões. Apenas 3 revistas referem que o Resumo não deve ter uma estrutura específica. São ainda exigidas, por uma minoria de revistas, informações específicas a indicar no caso de Ensaio Clínico ou Meta-Análises, por exemplo.

No caso das Revisões, o limite de palavras mais referido por 14 das 15 revistas que publicam este género de artigo é igualmente de 250 palavras. Quanto à estrutura do Resumo, 5 revistas requerem-no não estruturado, 4 exigem estruturas específicas distintas, e 2 permitem que seja estruturado segundo estruturas específicas ou não estruturado. Para uma das revistas as Revisões não devem ter Resumo.

Das 11 revistas que publicam Casos Clínicos, 10 indicam limites de palavras que variam maioritariamente entre 200 e 250 palavras. Os Resumos deste género de artigo devem ser estruturados em 3 das revistas, com estruturas específicas, e não estruturados em 2. Duas revistas referem que os Casos Clínicos não devem ter Resumo.

Por fim, das 12 revistas que publicam Cartas ao Editor, 6 indicam explicitamente que estas não devem ter Resumo.

Palavras-Chave

O número de palavras-chave a apresentar é indicado por 9 revistas, variando entre 3 e 10. Relativamente aos números mínimos e máximos indicados por cada uma destas revistas, o ideal será incluir 4 ou 5 palavras-chave.

Texto Principal

Todas as revistas apresentam informações acerca do Texto Principal associadas aos géneros de artigo que publicam.

No caso das Publicações Originais, 12 das 15 revistas indicam o limite do texto em palavras, sendo os números mais frequentes de 3000 e 3500 palavras. Nove das revistas referem o limite de figuras e/ou tabelas, que corresponde em média a 6, excluindo uma que indica um máximo de 15. Em 7 das revistas é ainda exigido que se respeite uma estrutura específica, que corresponde na maioria dos casos a Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados, Discussão e, em algumas revistas, Conclusão.

Das revistas que publicam Revisões, 12 exigem um limite de palavras, que na maioria dos casos se encontra entre as 4000 e as 5000 palavras. Relativamente ao limite de figuras e/ou

tabelas, é indicado por 7 revistas e ronda maioritariamente as 6. A estrutura pretendida é referida por 3 das revistas, sendo duas delas: Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados e Discussão.

Os Casos Clínicos são referidos por 9 das 11 revistas que os publicam como tendo um limite de palavras na maioria dos casos entre as 400 e as 1500 palavras. Quanto ao limite de figuras e/ou tabelas, é maioritariamente de 1 ou 2. Quatro das revistas exigem uma estrutura específica, que apenas é semelhante entre duas delas, sendo correspondente às estruturas também preferidas para as Revisões e para as Publicações Originais: Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados e Discussão.

As Cartas ao Editor são, dos quatro géneros de artigo, as que têm limites de palavras menores, que são referidos por 10 revistas e se situam na maior parte dos casos entre as 400 e as 750 palavras. O número limite de figuras e/ou tabelas indicado é sempre de 1 ou 2, exceto no caso de uma revista que não permite qualquer figura ou tabela. Quanto à estrutura, uma das revistas indica que estes artigos não devem ser estruturados, uma que devem ter uma Introdução, e apenas duas que devem seguir uma estrutura específica.

Agradecimentos

Doze das revistas têm informação acerca dos Agradecimentos. Na grande maioria dos casos, é requerido o reconhecimento das pessoas que tenham contribuído para o trabalho e que não sejam consideradas autores, tendo de ser apresentada mais ou menos informação sobre as mesmas consoante a revista. É interessante realçar que quatro das revistas indicam explicitamente que aqui deve ser reconhecido o trabalho realizado por tradutores ou revisores. Algumas revistas requerem a autorização das pessoas indicadas para a menção do seu nome.

Em alguns casos, aqui também devem ser reveladas informações sobre bolsas ou outros apoios financeiros e/ou materiais.

Conflitos de Interesse

A secção Conflitos de Interesse é indicada explicitamente por 13 das revistas. Destas, 10 explicam que devem ser aqui revelados em particular os conflitos de interesse financeiros e 5 que também devem ser referidos os associados a relações com empresas. Cinco das revistas exigem que seja colocada uma frase específica no caso de não haver nenhum conflito de interesse.

Referências Bibliográficas

Das 16 revistas selecionadas, 15 têm requisitos específicos para esta secção. Quanto à imposição de um número máximo de referências, varia entre géneros de artigo e é bastante mais frequente em Casos Clínicos (8 revistas) e Cartas ao Editor (7 revistas), sendo mais comuns os limites de 10 a 15 e de 5, respetivamente. Nos restantes géneros de artigo, apenas 4 em 15 revistas indicam limites para as Referências Bibliográficas.

Relativamente às referências no texto, 14 das 15 revistas indicam o modo de identificação específico que pretendem, devendo este, na maioria dos casos (11), ser em números. As referências no texto identificadas com apelidos de autores e datas são requeridas apenas por 3 revistas. Das revistas que requerem referências no texto em números, 6 exigem que estes estejam entre parênteses, e 4 delas especificamente entre parênteses retos, sendo esta a opção mais vezes referida. Ainda em relação às referências no texto, 12 revistas indicam que os trabalhos não publicados ou comunicações pessoais só podem ser referidos nesta situação, não devendo aparecer na secção própria Referências Bibliográficas. Seis destas revistas exigem ainda uma forma de identificação específica para referenciar este tipo de trabalhos.

Algumas revistas (6) apontam estilos ou normas a seguir na criação das referências, sendo a recomendação mais frequente (3) a utilização do estilo *Vancouver*. É ainda sugerida a utilização do *EndNote* por 3 revistas, embora, por outro lado, uma revista indique explicitamente que não se devem utilizar referências automáticas.

Quanto à secção Referências Bibliográficas, 5 das revistas requerem que as referências sejam listadas de acordo com a ordem em que aparecem no texto, ao passo que 3 exigem ordem alfabética e subsequentemente cronológica. Relativamente ao conteúdo das referências, são apontados vários requisitos. No caso de uma referência ter muitos autores, 3 revistas pedem para evitar a utilização de “et al.”, enquanto 9 revistas requerem uma utilização específica desta expressão: 5 revistas indicam que se uma referência tiver mais do que 6 autores, deve-se listar os três primeiros normalmente e depois colocar o “et al.”; 3 indicam que na mesma circunstância se devem listar os seis primeiros antes de usar esta partícula; e 1 indica que o “et al.” deve ser introduzido após três autores. Oito revistas exigem que os nomes de revistas sejam abreviados consoante nomenclaturas comuns específicas, que correspondem em 7 dos casos às abreviaturas do *Index Medicus*. Sete revistas pedem a indicação do DOI (Digital Object Identifier) sempre que for possível.

A maioria das revistas indica exemplos de referências. No caso de artigos publicados em revistas, a construção mais frequentemente referida (por 6 revistas) corresponde à seguinte:

- “Mith AR, Asai Y, Kim M. This is the title. Stroke. 2014;30:2407–2408” (Stroke: A Journal of Cerebral Circulation, 2015)

Para referências a livros e capítulos de livros, as construções mais frequentes (por 4 e 5 revistas) são, respetivamente, semelhantes a:

- “Author AB. Book Title, 5th edn. Place: Publisher, 2000.” (European Journal of Neurology)
- “Author AB, Author CD, Author EF. Six or more authors – what’s the point? (chapter title). In: Editor GH, Editor IJ, eds. Title of Book. Place: Publisher, 1998:345-367” (adaptado de European Journal of Neurology)

As construções para os restantes tipos de referências são muito diversificadas e não são indicadas pela maioria das revistas.

Figuras e Tabelas

Quase todas as revistas apresentam informações específicas para as figuras e tabelas, que, de acordo com 10 delas, devem ser numeradas com números árabes segundo a ordem em que são referidas no texto. Outro requisito geral é a necessidade de uma permissão para apresentar material já publicado e indicação da respetiva fonte como referência (exigido por 7 das revistas).

O modo de envio de figuras e tabelas varia entre revistas, mas detetam-se tendências. No caso das figuras, a maioria das revistas (8) requer que sejam enviadas em ficheiros separados e que as suas legendas sejam listadas numa página no final do manuscrito. No caso das tabelas, grande parte das revistas (7) indica que sejam enviadas em páginas separadas no final do manuscrito, diferindo apenas na questão de se os títulos as acompanham (5 revistas) ou se são listados numa página separada (2 revistas).

Relativamente ao formato das tabelas, as 8 revistas com informação acerca deste aspeto indicam que devem ou podem ser criadas no Microsoft Word. O seu título é referido em 7 das revistas, embora se suponha que seja requerido por todas. Cinco revistas indicam a possibilidade de notas de rodapé abaixo das tabelas, sendo referenciadas, de acordo com 4 delas, através de números superiores à linha; a outra revista requer a utilização de símbolos específicos.

Em relação à apresentação de gráficos, apenas 5 revistas apontam requisitos específicos, com o aspeto em comum de os elementos dos gráficos deverem ser facilmente distinguíveis.

No caso das figuras, os formatos mais frequentemente referidos (nas 9 revistas com informações relacionadas) são EPS e TIFF. As figuras devem ter o tamanho correspondente à largura das colunas dos artigos, segundo 6 revistas. Quanto à qualidade da imagem, as

resoluções mínimas requeridas por um maior número de revistas são de 1200 dpi para desenhos ou digitalizações (5 revistas), 300 dpi para fotografias e radiografias (6 revistas), 300 dpi para as figuras a cores (5 revistas) e 600 dpi para combinações (3 revistas). Se as figuras tiverem diferentes partes, 4 revistas indicam que as mesmas devem ser identificadas com letras maiúsculas, diferindo em outros pormenores. As legendas das figuras são indicadas com requisitos específicos por 11 revistas, devendo incluir um título em 4 das revistas. Quatro revistas apresentam requisitos para o texto que for apresentado em figuras, sendo mais referido o tipo de letra Arial. Caso sejam apresentadas microfotografias, 4 revistas indicam especificamente que estas devem ser acompanhadas de uma escala.

Língua

Todas as revistas são publicadas em inglês, sendo a única grafia especificamente requerida a do inglês americano, por apenas 3 revistas. Para autores que não são nativos em inglês, é sugerido por 5 revistas que o artigo seja revisto, especificamente por um nativo (1 revista), por um revisor profissional (3 revistas) ou por uma pessoa qualificada em inglês (1 revista). Além disso, 8 das revistas sugerem determinados serviços de revisão.

Formato e Estilo

Relativamente ao formato do documento, 11 das revistas indicam precisamente a utilização do Microsoft Word.

A maioria das revistas apresenta especificações para o estilo e formato do texto. O tipo de letra mais frequentemente referido é o Times New Roman, por 5 revistas, e o tamanho mais comum são os 12 pontos, também por 5 revistas. Outra definição muito indicada, por 7 revistas, é o espaçamento duplo. Ao nível das páginas são também feitos muitos requisitos diversos, sendo o único significativo a nível geral e mais comum a numeração das páginas (8 revistas). As notas de rodapé são referidas como proibidas ou a evitar por 4 revistas.

Em relação às abreviaturas, 4 revistas indicam que apenas aceitam o mínimo possível ou abreviaturas normalizadas. Seis das revistas referem que as abreviaturas devem ser definidas na primeira ocorrência. A secção Lista de Abreviaturas é apenas requerida por 3 revistas.

Quanto ao estilo científico, 5 revistas indicam que se deve utilizar sempre os nomes genéricos/denominações comuns internacionais de fármacos e 8 exigem a utilização das unidades de medida SI.

3.4. Análise das Instruções para Autores das revistas portuguesas

Tal como no caso das revistas estrangeiras, algumas revistas (3) indicam explicitamente que não são aceites artigos que tenham sido publicados ou enviados para revisão por outra revista simultaneamente.

Quanto aos géneros de artigo publicados, todas as 4 revistas seleccionadas publicam os quatro géneros de artigo escolhidos: publicações originais, revisões, casos clínicos e cartas ao editor.

Material para a submissão

O processo de submissão em 2 das revistas deve ser feito por email e nas 2 outras utilizando uma página Web específica para tal.

Relativamente ao material a ser enviado no momento da submissão, para além do próprio manuscrito, as 4 revistas requerem uma Página de Título, 2 delas requerem uma Carta de Apresentação e 3 pedem outras informações adicionais.

No caso da Página de Título, a maioria indica a necessidade de incluir o título do artigo, o título abreviado, as informações dos autores e as informações do autor correspondente. Duas das revistas requerem que as informações acerca de apoios financeiros/bolsas sejam incluídas nessa página, 2 requerem a contagem das palavras dos Resumos e do Texto Principal, e 1 indica que devem ser colocados aqui os agradecimentos.

Quanto à Carta de Apresentação, das informações requeridas pelas 2 revistas que a referem, as únicas em comum são a indicação da presença ou ausência de conflitos de interesse, assim como uma declaração de que o artigo é original e que nenhuma parte do manuscrito foi simultaneamente submetida para publicação a outra revista.

As 4 revistas explicam como deve ser organizado o manuscrito, sendo a ordem mais comum a seguinte: Página de Título, página com Título, Resumos e Palavras-Chave, Texto Principal, Agradecimentos, Referências Bibliográficas e Tabelas.

Título

Todas as 4 revistas indicam que o título deve ser conciso e descritivo. Três das revistas requerem que seja apresentado um título em inglês e outro em português, ao passo que a quarta o requer apenas em inglês (IJCNMH, que publica em inglês). O limite em extensão é apenas indicado por 1 revista (“Sinapse”), correspondendo a 20 palavras. É ainda referida por 3 revistas a necessidade de apresentar um título abreviado.

Informação sobre os autores

A informação sobre os autores é referida pelas 4 revistas, exigindo todas a indicação do nome e da afiliação de todos os autores. O autor correspondente é mencionado por 3 revistas, das quais todas requerem o nome e o email, 2 requerem ainda um número de contacto telefónico e 2 uma morada. A revista que não menciona o autor correspondente requer todas estas informações relativamente a todos os autores.

Resumo

Todas as revistas apresentam informações acerca do Resumo. As 3 revistas que aceitam artigos em português (exceto a IJCNMH) indicam que devem ser apresentados dois resumos, um em português e outro em inglês. De um ponto de vista geral, 2 revistas exigem que se evite a utilização de abreviaturas e 2 que não se use referências bibliográficas no Resumo. A restante informação refere-se a géneros de artigo específicos.

Relativamente às Publicações Originais, o número limite mais frequente, em 3 revistas, é 250 palavras. Todas as revistas requerem que o Resumo deste género de artigo seja estruturado seguindo estruturas específicas, que se baseiam na seguinte: Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados e Conclusões.

No caso das Revisões, o limite de palavras mais referido, por 3 revistas, é igualmente 250 palavras. O seu Resumo deve ser estruturado nas 4 revistas, de acordo com estruturas que variam mais ou menos a partir da seguinte: Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados e Conclusões.

Quanto aos Casos Clínicos, os limites de palavras indicados variam bastante, correspondendo a 120, 150 e 400. Uma das revistas não se refere ao Resumo para este género de artigo. Apenas 1 revista requer que o Resumo destes artigos seja estruturado, com a divisão: Introdução, Caso Clínico e Conclusões.

Em relação às Cartas ao Editor, 3 das revistas indicam explicitamente que estas não requerem Resumo e a outra revista não refere o Resumo para este género de artigo.

Palavras-Chave

Todas as revistas referem a inclusão de palavras-chave, indicando os números máximos: 5, 6, 6 e 10. Das revistas com publicações em português, 2 requerem as palavras-chave em português e em inglês e a terceira requer-as apenas em inglês, tal como a revista que publica apenas em inglês. Três das revistas referem que as palavras-chave utilizadas devem preferencialmente estar incluídas no tesauro MeSH.

Texto Principal

Todas as revistas apresentam informações acerca da estrutura do Texto Principal consoante os géneros de artigo. Contudo, relativamente aos limites de palavras e de tabelas e/ou figuras, 1 das revistas não indica esta informação nas suas Instruções para Autores.

No caso das Publicações Originais, os limites de palavras de 2 revistas são de 4000 e da terceira são de 2000. Quanto ao limite de figuras e/ou tabelas, é de 6 em 2 das revistas e de 4 na terceira. Todas as revistas requerem que estes artigos sejam estruturados, sendo as estruturas indicadas muito semelhantes ou iguais à seguinte: Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados, Discussão e Conclusões.

Relativamente às Revisões, os limites de palavras indicados são de 3500, 4500 e 5000. O número máximo de figuras e/ou tabelas é apenas referido por 2 revistas, sendo 4 e 5. Quanto à estrutura, 1 das revistas não refere qualquer informação, outra revista indica apenas que estes artigos devem ser estruturados em secções e subsecções e 2 revistas indicam as seguintes estruturas específicas: Introdução, Métodos, Resultados e Discussão; Introdução, Desenvolvimento e Conclusões.

Os Casos Clínicos devem ter um máximo de 750, 1000 ou 1200 palavras, consoante a revista. Os limites de figuras e/ou tabelas referidos são também bastante variados: 1, 2 e 5. Quanto à estrutura, 2 revistas indicam que estes artigos não devem ser estruturados e outras duas indicam a estrutura específica Introdução, Caso Clínico e Discussão.

Em relação às Cartas ao Editor, o limite de palavras referido por 2 revistas é 400, e a terceira refere 600 (este último incluindo Referências Bibliográficas, ao contrário de todos os outros). O número limite de Figuras e/ou Tabelas indicado é sempre, nas 3 revistas, de 1. Todas as revistas referem que este género de artigo não requer estrutura, mas 1 revista indica a linha de ideias a seguir.

Agradecimentos

Os Agradecimentos, em todas as revistas, devem incluir a indicação daqueles que tenham contribuído para o trabalho e que não sejam considerados autores e respetivos contributos, devendo ser requerido o consentimento informado para indicar os nomes dos mesmos em 3 das revistas. As 4 revistas requerem que sejam indicados nesta secção também os apoios financeiros.

Conflitos de Interesse

Nenhuma das revistas indica claramente que deva existir uma secção específica para a informação relativa aos conflitos de interesse. Contudo, 1 revista não a refere de todo, 1 revista

requer que esta informação seja incluída nos Agradecimentos e 2 revistas indicam apenas que deve ser declarada a existência ou inexistência de conflitos de interesse.

Referências Bibliográficas

A referência a comunicações pessoais é indicada pelas 4 revistas, sendo que 3 permitem-nas só no texto e 1 pede apenas que sejam evitadas. Duas revistas referem que após a referência a artigos em processo de publicação deve-se colocar a expressão “*in press*”.

Duas das revistas impõem limites para o número de Referências Bibliográficas a apresentar, maioritariamente variáveis consoante o género de artigo e entre as revistas: 15 ou 60 para Publicações Originais, nenhum ou 50-75 para Revisões, 10 ou 15 para Casos Clínicos e 5 para Cartas ao Editor.

Relativamente às referências no texto, todas as revistas requerem que estas sejam indicadas em numeração árabe entre parênteses de acordo com a ordem em que são mencionadas no texto, e 3 revistas requerem-nas ao nível da linha e 1 acima do nível da linha.

Quanto à utilização do *EndNote* ou outro software semelhante, 1 revista recomenda a sua utilização e 1 revista indica explicitamente que estes devem ser evitados.

Na secção Referências Bibliográficas, 2 das revistas têm requisitos específicos em relação aos nomes dos autores. Uma delas indica que, no caso de existirem mais de seis autores, deve-se manter apenas três nomes seguidos de “et al.”. A outra requer a utilização desta partícula após seis nomes caso haja mais de sete autores. É ainda referido por 3 revistas que os nomes das revistas nesta secção devem ser abreviados de acordo com o *Index Medicus*.

O único tipo de referência mencionado por todas as revistas é o artigo, sendo indicada a seguinte ordem para as informações:

- Apelido Inicial. Título do artigo. Título da revista (abreviado segundo o *Index Medicus*). Ano da publicação; Volume: páginas

Figuras e Tabelas

Todas as revistas apresentam informações específicas para as figuras e tabelas, estando em todas a informação de que estas devem ser numeradas com números árabes segundo a ordem em que são referidas no texto, exceto as tabelas de 1 revista que devem ser indicadas com numeração romana.

Quanto ao modo de envio das tabelas, 3 das revistas requerem que sejam incluídas no final do manuscrito, enquanto 1 requer que sejam enviadas num documento adicional do Microsoft Word. Relativamente às figuras, 2 das revistas indicam que devem ser enviadas em

documentos adicionais separados, 1 indica que devem ser enviadas no mesmo documento do Microsoft Word que as tabelas e 1 que devem ser incluídas no final do manuscrito após as tabelas.

Em relação às tabelas, todas as revistas requerem que sejam acompanhadas de um título e três indicam que devem ter notas de rodapé para explicações adicionais, referenciadas através de símbolos específicos que variam entre as revistas.

As figuras, segundo as 4 revistas, devem ter um título e, segundo 2, devem ter uma legenda. Os formatos de figuras aceitos variam muito entre as revistas, sendo os mais frequentemente repetidos (2 vezes) EPS, TIFF e JPEG. Quanto à qualidade da imagem, referida por 3 revistas relativamente às fotografias e radiografias, as resoluções mínimas requeridas são de 300 dpi. Três revistas requerem explicitamente que os autores obtenham e apresentem autorização para a utilização de figuras de outras fontes.

Língua

Três das revistas publicam artigos escritos em português ou em inglês e 1 revista publica artigos apenas em inglês, indicando que se pode utilizar o estilo britânico ou o americano. As 3 revistas que publicam nas duas línguas requerem que os Títulos e Resumos sejam apresentados em português e em inglês.

Formato e Estilo

Todas as revistas requerem que os artigos sejam enviados em formato Word, e 1 requer ainda os mesmos documentos em PDF. Duas revistas requerem numeração das páginas, mas 1 revista pede que as páginas não estejam numeradas. As restantes informações não são indicadas por mais que 2 revistas e não são coerentes entre estas.

A utilização de abreviaturas é apenas referida por 2 revistas que indicam que as mesmas devem ser limitadas e definidas na primeira ocorrência, exceto no caso de unidades de medida.

Quanto ao estilo científico, são indicadas as unidades SI em todas as revistas. Relativamente à referência a fármacos, 3 revistas requerem que sejam utilizados sempre os nomes genéricos/denominações comuns internacionais, a não ser quando a indicação do nome comercial for relevante para o estudo.

3.5. Recomendações do ICMJE para a preparação e submissão de manuscritos

As recomendações do ICMJE foram referidas como normas base seguidas por 7 revistas estrangeiras (*Frontiers Neurol, Neurology, Eur J Neurol, Cerebrovasc Dis, Eur Neurol, Brain, JAMA Neurol*) e pelas 4 revistas portuguesas analisadas (*Sinapse, IJCNMH, Acta Med Port, Arq Med*). Além disso, são também mencionadas no artigo de Lozano (2014). Portanto, analisou-se a secção “Manuscript Preparation and Submission” destas recomendações (ICMJE, 2014) para posteriormente comparar e complementar as informações gerais recolhidas com as apresentadas nesse documento.

Material para a submissão

Relativamente ao material a ser entregue na submissão, as recomendações do ICMJE referem que devem ser enviados o documento do manuscrito, a Carta de Apresentação ou um formulário de submissão da revista e, quando relevante, os documentos relativos a permissões. As permissões requeridas são normalmente para utilizar material previamente publicado, para identificar participantes de estudos ou para identificar pessoas nos Agradecimentos (ICMJE, 2014, p. 17).

Segundo o ICMJE (2014), na Carta de Apresentação deve-se declarar qualquer material publicado que torne o trabalho apresentado no manuscrito redundante ou outro que seja muito semelhante, relações financeiras ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesse e os contributos dos autores ou uma confirmação de que todos os autores leram e aprovaram o manuscrito. Também se deve apresentar a informação de contacto do autor correspondente e acrescentar qualquer informação que possa ser relevante para o editor (ICMJE, 2014, pp. 16-17).

As recomendações do ICMJE para a submissão do manuscrito alertam os autores para que tenham em atenção se a revista apresenta alguma lista de verificação (*checklist*) que tenham de seguir e/ou preencher e entregar no processo de submissão (ICMJE, 2014, p. 17).

A Página de Título é mencionada como parte do documento do manuscrito. As recomendações do ICMJE indicam que normalmente a Página de Título inclui o título do artigo, as informações dos autores, declarações de isenção de responsabilidade, fontes de apoio financeiro ou outro, o número de palavras e, por vezes, o número de tabelas e figuras (ICMJE, 2014, p. 13).

Título

Segundo as recomendações do ICMJE, o Título deve consistir numa descrição concisa do artigo e deve incluir palavras que facilitem encontrar o artigo através de uma pesquisa eletrónica específica. Acrescentam ainda que o número de caracteres no Título poderá ser limitado. Além disso, referem que algumas revistas requerem o envio de um título abreviado, que normalmente tem como máximo 40 caracteres (*ibid.*).

Informação sobre os autores

São indicados como informação geralmente requerida pelas revistas o nome do departamento e instituição ou organização onde o estudo foi realizado, o endereço e email de todos os autores e, no caso do autor correspondente, ainda os números de telefone e fax (ICMJE, 2014, p. 13).

Resumo

As recomendações do ICMJE indicam que o Resumo deve ser estruturado no caso de Publicações Originais, Revisões Sistemáticas e Meta-Análises, mas que a estrutura específica varia entre revistas. Acrescentam ainda que no caso de Ensaio Clínico devem ser indicadas informações específicas no Resumo (ICMJE, 2014, pp. 13-14).

Texto Principal

Segundo as recomendações do ICMJE, os artigos de Publicações Originais são normalmente divididos em Introdução, Métodos, Resultados e Discussão, a denominada estrutura IMRaD (ICMJE, 2014, p. 12).

Quanto aos Casos Clínicos e Revisões, as recomendações do ICMJE referem que estes artigos podem ter construções menos estruturadas ou sem qualquer estrutura específica (*ibid.*). Não é feita referência às Cartas ao Editor.

Conflitos de Interesse

As recomendações do ICMJE referem que todos os autores devem entregar informação sobre os conflitos de interesse e que é da responsabilidade das revistas requerer esta informação. Indicam ainda que, na submissão, os conflitos de interesse podem ser declarados na Página de Título ou entregues num formulário próprio (ICMJE, 2014, p. 13).

Referências Bibliográficas

As recomendações do ICMJE indicam que a referência a trabalhos não publicados mas aceites para publicação deve incluir as expressões “*in press*” ou “*forthcoming*” e que aqueles que não tenham sido aceites para publicação devem ser mencionados com “*unpublished observations*”. Relativamente a comunicações pessoais, esta entidade aconselha a evitar incluí-las, e, no caso de ser necessário, referi-las apenas no texto e sempre com autorização e confirmação da legitimidade da fonte (ICMJE, 2014, p. 15).

O ICMJE refere que as Referências Bibliográficas devem estar ordenadas segundo a sua ordem de menção no texto. No corpo de texto, recomenda que as referências sejam indicadas com numeração árabe entre parênteses. Quanto à secção própria, além da ordem, refere apenas que os títulos das revistas devem ser abreviados de acordo com o estilo da MEDLINE (idêntico ao do *Index Medicus*). Acrescenta ainda que é muito importante a verificação da informação das referências (*ibid.*).

Figuras e Tabelas

Nas recomendações do ICMJE é referido que as tabelas e figuras devem ser numeradas consecutivamente pela ordem da sua menção no texto. É também indicado que, caso uma tabela ou figura tenha sido retirada de outra fonte, a mesma deve ser referenciada, e deve ser obtida e apresentada na submissão uma permissão para o uso dessa tabela ou figura (ICMJE, 2014, p. 16).

Em relação às tabelas em específico, o ICMJE recomenda que cada uma seja acompanhada de um título e que sejam utilizadas notas de rodapé para qualquer explicação necessária. Realça que os símbolos utilizados para a referência das notas de rodapé variam muito entre revistas, devendo ser os mesmos confirmados (*ibid.*).

Quanto às figuras, as recomendações do ICMJE referem que estas devem ser acompanhadas de uma legenda que inclua qualquer título e explicação necessária, destacando que estas informações não devem ser colocadas nas figuras. Acrescentam que caso sejam utilizados símbolos, números ou letras em figuras, os mesmos devem ser explicados na legenda. No caso de microfotografias, esta entidade indica que deve ser apresentada uma escala associada (*ibid.*).

Formato e Estilo

As recomendações do ICMJE referem que apenas devem ser usadas abreviaturas normalizadas e que deve ser evitada qualquer abreviatura no título. Acrescentam que as

abreviaturas devem ser escritas por extenso com a forma abreviada entre parênteses na primeira ocorrência, exceto no caso de unidades de medida (ICMJE, 2014, p. 16).

Relativamente às unidades a serem utilizadas, o ICMJE recomenda as unidades métricas, os graus Celsius, os milímetros de mercúrio e as unidades de medida SI (*ibid.*).

3.6. Requisitos mais frequentes na publicação de artigos científicos na área da Neurologia

Após recolha e análise das Instruções para Autores das 16 revistas estrangeiras e das 4 revistas nacionais selecionadas, assim como das recomendações do ICMJE, compararam-se as mesmas. Dessa comparação resultou a informação abaixo apresentada, que se considera ser representativa dos requisitos para publicação das revistas da área de Neurologia e que os tradutores devem ter em conta quando prestam um serviço envolvendo artigos que serão submetidos para publicação nessas revistas. Estas informações podem ser seguidas num contexto em que não se saiba ainda qual a revista a que se vai submeter o artigo, mas não dispensam a análise das Instruções para Autores da revista assim que a mesma seja selecionada.

Material para a submissão

O processo de submissão será feito eletronicamente, por email ou através de uma página Web específica.

No momento da submissão do manuscrito, provavelmente será requerido o envio de uma Página de Título e poderá ser requerido o envio de uma Carta de Apresentação. Algumas revistas podem ainda pedir declarações de informações ou o envio de outros documentos específicos.

A Página de Título deve conter o título, as informações sobre todos os autores e as informações sobre o autor correspondente. Poderá ter de conter também um título abreviado, a contagem das palavras e/ou informações acerca de apoios financeiros.

A Carta de Apresentação deve confirmar que o conteúdo do manuscrito é original, que nenhuma das suas partes foi publicada e que não foi submetido simultaneamente a outra revista. As revistas poderão requerer mais informações neste documento para além destas, como a existência ou ausência de conflitos de interesses.

O manuscrito deve ser organizado pela seguinte ordem:

1. Página de Título
2. Página com Título, Resumo e Palavras-Chave

3. Texto Principal
4. Agradecimentos
5. Referências Bibliográficas
6. Tabelas

Antes de submeter o manuscrito é importante confirmar que todas as informações requeridas são enviadas. Algumas revistas disponibilizam uma Lista de Verificação para ajudar o autor nesta fase. Portanto, é importante confirmar se a revista em questão tem este documento disponível.

Título

O título deve ser conciso e descritivo e recomenda-se que tenha menos de 20 palavras ou 120 caracteres, embora estes limites variem entre revistas. Provavelmente será requerido um título abreviado.

Informações sobre os autores

Deverão ser indicados os nomes e afiliações de todos os autores, e poderão ter de ser acrescentados os emails e/ou os endereços respetivos. Quanto ao autor correspondente, deverão ser apresentadas todas as informações acima referidas, podendo ainda ser requerido o contacto telefónico e o fax.

Resumo

O Resumo não deverá conter abreviaturas nem referências bibliográficas.

Tratando-se de uma Publicação Original, o Resumo não deverá ultrapassar as 250 palavras e deverá ser estruturado da seguinte forma: Introdução, Métodos, Resultados, Conclusão. A estrutura poderá variar entre revistas, mas esta será a melhor base para alterações posteriores. Caso o artigo em questão seja um Ensaio Clínico, deverão ser acrescentadas informações específicas relativamente à sua realização e registo.

No caso de uma Revisão, o Resumo deverá ter no máximo 250 palavras e será melhor estruturá-lo em Introdução, Métodos, Resultados e Conclusão, já que a revista provavelmente requererá uma estrutura que parta desta base ou a ausência de estrutura.

Os Resumos dos Casos Clínicos não deverão ultrapassar as 250 palavras e à partida não precisarão de ser estruturados, podendo nem ser requeridos por algumas revistas.

As Cartas ao Editor não precisam de Resumo.

Palavras-Chave

Deverão ser apresentadas entre 4 e 6 palavras-chave.

Texto Principal

Importa lembrar neste ponto que as informações aqui apresentadas correspondem a conclusões com base na análise de 16 revistas estrangeiras e 4 revistas portuguesas na área da Neurologia, assim como das recomendações do ICMJE, devendo servir apenas de orientações antes da escolha da revista, já que os requisitos das revistas poderão variar.

As Publicações Originais deverão ter entre 3000 e 3500 palavras, contendo no máximo 6 figuras e/ou tabelas. A sua estrutura será Introdução, Métodos ou Materiais e Métodos, Resultados, Discussão e Conclusão.

As Revisões deverão ter entre 4000 e 5000 palavras e um máximo de 6 figuras e/ou tabelas. Provavelmente não será requerida uma estrutura específica para este género de artigo.

Os Casos Clínicos deverão ter cerca de 1000 palavras e 1 ou 2 figuras e/ou tabelas. Provavelmente não será requerida uma estrutura específica para estes artigos.

As Cartas ao Editor deverão ter entre 400 e 600 palavras e 1 ou 2 figuras e/ou tabelas. Não requerem estrutura específica.

Agradecimentos

Caso esta secção seja incluída, os autores deverão reconhecer pessoas que tenham contribuído para o trabalho e que não sejam consideradas autores, devendo ser requerida autorização por escrito para mencionar o seu nome.

Conflitos de Interesse

Nesta secção deverá ser indicada a existência ou inexistência de conflitos de interesse e sua exposição, caso os haja.

Referências Bibliográficas

No caso de Casos Clínicos, as Referências Bibliográficas não deverão ultrapassar as 15, e no caso de Cartas ao Editor, as 5.

Poderá ser utilizado um software de apoio, como o *EndNote*, mas, após a escolha da revista, deverá ser confirmada a permissão para a sua utilização.

As Referências Bibliográficas deverão ser ordenadas segundo a ordem em que aparecem no texto, sendo indicadas por números entre parênteses.

Na secção própria, as revistas deverão ser apresentadas da seguinte forma: “Apelido Inicial. Título do artigo. Revista. Ano da publicação;Volume:páginas”, sendo o nome da revista abreviado de acordo com o *Index Medicus*.

As comunicações pessoais e os trabalhos não publicados apenas poderão ser referenciados no texto, e os últimos deverão ser acompanhados de expressões específicas como “*in press*” para os que estejam em processo de publicação.

Figuras e Tabelas

As figuras e as tabelas deverão ser numeradas com numeração árabe de acordo com a ordem em que são mencionadas no texto. As tabelas deverão ser acompanhadas de um título e colocadas nas últimas páginas do manuscrito. As figuras deverão ter uma legenda e ser enviadas em ficheiros separados, preferencialmente em formato EPS ou TIFF. As figuras retiradas de outra fonte deverão ser devidamente referenciadas e deverá ser obtida permissão para a sua publicação.

Língua

Para revistas publicadas em inglês, será preferível manter o texto em inglês americano, já que este é o único que é pedido especificamente.

Formato e Estilo

O manuscrito deverá ser enviado num documento do Microsoft Word e as páginas deverão estar numeradas.

Deve-se evitar abreviaturas ou manter apenas as normalizadas, tendo qualquer abreviatura de ser definida na primeira ocorrência, à exceção das unidades de medida.

Para as medidas, deverão ser utilizadas as unidades SI. Para as referências a fármacos, deverão ser apresentados os nomes genéricos ou as denominações comuns internacionais.

Conclusões

Nesta dissertação procurou-se analisar todos os aspetos que um tradutor português deve ter em conta quando considera realizar o serviço de tradução ou o serviço de revisão de artigos científicos para publicação em inglês, escritos por profissionais de saúde portugueses. Neste sentido, considerou-se o tradutor enquanto prestador de serviços que vão além da tradução, com base nas suas competências linguísticas em geral e na sua capacidade de produção de textos em específico. Desta análise, tiram-se as seguintes conclusões gerais:

- As competências e capacidades exigidas ao tradutor para os serviços diretamente associados ao processo de tradução, também contribuem para que este profissional seja capaz de realizar outros serviços. Em particular, a capacidade de produção de textos de especialidade permite ao tradutor ter competência para a revisão de textos originais e preparação de textos para publicação no âmbito da área da Saúde.
- Independentemente do serviço a realizar, acima de tudo, o tradutor deve ter um sentido de responsabilidade e consciência para decidir se tem competência para realizar um determinado projeto, considerando todas as suas características.
- A tradução deve ser feita tendo em conta principalmente o seu propósito e o seu público-alvo, devendo, no contexto da tradução de artigos científicos para publicação, ter-se especial cuidado em transmitir corretamente a mensagem original e em manter uma linguagem apropriada para a comunicação entre especialistas de uma mesma área.
- Na revisão de artigos científicos para publicação as tarefas mais comuns envolvem a melhoria e correção do texto, devendo o texto final estar correto do ponto de vista gramatical e ortográfico, adequado ao propósito e ao público-alvo, legível, claro, consistente, preciso e completo.
- O tradutor não nativo de inglês que traduz para inglês ou revê textos escritos nesta língua deve ter um nível de proficiência elevado em inglês, deve ter o cuidado de manter o contacto com a língua e deve ser muito exigente consigo próprio nessas tarefas.
- Quando se trabalha com textos da área da Saúde deve-se perceber a importância extrema de manter a informação precisa e clara e deve-se ler frequentemente textos dentro da área, de preferência do tipo ou género textual com o qual se trabalha mais, para manter os conhecimentos na área atualizados.

- Os artigos científicos têm características muito próprias ao nível da sua estrutura e conteúdo, que ainda variam entre os diferentes géneros textuais na área da Saúde, sendo necessário respeitar determinadas convenções ao trabalhar com estes textos.
- Na prestação de serviços de tradução e revisão de artigos científicos para publicação deve-se esclarecer com o cliente especificamente que tarefas devem ser realizadas.
- Se o tradutor conhecer o processo de submissão de um artigo científico e souber como preparar um artigo científico para publicação, poderá oferecer esta tarefa nos serviços de tradução e revisão deste tipo de texto.
- Para preparar um artigo científico para ser publicado numa determinada revista, além de ter em conta as convenções gerais do tipo e género de texto, o tradutor deve prestar um serviço personalizado que envolva a consulta das Instruções para Autores da revista em questão, para confirmar que todos os requisitos são respeitados.

O objetivo desta dissertação era criar uma base que permitisse ao tradutor português estar melhor preparado para prestar os serviços de tradução e revisão de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde, conhecer todas as tarefas que pode propor no serviço que oferece ao cliente neste contexto e ser capaz de justificar as suas competências para prestar um serviço de qualidade neste âmbito perante potenciais clientes. Com base nas informações apresentadas e analisadas ao longo do trabalho, o tradutor português pode, de facto, a partir da leitura desta dissertação ganhar mais conhecimentos relativamente a esses aspetos e perceber melhor como pode desenvolver essas capacidades.

Partindo das ideias desta dissertação, seria interessante estudar as Instruções para Autores de revistas de outra especialidade e confirmar se existem tendências dentro de uma área específica. Além disso, para perceber melhor as diferenças entre os artigos científicos publicados em inglês e em português na área da Saúde, seria muito relevante construir dois corpora com exemplos deste tipo de texto em cada uma das línguas e compará-los. Deste modo, seria possível explicar melhor quais os aspetos principais a ter em conta na tradução deste tipo de texto de português para inglês e na revisão de textos deste tipo escritos por autores portugueses em inglês.

Espera-se que esta dissertação incentive os tradutores que trabalham ou pretendem trabalhar na tradução e revisão de artigos científicos para publicação em inglês na área da Saúde a refletirem sobre as competências necessárias para este tipo de serviços, a desenvolverem as

mesmas e a explorarem a possibilidade de colaborar com o autor deste tipo de textos desde o processo de produção do texto até à sua publicação. Também seria gratificante se com esta base os tradutores fossem capazes de defender as suas competências perante dúvidas de potenciais clientes ou até mesmo de alertar o profissional de saúde para o facto de o tradutor poder ser uma grande ajuda para a publicação de artigos científicos. Para além das implicações na prática, espera-se que este trabalho desenvolvido em português desperte um maior interesse na investigação nacional sobre os diferentes aspetos aqui considerados.

Referências Bibliográficas

- Acta Médica Portuguesa. (2013). Normas de Publicação da Acta Médica Portuguesa. Portugal: Ordem dos Médicos.
- Andriesen, S. (2006). Medical Translation: What Is It, and What Can the Medical Writer Do to Improve Its Quality? *AMWA JOURNAL*, 21(4), 3.
- Aribisala, W. (2011). Can Non-Native-English-Speaking Editors Be Effective Editors of English-Language Writing? *Science Editor*, 34(1), 13-15.
- Arquivos de Medicina. (2010). Instruções aos Autores. Porto: ARQUIMED – Edições Científicas AEFMUP.
- ASTM-International. (2006). F 2575-06 Standard Guide for Quality Assurance in Translation. West Conshohocken, PA: ASTM International.
- Baker, M. (1992). *In Other Words*. London / New York: Routledge.
- BMJ Case Reports. Instructions for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://casereports.bmj.com/site/about/guidelines.xhtml>
- Brain - A Journal of Neurology. Instructions to Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from http://brain.oxfordjournals.org/for_authors/general.html
- Cerebrovascular Diseases. Guidelines for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <https://www.karger.com/Journal/Guidelines/224153>
- Doherty, M. (2013). How to write a letter. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 71-77). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Drummond, G. B. (2013). Methods. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 16-21). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- EAC. (2009). Professional Editorial Standards (pp. 1-13): Editors' Association of Canada.
- EASE. (2014). EASE Guidelines for Authors and Translators of Scientific Articles to be Published in English: European Association of Science Editors.
- Erten, S. T. (2012). Establishing norms for functional translations from Portuguese to English: The case of academic calls for papers. *The Journal of Specialised Translation*(17), 203-223.
- EU. (2004). Translation services – service requirements (EN 15038) (Vol. EN 15038). Bruxelas: Comité Européen de Normalisation (CEN).
- EU. (2006). Translation services – service requirements (EN 15038) (Vol. EN 15038). Bruxelas: Comité Européen de Normalisation (CEN).
- European Journal of Neurology. Author Guidelines. Retrieved 24 abril, 2015, from [http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/\(ISSN\)1468-1331/homepage/ForAuthors.html](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1111/(ISSN)1468-1331/homepage/ForAuthors.html)
- European Neurology. Guidelines for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <https://www.karger.com/Journal/Guidelines/223840>
- Eva, K. W. (2013). Titles, abstracts and authors. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 33-41). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Frontiers.). Author Guidelines. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://www.frontiersin.org/about/AuthorGuidelines>
- Glasziou, P. (2013). How to write a review. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 89-97). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Göpferich, S. (2009). Comprehensibility assessment using the Karlsruhe Comprehensibility Concept. *The Journal of Specialised Translation*(11), 31-53.

- Hall, G. M. (2013a). Discussion. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 29-32). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Hall, G. M. (2013b). Structure of a scientific paper. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 1-5). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Hatim, B., & Munday, J. (2004). *Translation - An advanced resource book*. In C. N. C. R. Carter (Series Ed.) Routledge Applied Linguistics, Routledge (Ed.) (pp. 394).
- Hernández, D. G. (2014). A vueltas con la traducción inversa especializada en el ámbito profesional. Un estudio basado en encuestas. *TRANS Revista de Traductología*(18), 229-238.
- Hogue, C. W. (2013). Results. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 22-28). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- House, J. (2013). English as a lingua franca and translation. In Y. G. L. v. Doorslaer (Ed.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. 4, pp. 59-62). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- How to Write a Paper*. (2013). (G. M. Hall Ed. 5th edition ed.). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- IAPTI. (2015). Translation into a non-native language (I. s. E. Committee, Trans.): IAPTI.
- ICMJE. (2014). Recommendations for the Conduct, Reporting, Editing, and Publication of Scholarly Work in Medical Journals *Manuscript Preparation and Submission* (pp. 12-17): ICMJE.
- IJCNMH. (2013). Instructions for Authors: ARC Publishing.
- ISO. (2015, 01 maio 2015). Translation services – Requirements for translation services (ISO 17100:2015). Retrieved 04-08-2015, from <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:59149:en>
- JAMA Neurology. (2015, 16 abril 2015). Instructions for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://archneur.jamanetwork.com/public/instructionsForAuthors.aspx>
- John, E. S. (2003). Translating into L2 during Translator Training. Retrieved from Project Papers of the Consortium for Training Translation Teachers (CTTT) website:
- Joshi, Y. (2011). Native and non-native speakers of English as copy-editors of research papers. *European Science Editing*, 37(2), 38-39.
- Journal of Clinical and Experimental Neuropsychology. (2014, 11 março 2014). Instructions for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://www.tandfonline.com/action/authorSubmission?journalCode=ncen20&page=instructions#.VTA9SSFVjWo>
- Journal of Neurology. Instructions for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://www.springer.com/medicine/neurology/journal/415>
- Journal of Neurology Neurosurgery & Psychiatry. Instructions for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://jnnp.bmj.com/site/about/guidelines.xhtml>
- Journal of Stroke & Cerebrovascular Diseases. Guide for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://www.elsevier.com/journals/journal-of-stroke-and-cerebrovascular-diseases/1052-3057/guide-for-authors>
- Journal of the Neurological Sciences. Guide for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://www.elsevier.com/journals/journal-of-the-neurological-sciences/0022-510X/guide-for-authors>
- Karwacka, W. (2014). Quality assurance in medical translation. *The Journal of Specialised Translation*(21), 19-34.
- Kenny, D. (2001). Equivalence. In M. Baker (Ed.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2nd ed., pp. 77-80). London / New York: Routledge.

- Leng, S. (2013). Style: what it is and why it matters. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 133-140). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Lima, M. (2013). Conceção, redação e publicação de artigos científicos - Conceção de artigos científicos. *Nascer e Crescer*, XXII(1), 50-59.
- Lonsdale, A. B. (2001). Direction of translation (directionality). In M. Baker (Ed.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2nd ed., pp. 63-67). London / New York: Routledge.
- Lozano, S. (2014). Assisting Researchers in the Translation and Submission of a Manuscript for Publication. *The ATA Chronicle*, XLIII(5).
- Marinho, R. T., Donato, H., Fernandez-Llimos, F., Massano, J., Silva, J. M., Almeida, M.,... Fonseca, J. E. (2014). Think Tank: Relatório Estratégico sobre Publicação Científica Biomédica em Portugal. *Acta Médica Portuguesa*, 27(1), 1-3.
- Mason, I. (2001). Communicative / functional approaches. In M. Baker (Ed.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (2nd ed., pp. 29-33). London / New York: Routledge.
- Montalt, V. (2011). Medical Translation and Interpreting. In Y. G. L. v. Doorslaer (Ed.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. 2, pp. 79-83). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Montgomery, S. L. (2009). English and Science: realities and issues for translation in the age of an expanding lingua franca. *The Journal of Specialised Translation*(11), 6-16.
- Mossop, B. (2014). *Revising and Editing for Translators* (3rd edition ed.). Oxon/New York: Routledge.
- Movement Disorders. Author Guidelines. Retrieved 24 abril, 2015, from [http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/\(ISSN\)1531-8257/homepage/ForAuthors.html](http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1531-8257/homepage/ForAuthors.html)
- Munday, J. (2001). *Introducing Translation Studies - Theories and applications*. London / New York: Routledge.
- Neurology. (2013, 20 maio 2013). Information for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://www.neurology.org/site/misc/auth2.xhtml>
- Nord, C. (2010). Functionalist approaches. In L. v. D. Y. Gambier (Ed.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. 1, pp. 120-128). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. (Reprinted from: 2013).
- Peterlin, A. P. (2008). The thesis statement in translations of academic discourse: an exploratory study. *The Journal of Specialised Translation*(10), 10-22. doi: http://www.jostrans.org/issue10/art_pisanski.php
- Pokorn, N. K. (2011). Directionality. In Y. G. L. v. Doorslaer (Ed.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. 2, pp. 37-39). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Resurrecció, V. M., & Davies, M. G. (2007). *Medical Translation Step by Step*. Manchester: St. Jerome Publishing.
- Rossor, M. N. (2013). How to write a case report. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 83-88). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- SfEP.). The SfEP code of practice. Retrieved 19 setembro 2015, 2015, from <http://www.sfep.org.uk/pub/bestprac/cop.asp>
- Shomoossi, N., & Shomoossi, A. (2013). Publication and Translation Side by Side: Translation Strategies of Medical Researchers for Publishing Articles. *Translation Journal*, 17(4). doi: <http://translationjournal.net/journal/67pts.html>

- Sinapse. (2011). Normas para Publicação na Revista Sinapse: Sociedade Portuguesa de Neurologia.
- Smith, R. (2013). Introduction. In G. M. Hall (Ed.), *How to Write a Paper* (5th edition ed., pp. 6-15). West Sussex, UK: Wiley-Blackwell/BMJ Books.
- Stroke: A Journal of Cerebral Circulation. (2015, 24 abril 2015). Instructions for Authors. Retrieved 24 abril, 2015, from <http://stroke.ahajournals.org/site/misc/ifora.xhtml>
- The Lancet Neurology. (2015). Information for Authors: The Lancet.

Anexos

Anexo 1. Número de publicações de cada autor por cada uma das 51 revistas que tinham 3 ou mais publicações e 2 ou mais autores, número total de publicações por revista ordenado decrescentemente, número total de autores por revista ordenado decrescentemente (preferência na ordenação) e número de publicações por autor por revista.

Revistas	Autores																				TOTAL	Autores	Publicações por Autor
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T			
Acta Med Port.	4	2	1	3	2						1	2	2	2		10		1	1	1	32	13	4,2,1,3,2,1,2,2,2,10,1,1,1
J Neurol.	3		3	1		1							2			27	1	1	1		40	9	3,3,1,1,2,27,1,1,1
Cerebrovasc Dis.		1			1		1				2	1				33			1		40	7	1,1,1,2,1,33,1
Rev Neurol.	1		1	1		2							1			7		1			14	7	1,1,1,2,1,7,1
Eur J Neurol	1		1				2		4							14	1				23	6	1,1,2,4,14,1
Stroke.			2								2	2			1	22					29	5	2,2,2,1,22
Arch Neurol. / JAMA Neurol.		1					8					2				1	4				16	5	1,8,2,1,4
Sinapse	2	5					1						3							1	12	5	2,5,1,3,1
J Stroke Cerebrovasc Dis.			1								1			1		3			1		7	5	1,1,1,3,1
Mov Disord.	2			1					1				1	2							7	5	2,1,1,1,2
J Neurol Neurosurg Psychiatry.											1		1			11	6				19	4	1,1,11,6
Neurology.				4		1										6	5				16	4	4,1,6,5
BMJ Case Rep.	5												3			3	1				12	4	5,3,3,1
J Neurol Sci.											1			1		2	4				8	4	1,1,2,4
Lancet Neurol.											1			1		4	2				8	4	1,1,4,2
Front Neurol.	1	2		2									1								6	4	1,2,2,1

Eur Neurol.	1		1																2	1	1								6	4	1,1,2,1									
Brain.											1	1			1	2												5	4	1,1,1,2										
J Clin Exp Neuropsychol.	1													1						2								5	4	1,1,2,1										
BMC Neurol.												1	1	1														4	4	1,1,1,1										
Case Rep Neurol.				1			1																		1	1		4	4	1,1,1,1										
J Clin Neurosci.															1	1											1	4	4	1,1,1,1										
Arq Neuropsiquiatr.		2																										11	3	2,8,1										
Arquivos de Medicina	2	4	1																									7	3	2,4,1										
Int J Stroke.															1													4		2	7	3	1,4,2							
J Alzheimers Dis.																												4		1	1	6	3	4,1,1						
PLoS One.																												2	5	3	2,1,2									
Acta Neurol Scand.							2																						1			4	3	2,1,1						
Epilepsia							1								1														3	3	1,1,1									
Hum Genet.															1	1															1		3	3	1,1,1					
Hum Mol Genet.																												1			1		3	3	1,1,1					
Neuroepidemiology.																												1			1		3	3	1,1,1					
Neurol Sci.	1																																3	3	1,1,1					
Cephalalgia.																																	3		8	2	5,3			
Am J Hum Genet.																													6		1			7	2	6,1				
Rev Port Cardiol.																																	2		7	2	5,2			
Handb Clin Neurol.																																		5	1	6	2	5,1		
Neurobiol Aging.																																	5		1		6	2	5,1	
Clin Neurol Neurosurg.																													2					3		5	2	2,3		
Eur J Hum Genet.	1																																			4		5	2	1,4

Anexo 2. Número de publicações de cada género de artigo selecionado por revista selecionada.

Revistas	Total de Publicações	Casos Clínicos	Cartas ao Editor	Revisões	Publicações Originais
Acta Med Port	32				
J Neurol	40		8	9	22
Cerebrovasc Dis	40	5	3	3	25
Rev Neurol	14				
Eur J Neurol	23		3	1	11
Stroke	29		2		22
Arch Neurol. / JAMA Neurol	16	1		1	11
Sinapse	12				
J Stroke Cerebrovasc Dis	7	2		1	4
Mov Disord	7		2	2	
J Neurol Neurosurg Psychiatry	19	4	2		11
Neurology	16				10
BMJ Case Rep	12	12			
J Neurol Sci	8		1		5
Lancet Neurol	8			4	2
Front Neurol	6			3	2
Eur Neurol	6	2			4
Brain	5				4
J Clin Exp Neuropsychol	5				5
TOTAL		26	21	24	138

Anexo 3. Lista de termos traduzidos das Instruções para Autores

1. Abreviaturas – *Abbreviations*
2. Agradecimentos – *Acknowledgments*
3. Apoios Financeiros – *Funding, Sources of Funding, Financial Disclosures*
4. Autor Correspondente – *Corresponding Author*
5. Autores – *Authors*
6. Bolsas – *Grants*
7. Carta de Apresentação – *Cover Letter*
8. Cartas ao Editor – *Letters to the Editor(s), Correspondence, Commentaries, Letters*
9. Casos Clínicos – *Clinical Case Studies, Case Reports, Reports, Clinical Outcomes, Research Reports, Clinical Notes, Scientific Notes*
10. Conclusões – *Conclusions*
11. Conflitos de Interesse – *Conflicts of Interest, Disclosures*
12. Contributos dos Autores – *Author Contributions, Authors' Roles*
13. Discussão – *Discussion*
14. Ensaio Clínico – *Clinical Trials*
15. Figuras – *Figures*
16. Instruções para Autores – *Guidelines for Authors, Instructions for Authors*
17. Introdução – *Introduction, Background*
18. Legendas – *Legends*
19. Lista de Abreviaturas – *Abbreviations List, List of Abbreviations*
20. Manuscrito – *Manuscript*
21. Materiais e Métodos – *Materials and Methods*
22. Meta-análises – *Meta-analyses*
23. Métodos – *Methods*
24. Nomes Genéricos, Denominação Comum Internacional – *Generic Names, Nonproprietary names*
25. Página de Título – *Title Page*
26. Palavras-Chave – *Keywords*
27. Publicações Originais – *Original Research, Original Contributions, Original Articles, Original Papers, Original Communications, Original Investigation, Research Articles, Research Papers, Scientific Contributions*
28. Referências Bibliográficas – *References*

29. Resultados – *Results*
30. Resumo – *Abstract*
31. Revisões – *Reviews, Review Articles*
32. Tabelas – *Tables*
33. Taxas – *Fees, Costs*
34. Texto Principal – *Main Text*
35. Título – *Title*
36. Título Abreviado – *Short Title, Running Title*